



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 72

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 2 de junho de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Em primeiro lugar, foram apresentados os votos que deram entrada na sessão.

O primeiro voto, [Voto Congratulação - Conserveira Santa Catarina conquista pelo 11.º ano consecutivo, o Prémio “O Melhor dos Melhores”](#),

foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, cabendo a leitura do mesmo à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

De seguida, foi apresentado o [Voto Congratulação - pela pré-seleção da candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027](#), pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), usou da palavra a Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*) e os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

O voto supramencionado foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se um [Voto Congratulação pelo Centenário do Capelense Sport Clube](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), usaram da palavra os Srs. Deputados Jaime Vieira (*PSD*) e Vílson Ponte Gomes (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade

Relativamente ao [Voto de Saudação - 1.º de Maio](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, e aprovado por unanimidade, usaram da palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), para fazer a leitura do mesmo, e os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Seguiram-se os Votos de Protesto, sendo o primeiro, apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares, do Grupo Parlamentar do PSD, pela [ausência de compensação dos sobrecustos de insularidade para a Universidade dos Açores](#).

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), José Contente (*PS*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a votação a qual registou a aprovação por maioria.

Sobre o [Voto de Protesto ao Governo da República para incumprimento do salva-vida para o Grupo Central](#), o qual foi novamente aprovado por maioria, e apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), a quem coube a leitura do mesmo, a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*) e os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente, passou-se para a apresentação e votação por unanimidade de dois votos de pesar.

O primeiro [Voto de Pesar pelo falecimento de João António Gomes Vieira](#), foi subscrito pelos Grupos Parlamentares do PPM, PSD e PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Gustavo Alves (*PPM*), usando de seguida da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e José Gabriel Eduardo (*PS*).

O segundo **Voto de Pesar**, foi apresentado pela Representação Parlamentar do CH, pelo [falecimento de Miguel de Braga Pimentel](#).

Sobre o mesmo usaram da palavra o Sr. Deputado Rui Anjos (*PS*) e a Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*).

Pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) foi apresentada uma [Declaração Política](#).

No debate da mesma usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Vasco Cordeiro (*PS*), Nídia Inácio (*PSD*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião** com a [apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 123/XII – “Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias”](#), apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*).

Seguiu-se o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 121/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off”](#), apresentado pela Representação Parlamentar da IL.

Apresentada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Délia Melo (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*) e os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*) e Rui Anjos (*PS*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

Sobre o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII – “Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores\)”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes (PS), para fazer a justificação da urgência, a Sra. Deputada Salomé Matos (PSD) e os Srs. Deputados António Lima (BE), Rui Martins (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM).

Tendo-se registado um empate na primeira votação, após segunda votação, verificando-se novamente o mesmo número de votos, o diploma foi rejeitado. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Furtado (Indep.), Tiago Lopes (PS) e Paulo Estêvão (PPM).

Para uma interpelação à Mesa, usou também da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses).

De seguida, e por unanimidade, foi aprovado o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 122/XII – “Recomenda ao governo a contratação urgente de pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a justificação apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (BE), usaram da palavra os Srs. Deputados Rodolfo Franca (PS) e Joaquim Machado (PSD).

Seguiu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 122/XII – “Recomenda ao governo a contratação urgente de pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para o efeito, usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Rodolfo Franca (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Vasco Cordeiro (*PS*), a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Também por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho de 2022**

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 24 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamentos de Assuntos Políticos.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

O Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40, o CDS-PP dispõe de 16 minutos, o BE e o PPM de 12 minutos, as Representações Parlamentares do CH, IL e PAN de 10 minutos cada, o Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, pela Conserveira Santa Catarina.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Conserveira Santa Catarina conquista pelo 11º ano consecutivo, o
Prémio “O Melhor dos Melhores”**

Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., é uma empresa sediada na Ilha de São Jorge e que conquistou no passado dia 29 de abril, cinco prémios no

11º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado no CNEMA em Santarém.

O Concurso Nacional de Conservas e Pescado tem como principal objetivo premiar, promover, valorizar e divulgar as conservas de pescado tradicionais Portuguesas, genuínas e exclusivamente produzidas em Portugal.

A fabricação do atum e das conservas, feita através das experientes mãos das mulheres da ilha, cumpre as mais antigas práticas artesanais, onde o cuidado é com a qualidade em detrimento da quantidade, permite aos consumidores encontrar no atum Santa Catarina um produto de excelência, com o sabor único.

Assim, Santa Catarina Indústria Conserveira, arrecadou este ano e pelo 11º ano consecutivo o prémio mais relevante do Concurso, “O Melhor dos Melhores”, com o “Filete de Atum em Molho Cru”, que também se distinguiu com uma medalha de ouro. Para além destes prémios, atribuídos após avaliação feita por júri em prova cega, de um conjunto de produtos de várias conserveiras portuguesas, Santa Catarina ganhou mais 4 Medalhas de Ouro com o “Filete de Atum em Azeite Biológico”, “Filete de Atum em Azeite Mestre Saúl 120g”, “Filete de Atum com Alho da Graciosa” e por fim o famoso “Filete de Atum em Azeite”, numa nova coleção: Aguarelas de São Jorge.

A conquista do principal Prémio do Concurso confere ainda à Conserveira Santa Catarina o direito a um stand na Feira Nacional da Agricultura, que terá lugar no próximo mês de Junho em Santarém.

Já no passado, Santa Catarina foi identificada como uma “marca que cria valor acrescentado para o País”, e com mais esta conquista conseguida este ano, num mercado cada vez mais exigente e competitivo, que continuem sempre a inovar e criar valor, com o objetivo claro de promover o desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em Plenário no dia 2 de junho de 2022, emita o seguinte voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. ter conquistado a 11ª Medalha “O Melhor dos Melhores”.

Esta congratulação é extensiva a todos os funcionários, técnicos e administradores, pelo trabalho desenvolvido, promovendo a qualidade e a inovação na produção das conservas de atum e que culminou com o reconhecimento da excelência dos seus produtos, projetando o nome da Ilha de São Jorge e dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Indústria Conserveira Santa Catarina, S.A., ao Conselho de Ilha de São Jorge, à Assembleia Municipal da Calheta e à Câmara Municipal da Calheta.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins, Pedro Pinto

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é pela pré-seleção da candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a sua apresentação.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela pré-seleção da candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027

“A nossa natureza é humana”. Este é o ponto de partida de uma proposta que quer levar a voz dos Açores à Europa e ao mundo. Um projeto que ultrapassa as escalas de cidade, ilha e região e que quer explorar a simbiose entre a cultura e a natureza deste povo como exemplo para um futuro da humanidade mais harmonioso e plural. A candidatura de Ponta Delgada - Açores a Capital Europeia da Cultura tem como missão “fazer da cultura um catalisador de transformação e desenvolvimento” para a região.

Ao longo de mais de um ano de trabalho em diálogo constante e aprofundado com os vários setores da sociedade, a equipa desenvolveu o conceito, articulou uma estratégia cultural de longo prazo, alinou uma programação cultural e artística de dimensão europeia, bem como planos de gestão e de comunicação para a proposta. O “bid book” foi entregue em novembro de 2021 e em março deste ano decorreram as audições presenciais das doze cidades concorrentes.

No dia 11 de março, em Lisboa, foram anunciadas as quatro candidaturas selecionadas para passar à fase final na corrida a Capital Europeia da Cultura que, no ano de 2027, terá lugar em Portugal. Ponta Delgada foi uma das cidades anunciadas pela presidente de um júri de 12 especialistas independentes que avaliaram as propostas a concurso. Évora, Braga e Aveiro são as outras três cidades nomeadas.

Segundo o relatório de avaliação, publicado em abril, a candidatura de Ponta Delgada - Açores apresenta um conceito programático “muito forte, distinto, baseado num verdadeiro sentido de lugar que se mostra relevante para os tempos que correm. A dimensão europeia proposta é prometedora e tem potencial para fazer a diferença no nosso entendimento da Europa”.

Todas as dimensões de avaliação, desde a estratégia cultural de longo prazo ao conteúdo cultural e artístico, passando pela gestão, comunicação e pela dimensão europeia, são avaliadas de forma muito positiva, o que leva a crer que, mesmo no quadro das quatro cidades pré-selecionadas, a proposta desenvolvida pela equipa açoriana, sob a orientação do diretor artístico António Pedro Lopes, é uma candidata muito plausível a Capital Europeia da Cultura.

No que respeita à componente de gestão, o painel de avaliação deixa claro que o reforço do compromisso político e financeiro por parte das entidades envolvidas nas candidaturas - que neste caso são, em especial, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, restantes municípios da região e o Governo Regional dos Açores - é um critério central e uma garantia, aos olhos do júri, de que existe vontade política para a obtenção deste prestigiado e cobiçado título e de capacidade para o realizar.

Poucos meses nos separam da fase final. São meses decisivos para o aprofundamento do projeto, alargamento da rede de contactos e comprovação da nossa capacidade e compromisso. A união em torno deste objetivo comum deve sair reforçada com o impulso desta nomeação. Ser finalista de um processo desta envergadura é uma honra para toda a região, mas é também uma responsabilidade que sai acrescida. Saibamos todos estar à altura do desafio e contribuir para que a nossa “natureza humana” se faça ouvir na Europa, assim como nós desejamos receber a Europa no seio da nossa cultura.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pela pré-seleção da candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027.

Que do presente voto se dê conhecimento à equipa coordenadora da candidatura, a todos os Municípios da Região Autónoma dos Açores, ao

Governo Regional dos Açores e ao Movimento Cívico "Por uma Capital Europeia da Cultura nos Açores".

Horta, 2 de junho de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Alexandra Manes

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Célia Pereira, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A União Europeia e os seus 27 Estados-Membros são compostos por mais de 300 regiões, 90 mil municípios, e os seus órgãos locais e regionais representam mais de 400 milhões de pessoas.

A oportunidade de Ponta Delgada, e com ela todos os municípios e todas as ilhas dos Açores, representar Portugal, enquanto Capital Europeia da Cultura, em 2027, é a prova do nosso valor, é a prova do valor do povo açoriano e de toda a sua dimensão cultural e humanista.

É, portanto, com muita satisfação que nos associamos ao voto de congratulação do Bloco de Esquerda, e que reconhecemos o valor da candidatura que chega a esta fase final com a cidade de Évora, Braga e Aveiro, certos de que temos a melhor candidatura a concurso e de que em 2027 seremos, seguramente, Capital Europeia da Cultura.

Muito obrigada.

Deputada Ana Luís e Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com muito agrado a este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, que saúda a circunstância de Ponta

Delgada, município, estar entre os finalistas nacionais para a Capital Europeia da Cultura 2027.

É, de facto, um projeto arrojado que, em boa hora, foi iniciado pelo município de Ponta Delgada, então sob a presidência de José Manuel Bolieiro, que depois teve continuidade com Maria José Lemos e, presentemente, com o Presidente Pedro do Nascimento Cabral, que souberam interpretar bem este desígnio atlântico que nós somos enquanto Região, mas também enquanto município maior destas ilhas, que pode efetivamente conferir à Europa a dimensão atlântica que ela muitas vezes esquece.

Cremos que este projeto tem condições para ser bem-sucedido e, se tal acontecer, naturalmente que será um gosto enorme, mas também uma responsabilidade, não só para o município de Ponta Delgada, mas para os demais concelhos da nossa Região que, sob formas diferentes, e com densidades também diferentes, se associam a esta candidatura.

Se tal acontecer também será motivo de regozijo para juntar esta circunstância de Capital Europeia da Cultura aos 600 anos da descoberta oficial dos Açores, que é bom lembrar, decorrerá em 2027.

Naturalmente que deverá mobilizar toda a Região também para uma celebração condigna deste tempo em que somos gente, aqui, nestas pedras, erguidas no meio do atlântico.

Portanto, nada melhor para assinalar estes 600 anos de presença portuguesa nas nossas ilhas do que sermos Capital Europeia da Cultura.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos convictos de que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, com os demais parceiros, não regateará esforços para que seja bem-sucedida esta candidatura

Instamos a que o Governo Regional seja um parceiro, como tem sido até agora, porventura ainda mais intenso nesta fase final da candidatura, e que feita a seleção entre os municípios portugueses, se Ponta Delgada, como nós

desejamos, for escolhida, depois tenha também o apoio necessário do Governo da República, para dignificar na Europa essa designação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto aqui trazido pelo Bloco de Esquerda, sendo que consideramos que há aqui uma antecipação. É apenas pela pré-seleção, e eu acompanho ali a Sra. Deputada Célia Pereira, porque também estou convicto que vamos poder fazer um Voto de Congratulação quando Ponta Delgada for efetivamente Capital Europeia da Cultura.

Mas não obstante, faz sentido também aqui saudar o trabalho que foi desenvolvido por esta equipa.

Também referir que, por um lado, o lado menos positivo, o facto de não ter havido o envolvimento dos outros municípios, seja Angra do Heroísmo, seja mesmo aqui a Horta, um envolvimento mais efetivo, porque a Capital Europeia da Cultura, na nossa Região, não se cinge, única e exclusivamente, a Ponta Delgada e terá, sem dúvida um impacto mais transversal a toda a Região. Isso é positivo e por isso merecia este envolvimento mais concreto de outros municípios.

Não obstante o trabalho desenvolvido é muito positivo, e já que mais não seja, este processo, só pelo envolvimento cívico e a mobilização cívica que promoveu o próprio trabalho artístico que foi desenvolvido com residências, só por isso já valeu a pena e mostrou que a sociedade açoriana está preparada para mostrar que tem valor cultural e produção artística que se possa, de certo modo, posicionar entre aquilo que é o trabalho feito por todas as capitais

européia e que tem mostrado que a cultura pode ser um agente mobilizador e dinamizador também da economia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Deputado.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, pelo Centenário do Capelense Sport Clube, é apresentado pelo Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CENTENÁRIO DO CAPELENSE SPORT CLUBE

Foi fundado em 1922 como uma equipa de futebol amador, mas não foi pela bola que começou a história do único clube de futebol que se mantém no ativo nas Capelas.

Tudo começou no ano antes – 1921 – quando um grupo de estudantes seminaristas naturais das Capelas, criaram o Grupo de Instrução e Recreio Capelense, que funcionava no Teatro de Sant’Ana. A formação do grupo de teatro foi a forma que estes seminaristas encontraram de unir a comunidade e de se manterem integrados quando regressavam de férias às Capelas.

A equipa amadora de futebol foi dando frutos e oito anos mais tarde – em 1930 - surgiu oficialmente o Capelense Sport Clube, que deu o pontapé de saída para que surgissem outras equipas. Foi o caso do Marítimo Sport Clube, do República, do Sant’Ana, Lusitânia, Jardim, Estrela do Oriente e Anjo da Guarda, que durante vários anos e época após época, foram mantendo uma grande rivalidade entre si.

Aos poucos, o futebol foi perdendo adeptos e em 1966, por altura do Campeonato do Mundo, em Inglaterra, não havia já qualquer equipa nas Capelas. Mas os bons resultados alcançados pela Seleção Nacional, que pela primeira vez participou num mundial, principalmente no jogo dos quartos de final contra a Coreia do Norte – em que numa reviravolta Eusébio marca quatro golos e Portugal vence por 5-3 – reacenderam a paixão pelo futebol nas Capelas.

Em 1967 funde-se o Capelense com o Marítimo para ser criado o Centro de Recreio Popular de Capelas, que vai atuar na FNAT, do INATEL. Durante três épocas, o clube conquista todas as competições organizadas por aquele organismo do INATEL. Mas em 1971, volta a mudar de nome e passa a chamar-se Casa do Povo de Capelas. É com esta nova designação que vence o campeonato da INATEL na época de 1974/75, e na época seguinte filia-se na Associação de Futebol de Ponta Delgada já como Capelense Sport Clube. Na época 1976/77 o Capelense Sport Clube sagra-se campeão da II divisão e a direção do clube atribui como prémio uma viagem aos Estados Unidos da América para um contacto mais estreito com a comunidade emigrada das Capelas no estado de Massachusetts.

A equipa volta a ganhar o campeonato da II Divisão de São Miguel na época 1982/83 e depois em 1991/92.

Foram muitos os dirigentes, técnicos e atletas que passaram pelo Capelense e que elevaram o clube a um patamar de reconhecimento que ainda hoje se mantém.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário do Capelense Sport Clube, do qual deve ser dado conhecimento à Direção do Clube, à Associação de Futebol de Ponta Delgada, à Junta de Freguesia de Capelas.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 2 de junho de 2022

O Deputado: José Pacheco

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Governo, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Logicamente que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao centenário do Capelense Sport Clube, porque trata-se de uma instituição que muito tem feito pelo desporto regional.

A instituição Capelense, sendo ela centenária, é de louvar todos os seus diretores, os seus fundadores e acima de tudo todos aqueles que têm colaborado e contribuído para que ainda hoje o Capelense seja uma realidade e uma realidade com ainda muito peso no futebol regional.

As suas gentes têm sabido, ao longo de 100 anos, fazer com que o desporto seja uma realidade na Vila das Capelas, e é neste sentido que o PSD vota claramente a favor e queria também dizer que, em 2010, num jogo tremendo frente ao Clube Desportivo de Rabo de Peixe, sagrou-se campeão regional subindo, assim à terceira divisão.

Esta é uma referência que eu não me esqueço, que efetivamente foi muito bom para a Vila das Capelas, mas como devem entender, para a minha pessoa não correu muito bem.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Vai da sorte!

O Orador: Exatamente! (*risos*)

Mas o que se trata, efetivamente, é de dar os parabéns àquela Vila, àquela gente e que haja sempre diretores e colaboradores que façam com que o desporto continue a ser uma realidade, porque o desporto é fundamental numa sociedade cada vez com maiores problemas que todos nós sabemos quais são.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta semana é a segunda vez que nós congratulamos e saudamos também o desporto açoriano e também a atividade desportiva na nossa Região.

Por isso mesmo é o momento também de dignificar a história que é do desporto na Região, sobretudo no que diz respeito ao futebol, elencar a prática desportiva, neste caso, no futebol em concreto, em que nos jogos que também temos celebrado ao longo deste tempo, naquilo que tem sido também um caminho feito da Região, dos clubes, das associações, dos atletas, dos dirigentes, é sobretudo um caminho de sucesso do qual todos nós nos devemos orgulhar.

Em concreto, quando falamos do centenário, esse momento convoca-nos também a olhar para a história, a olhar também para aquilo que foi feito no passado, e aquilo que também está sendo feito como perspectivas do futuro, e isso deve dignificar-nos enquanto povo, enquanto região, e saudar todos os atletas que até hoje construíram a história do desporto regional, em concreto do Capelense, no centenário deste grupo e isto deve continuar-nos a focar e a

centralizar todas as nossas forças para que o desporto na Região continue a ter o sucesso que nós tanto almejamos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Deputado.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um Voto de Saudação pelo 1.º de Maio. É apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 1.º MAIO

Dia 1 de maio é o dia de lembrar todas e todos aqueles que no decurso da história lutaram pela liberdade e pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores de todo o mundo e é dia de homenagear todas e todos aqueles que prosseguem esta jornada, pois tanto agora, como no passado, a luta continua!

Foi a 1 de maio de 1886 que milhares de operários, em Chicago, vieram para a rua em protesto contra as suas condições de trabalho, os baixos salários, a

exploração do trabalho infantil, as extenuantes jornadas que frequentemente excediam as 12 horas. “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de descanso” era o slogan que se ouvia pelas ruas.

Esta onda grevista levou à morte trágica de muitos trabalhadores pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que lutava pelos seus direitos e dignidade laboral. No entanto, a repressão exercida sob os trabalhadores não os dissuadiu da sua luta, que veio a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

O 1.º de Maio de 1974, em Portugal, oito dias após a Revolução dos Cravos do 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, coincidiu com a explosão da democracia no país, num período em que se conquistaram direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional.

E foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores.

Toda esta luta foi importante, mas nem por isso podemos descansar e pensar que esta luta chegou ao fim. Ainda para mais, quando, nos últimos dois anos, devido à pandemia, as condições de vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras pioraram.

A este quadro junta-se o atual cenário de guerra que vivemos e que tem vindo a provocar o aumento da inflação que se reflete em particular no aumento dos preços dos combustíveis e da energia e num impacto brutal nos preços dos bens essenciais, consequências que revelam a necessidade absoluta e urgente de se implementarem medidas para fazer face ao aumento do custo de vida.

Por isso mesmo, assinalar o 1.º de Maio é também exigir a melhoria das condições de trabalho, e acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Continuamos a viver com o flagelo do trabalho precário por ainda ser muito fácil despedir, com a redução do pagamento das horas extraordinárias e descanso compensatório, com a destruição da estabilidade dos horários de trabalho com a introdução dos banco de horas determinados pelas entidades patronais, com o prolongar o trabalho temporário e com a política de salários baixíssimos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

E portanto, hoje, como há 136 anos é necessário estarmos despertos e continuar a lutar pela dignidade de quem vive do seu trabalho!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelo 1.º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que lutam pela melhoria das condições de trabalho, salários dignos e respeito por todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

Horta, 2 de junho de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Alexandra Manes

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Francisco Coelho faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, com gosto e naturalidade, a este Voto de Saudação.

Efetivamente falar nos trabalhadores, no trabalho, é falar numa outra vertente, naquilo que é também o mais fundo da dignidade da pessoa humana. É falar naquilo que permite a exteriorização e a concretização da civilização e da realização humanas, onde, de resto, neste entendimento, confluem várias correntes, desde correntes socialistas e trabalhistas, a correntes democratas-cristãs.

Tal como lembra também o Bloco de Esquerda, é preciso saudar esta realidade, lembrar que ela foi conquistada através de lutas difíceis e com oposições muito agressivas e que ela permitiu, para o seu tempo, um conjunto de conquistas, desde logo, não só ao nível económico e social, mas também ao nível jurídico, como a própria criação do direito do trabalho.

Essa dignificação sofreu um impulso fundamental no nosso país, naturalmente, com o 25 de Abril, com a nova democracia instaurada, com os direitos e os limites a este nível consagrados constitucionalmente, mas também que essas garantias nunca são eternas, nunca são absolutamente adquiridas, até porque também as realidades mudam e levantam novos desafios.

Tal como o surgimento do direito do trabalho não deixou de ser uma consequência absolutamente necessária à Revolução Industrial, também as novas revoluções tecnológicas, bem como a globalização, colocam-nos novos, importantes e por vezes difíceis desafios ao nível dos direitos dos trabalhadores, ao nível do *dumping* social, ao nível de uma tentação de desregulamentação, e todos nós sabemos os problemas que vamos enfrentando e que são frequentemente, como já aconteceu neste período legislativo aqui falados, designadamente ao nível da precariedade e dos seus efeitos e, sobretudo, da precariedade jovem.

Também sabemos que houve nos últimos anos, no nosso país, um esforço político, conjunto e consertado,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino já.

... no sentido de haver, como houve, um forte aumento do chamado salário mínimo nacional.

É preciso que todos, sociedade, empresários, trabalhadores, e todos aqueles que têm responsabilidades políticas, façam para que essa dignificação dos salários ocorra ao nível dos diversos escalões e das diversas profissões, abrangendo todos os trabalhadores.

Saudar os trabalhadores é saudar a dignidade humana, é continuar a lutar por uma sociedade digna, por uma sociedade que queremos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se a este voto do Bloco de Esquerda sobre a passagem de mais um Dia do Trabalhador.

Evocar o Dia do Trabalhador, em Portugal é necessariamente invocar a liberdade, a liberdade que hoje ainda falta a muitos países para que também neles se possa celebrar o Dia do Trabalhador.

Evocar o 1.º de Maio é tempo de lembrar os direitos dos trabalhadores e das organizações sindicais, é tempo de lembrar as conquistas de Abril, e Abril, neste domínio, trouxe, naturalmente direitos até aí vedados aos trabalhadores, como o salário mínimo, o direito à greve, o sindicalismo livre.

Evocar o Dia do Trabalhador é tempo também para não vulgarizar, ou não banalizar, as lutas que os trabalhadores continuam a fazer em muitos espaços, incluindo o nosso país.

É tempo para não deixar Abril refém de ninguém. Abril não tem dono!... É a liberdade de cada um e de todos.

É tempo também para lembrar que outras lutas se seguiram em Portugal, para que o país não acabasse noutra tipo de totalitarismo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Invocar o 1.º de Maio convoca-nos a lembrar, a alertar, a lutar contra a falta de emprego, contra a precariedade, contra o emprego parcial, a lutar pela dignidade salarial que hoje, na nossa Região, no nosso país, afeta ainda muita gente e principalmente os mais jovens.

Mais de metade dos jovens portugueses, que trabalham, fazem-no a tempo parcial, sem a dignidade e o horizonte de futuro que merecem.

Portanto, associando-se a este voto, o Grupo Parlamentar do PSD, lança um grito de alerta e de convocação para um trabalho que ainda hoje e, seguramente, ainda durante muito tempo, teremos de fazer para que efetivamente os direitos dos trabalhadores se possam concretizar em toda a plenitude que quem desenhou abril e por ele lutou certamente tinha no seu pensamento.

Disse.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Deputado.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto, é um Voto de Protesto, apresentado pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, à ausência de compensação dos sobrecustos de insularidade para a Universidade dos Açores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Ausência de compensação dos sobrecustos de insularidade para a Universidade dos Açores

A Universidade dos Açores é um dos pilares da Autonomia e presta um forte contributo para o desenvolvimento dos Açores, nas suas mais variadas áreas de atuação.

A tripolaridade e os custos acrescidos da insularidade são verdadeiros entraves ao crescimento da Universidade e ao desenvolvimento de projetos de investigação.

Estas dificuldades já foram reconhecidas pela Região ao colaborar com a Universidade dos Açores, para mitigar os efeitos do subfinanciamento.

Todavia, é da responsabilidade do Governo da República o financiamento do ensino superior e as Universidades das Regiões Autónomas não são exceção.

O seu papel e a sua importância foram raramente reconhecidos pelos sucessivos Governos da República colocando, por várias vezes, a sua função em causa e virando, assim, as costas aos Açores e à sua Universidade.

A Lei do Orçamento do Estado de 2019, no seu artigo 72.º, reconheceu a necessidade de existência de uma majoração do financiamento das instituições públicas de ensino superior das Regiões Autónomas para compensar os sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia.

O Governo da República ficou, na altura, incumbido, de promover os estudos necessários com vista à majoração do financiamento das instituições públicas de ensino superior dos Açores e Madeira, mas sem resultados práticos, pelo menos conhecidos.

Esta atitude traz consequências gravosas no financiamento da Universidade dos Açores, a que acresce ainda a dificuldade de esta não poder concorrer aos programas operacionais em vigor, apesar de, e por coincidência, esta ter sido anunciada ainda ontem, pelo Partido Socialista, que está resolvida.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Bem diz o ditado popular: ver para crer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Está a contradizer-se! Disse uma coisa e agora diz o contrário!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O subfinanciamento das Universidades dos Açores e Madeira mantém-se com o Orçamento do Estado para 2022, recentemente aprovado, persistindo os constrangimentos impostos pela insularidade e pela ultraperiferia às instituições públicas de ensino superior das Regiões Autónomas.

Esta profunda desconsideração pela Universidade dos Açores foi reiterada na discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, com o chumbo da maioria do Partido Socialista à proposta de alteração inserida pelo Deputados eleitos pelos Açores, e na lista da Aliança Democrata, e já amplamente referenciada nesta e noutras oportunidades pelo Deputado Paulo Moniz, que visava criar uma compensação dos sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia para instituições públicas de ensino superior das Regiões Autónomas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A proposta de alteração em causa, que recebeu o voto favorável dos restantes partidos (PSD, CHEGA, IL, PCP, BE e PAN), foi rejeitada pela maioria absoluta existente na Assembleia da República, incluindo os Deputados do Partido Socialista eleitos pelos Açores, em mais uma manifestação de indiferença deste partido e destes Deputados pelas singularidades da Universidade dos Açores.

Aliás, os mesmos Deputados que defendiam em dezembro passado o reforço de uma relação de proximidade e de parceria, neste momento, em têm oportunidade de mostrar que estão ao lado dos Açores, votam simplesmente contra.

Uma vez mais perdem os Açores e a nossa universidade e todos os seus alunos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto pelo reiterado incumprimento da criação de uma compensação dos sobrecustos de insularidade e ultraperiferia para as Universidades dos Açores e Madeira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Governo da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos grupos e representações parlamentares com assento na Assembleia da República e às Universidades dos Açores e Madeira.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 2 de junho de 2022

Os Deputados, António Vasco Viveiros, Paulo Estêvão, Catarina Cabeceiras e Flávio Soares.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, obviamente, que se associa a este voto tirando a parte do parágrafo onde diz que tem dificuldade desta não pode concorrer aos programas operacionais. No jornal de hoje diz exatamente o contrário, já pode.

Não sei se vai haver uma mudança ou não. Espero que uma nova reitoria assim mude, porque com o antigo reitor, não era por causa disso que a coisa ia mudar, porque muitas das vezes pedia-se que a Universidade dos Açores como *partneria*, mas a coisa não resultava muito bem. Isso é um *fait divers* para com a nova reitoria. Acho que não vale a pena falar sobre isso.

Mas eu avisei em fevereiro, aqui, neste plenário, para que não sejamos nem inocente, nem à espera de um milagre, com uma maioria absoluta no Governo da República, seja qual for a maioria absoluta, seja aqui, seja no Governo da República. E os açorianos têm de ouvir: maioria absoluta é uma “ditadura travestida” de uma democracia. Sempre será, independentemente de qual for o partido, seja dessa bancada do PSD, seja no PS. A democracia é espezinhada!

É o que está a acontecer no Governo da República, é o que está a acontecer aos açorianos neste momento, sobre os aditamentos, as alterações, no Orçamento de Estado de 2022.

Mas o PAN também fez uma alteração em 2019, relativamente à Universidade dos Açores.

Aprovou também (votou a favor, não aprovou, foi pena!), votou a favor desta alteração no Orçamento de Estado de 2022. Tem que haver, obviamente, um reforço no Orçamento da Universidade, não só pelo subfinanciamento, mas também por causa dos trabalhadores da própria Universidade. Não havia sequer o aditamento do aumento dos trabalhadores em 2019, e isto é o que nós temos na Universidade.

Talvez seja uma boa altura para falar sobre... Se calhar é preciso o Governo dos Açores ter novamente competência sobre a nossa Universidade, porque, de resto, no Governo da República, já o Ministro anterior estava completamente a borrifar-se para a Universidade e agora continua. Então com uma maioria absoluta é isto que nós temos, meus senhores, é isto que vamos ter.

Maiorias absolutas em Portugal é, e sempre será, uma ditadura.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto que há mais inscrições?

Sr. Deputado José Contente faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este voto de protesto aparece justamente no dia em que o Governo da República decide, e bem, resolver uma velha questão da ilegibilidade dos fundos comunitários da Universidade dos Açores.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Que coincidência!

O Orador: Até parece que a tentativa e a tentação seria de obscurecer essa importante decisão para a Universidade dos Açores, que é um financiamento importante para a vida da Universidade dos Açores.

Depois, é preciso dizer que eu não vi nenhum voto de protesto quando o PSD era Governo, e de 2020 a 27, o Governo do PSD retirou a possibilidade...

Deputado Flávio Soares (PSD): 2027? O senhor anda muito adiantado!

O Orador: ... da Universidade dos Açores concorrer a esses fundos comunitários. Aí, sim, havia necessidade de fazer esse voto de protesto.

Mas também não vi nenhum voto de protesto quando o PSD foi conivente com as políticas de Passo Coelho e de Crato, que diminuíram o financiamento de todas as Universidades, incluindo a Universidade dos Açores, que diminuíram o financiamento para a baixa do número de professores catedráticos e professores de outras categorias que foram substituídos por contratados.

Não vi o PSD preocupado quando as propinas eram as mais altas da Europa e agora estão a metade daquilo que eram no tempo do PSD.

Deputado Joaquim Machado (PSD): No tempo de Sócrates quanto é que era?

O Orador: Não vi o PSD preocupado quando foi o Governo Regional a chegar-se à frente para suprir essa falta de ilegibilidade de fundos

comunitários, não vi nenhum voto de protesto nessas más condições que a Universidade sofria.

Por isso, quero dizer que o Grupo Parlamentar do PS está muito à vontade com a atitude que teve com a Universidade dos Açores e não vi o PSD preocupado em diminuir o investimento em ciência, de 2020 para 21, de 16 para 12 milhões de euros. Isto é uma autêntica hipocrisia política.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este voto que o PSD, o CDS e o PPM aqui, hoje, nos trazem, um voto de protesto, é pertinente. Em todo o seu texto encerra aquilo que é, de facto, importante. É que a Universidade dos Açores fica, por decisão da maioria absoluta do Partido Socialista, na República, com incapacidade de financiamento igual àquela que em tido até hoje.

É um facto que não terá havido votos de protesto quando foi retirada a possibilidade da Universidade dos Açores recorrer a fundos comunitários.

Mas se é de história, sobre a Universidade dos Açores que vamos falar, então recuemos ainda mais um pouco. Vamos mais atrás uma “nisca” e vamos começar a perceber quando é que a Universidade dos Açores deixa de ser, de facto, uma preocupação para o Partido Socialista. É quando o Partido Socialista devolve a Universidade dos Açores para as competências do Estado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quem? O Partido Socialista?

Deputado José Contente (PS): Foi o Dr. Mota Amaral!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Partido Socialista?!

O Orador: Quem é que estava na República?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essa história está errada, Sr. Deputado!

Deputado Francisco Coelho (PS): E que tal uma fotografiazinha, Sr. Deputado?

O Orador: O que importa aqui perceber é que mais uma vez, em vésperas de 6 junho, em vésperas de comemorarmos a Revolução ocorrida em Ponta Delgada em 6 de junho de 1975, eis que o centralismo de Lisboa se impõe mais uma vez e, em forma de esconder a decisão que tomou, então abre-se a possibilidade da Universidade dos Açores concorrer a fundos comunitários. É o contrário daquilo que disse o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): O que disse o Presidente da República na aprovação do Orçamento de Estado?

O Orador: Não é este Voto de Protesto que vem esconder a possibilidade da Universidade do Açores concorrer aos Fundos Comunitários.

É a decisão do Governo da República de abrir esta possibilidade que vem tentar branquear aquilo que não quis fazer em sede do Orçamento de Estado. Esta é que é a questão.

Porque de nada serve abrir a possibilidade da Universidade dos Açores concorrer a fundos comunitários se ela não tiver capacidade financeira para o fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é que é o grande problema deste processo. É que é em sede do Orçamento de Estado, nomeadamente na especialidade, que este assunto se poderia ter resolvido, cumulativamente: resolver o problema de financiamento da Universidade dos Açores e, ao mesmo tempo, abrir a possibilidade da Universidade dos Açores concorrer a fundos comunitários e a Universidade dos Açores, e a Universidade da Madeira, como diz o voto, e

bem, são demasiado importantes para o desenvolvimento socioeconómico desses arquipélagos insulares.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E não serve de nada dizer na República que os Açores são muito importantes e dão dimensão euro-atlântica a Portugal, mas depois, naquilo que é fundamental, cortam-se as pernas aos Açores e aos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente pede a palavra para?

(*) Deputado José Contente (PS): Uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação à Mesa. Faz favor, para uma interpelação.

(*) Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu tenho que clarificar perante a Mesa que não foi nenhum Governo do Partido Socialista que entregou a autonomia da Universidade à República.

Foi o Governo do Dr. Mota Amaral!

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Governo de Mota Amaral e do Prof. Cavaco Silva!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Falta o aplauso!

Deputado José Contente (*PS*): É a si que o aplaudem! Faz-se muito doentinho!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Não foi o Cavaco!

Deputado José Contente (*PS*): Não foi o Cavaco? Ó Sr. Deputado Barata foi o Cavaco, mais o Dr. Mota Amaral!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado António Lima faça a sua intervenção. Faz favor.

(*) **Deputado António Lima** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que a Universidade dos Açores, pelo seu papel, enquanto única instituição do ensino superior nos Açores, instituição científica também, é um pilar fundamental para a Região, para o seu desenvolvimento, para o seu progresso para a qualificação da nossa população, mas também para o desenvolvimento científico, tecnológico e para o desenvolvimento económico da Região.

Este voto de protesto pretende protestar pela ausência de uma medida de compensação pelos sobrecustos da insularidade da Universidade dos Açores, tendo havido uma proposta de alteração por parte do PSD sobre esta matéria, proposta que o nosso Grupo Parlamentar, na Assembleia da República, como está expresso no voto, acompanhou.

Nós, como é óbvio, lamentamos que assim seja.

O Orçamento de Estado poderia e deveria refletir essa compensação, porque a Universidade dos Açores não é efetivamente uma Universidade que esteja, nem num território contíguo, nem num território que esteja no Continente Português, e essas características próprias devem efetivamente ser reconhecidas pelo Governo da República como entidade que tem a sua tutela, cumprindo aquela que é a sua obrigação constitucional até de garantir que os

custos que a insularidade tem para os açorianos e para as suas instituições são devidamente atenuados e compensados pelo Governo da República.

E este Orçamento de Estado efetivamente falha não só com os Açores. Falha para com os Açores em várias medidas. Aliás falhou para com os extrabalhadores da Base das Lajes que não verão a sua injustiça corrigida relativamente às suas reformas, porque foi rejeitada a proposta de alteração do Bloco de Esquerda relativamente ao fator de sustentabilidade, ou seja, aos cortes nos trabalhadores da Base das Lajes;

Não verão, os trabalhadores desempregados da ilha de São Jorge, por exemplo, majorados os seus apoios sociais como propôs o Bloco de Esquerda, proposta também rejeitada, e muitas outras matérias, para além do Orçamento de Estado, efetivamente, não responder às necessidades do momento, não responder aos problemas relativamente ao aumento do custo de vida e isso trará consequências muito sérias em todos os açorianos, principalmente aqueles que têm rendimentos mais baixos, que vivem do seu trabalho e que verão a sua vida ficar mais difícil durante este ano.

Mas este voto é efetivamente sobre a Universidade, sobre o nosso desenvolvimento científico, sobre o ensino superior e sobre ciência e tecnologia, e eu também gostaria de ver a coligação apresentar outro voto de protesto, porque traz-nos dois votos de protesto, um até com mais peso.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Gostaria de ver a coligação também protestar contra o corte de 80% no financiamento à ciência e tecnologia, previsto no PO 2030.

Esse voto de protesto fará falta e a coligação bem que o poderia apresentar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Efetivamente, desde que o Partido Socialista governa na República, desde 2015, que existe, em relação à Universidade, uma tentativa de asfixia da Universidade dos Açores.

Já aconteceu antes, em períodos com outros governos, a falta de financiamento, a falta de reconhecimento da situação específica da Universidade dos Açores, dada a insularidade, dada a sua tripolaridade, dado um conjunto de custos acrescidos, dada sua importância para o desenvolvimento de uma Região como a nossa. Já aconteceu em períodos anteriores.

Mas, desde 2015, que é evidente que há uma orientação política por parte do Partido Socialista no sentido de não ter em conta as especificidades da Universidade dos Açores, e aquelas que são as suas dificuldades.

Todos nós sabemos como é que o Partido Socialista, em 2015, passou a governar no país. Na altura também não foi o partido mais votado e vi agora, num recente congresso – só quero fazer este parenteses – problematizar a questão de também o Partido Socialista ter tido aqui mais votos, mas não governar.

Recordo-me que não houve nenhuma referência à situação de 2015, e estava presidindo ao congresso o grande autor intelectual e material do acordo que levou o Partido Socialista a ser o partido mais votado, a governar o conjunto da República.

Mas este Partido Socialista que chegou, como chegou, também ao poder na República, é o Partido que crescentemente tem mostrado uma maior arrogância e agora estamos numa fase de maior arrogância, exatamente porquê? Como dizia o Sr. Deputado Pedro Neves, por causa da maioria absoluta...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso vindo de si, Sr. Deputado!

O Orador: ... que todos nós bem conhecemos.

Eu combati, durante 24 anos, uma maioria absoluta (durante 20 anos uma maioria absoluta) nos Açores, e sei bem que tipo de arrogância é

desenvolvida por governos com uma maioria absoluta e que já governam também há 6 anos, desde 2015, há quase 7 anos.

Por isso é que eu considero que há aqui uma questão autonómica, há aqui uma questão de defesa da situação especial da Universidade dos Açores que deveria envolver também o Partido Socialista.

O Partido Socialista deveria preocupar-se em defender a especificidade da Universidade dos Açores e o seu financiamento, o seu efetivo financiamento.

O que acontece é que o Governo do Partido Socialista não está neste lado da trincheira. Está no lado da trincheira de defesa dos interesses partidários, da defesa do Governo da República.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: E termino, Sr. Presidente.

E o que nós gostávamos é que fosse ao contrário, é que estivesse aqui ao lado dos outros partidos na defesa dos interesses dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É isto que não acontece. É por isso que eu quero fazer um apelo ao Partido Socialista: coloque-se ao nosso lado na defesa da Universidade dos Açores, que é fundamental para o desenvolvimento do arquipélago, para o desenvolvimento da Região.

Sem a Universidade dos Açores não é possível atingir os níveis de desenvolvimento a que a nossa Região deve aspirar.

Portanto, eu acho que a posição do Partido Socialista nesta matéria afeta gravemente os interesses do povo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficou claro que existem partidos que tentam puxar os Açores para cima e existe um outro partido que está constantemente a puxar os Açores para baixo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: O PSD tem tido o seu papel, já há muitos anos, relativamente a este assunto, quando em 2008 foi apresentada nesta Casa uma iniciativa, por parte do PSD que propunha um reforço do financiamento do Estado para Universidade dos Açores, e que, por incrível que pareça foi chumbado, na altura, pela maioria do Partido Socialista.

Mas ainda há mais!

Quando em 2020 (e não foi em 1996!) o Sr. Deputado que interveio, da bancada do Partido Socialista, o Sr. Deputado José Contente, referia que o Deputado Vasco Cordeiro, na altura Presidente do Governo, tinha resolvido o problema do financiamento da Universidade dos Açores. Resultados? Zero!

Estamos em 2022 e não em 2020!

Mas há mais!

O Sr. Deputado José Contente dizia que ficou claro, mais uma vez, quem faz a diferença real pelos Açores. Demonstra claramente quem é que faz a diferença. Faz a diferença do Partido Socialista votar contra...

Deputado José Contente (PS): O senhor votou contra a proposta de aumento para a Universidade dos Açores!

O Orador: ... uma iniciativa que reforçava o financiamento da Universidade dos Açores.

O então candidato à Assembleia da República, o Sr. Deputado Francisco César, referia, na altura, que o Partido Socialista, caso formasse Governo, pretendia reforçar a parceria e a colaboração com a Universidade dos Açores, isto em dezembro de 2021. Resultados práticos disto? Zero! Nenhum resultado prático, bem pelo contrário.

Dizia também que se fosse eleito iria estar ao lado, de forma responsável e fundada, a defender os Açores.

Esteve mesmo ao lado dos Açores, e votou contra uma proposta que reforçava o financiamento da nossa universidade.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, já como Deputado desta Casa, acusou o Sr. Ministro da Ciência de incompetência em projetos pelos Açores.

Mais!... Dizia também que havia uma falta de palavra de Manuel Heitor, face ao que se comprometeu publicamente perante o Reitor da Universidade dos Açores.

Resultados práticos disto, foi o que já referi por algumas vezes.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, das duas, uma: ou os Deputados eleitos pelo Partido Socialista, pelos Açores, ou o próprio Partido Socialista dos Açores, não têm a coragem de enfrentar o Partido Socialista nacional, ou não têm a coragem de enfrentar este Governo da República do Partido Socialista, e estiveram contra esta iniciativa...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... ou então estão apenas e só, por birra, por ser uma proposta do PSD, não ser uma iniciativa por parte do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está confuso!

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente, pelo contrário, este Governo dos Açores aumentou as transferências e o apoio para a Universidade dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Os senhores cortaram 80% do PO 2030!

O Orador: Esta coligação reitera: é necessário um reforço de todos os partidos para puxar os Açores para cima e não o seu contrário.

Não fazer como o PS, puxar os Açores para baixo e, neste caso, a nossa universidade, que bem precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu faço uma interpelação apenas para que conste devidamente registado no Diário das Sessões que, tendo em conta que fui interpelado diretamente, e que considero que há um conjunto de falsidades, de meias-verdades, só não intervenho porque o Regimento não me permite.

Não posso deixar que o meu silêncio, e o silêncio da bancada do PS que já fez a sua intervenção, seja interpretado como aceitação tácita daquilo que foi dito.

Só não intervenho, porque o Regimento não me permite.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Flávio Soares, para uma interpelação?

(* **Deputado Flávio Soares (PSD):** Sim senhor.

Presidente: Tem a palavra, faz favor.

(* **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer chegar-lhe à Mesa uma cópia de uma nota de imprensa do Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): Não se incomode!

O Orador: ... em que refere precisamente aquilo que eu disse, e que não é falsidade nenhuma.

Refere, inclusivamente, que “o também Deputado Regional do PS no Parlamento Açorianos criticou a falta de palavra de Manuel Heitor face ao que se comprometeu publicamente perante o Reitor da Universidade dos Açores”

Deputado José Ávila (PS): Se vai entregar à Mesa porque está a ler?

O Orador: Portanto, entregarei à Mesa para fazer chegar às Sras. e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor

do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 23 votos contra do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para o próximo voto, que é um Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, “falta de salva-vidas para o Grupo Central”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

FALTA DE SALVA-VIDAS PARA O GRUPO CENTRAL

O Povo Açoriano identifica o mar com uma familiaridade única, numa ligação ancestral.

Conferindo uma grande projeção atlântica a Portugal e à União Europeia, o nosso mar é uma referência estratégica fundamental.

O posicionamento geográfico das nossas ilhas também nos coloca no trajeto da navegação intercontinental de mercadorias e passageiros, sendo o nosso mar diariamente cruzado por dezenas de navios.

Nos Açores, a relevância dos setores económicos ligados ao mar conjuga-se com a sustentabilidade e a salvaguarda deste nosso ativo natural, e de modo muito particular das Áreas Marinhas Protegidas, num contributo determinante para o Planeta.

Importa, por outro lado, afirmar que o mar dos Açores constitui parte significativa da enorme área de jurisdição marítima do país e que, no exercício das obrigações de soberania, compete ao Estado garantir a fiscalização desta zona e bem assim a segurança de toda a atividade marítima que nela acontece. E ao mesmo tempo reconhecer publicamente que a

Marinha Portuguesa exerce com irrepreensível dedicação e eficácia o apoio a naufragos e bem assim a situações de emergência ocorridas nesta circunscrição.

Em dezembro de 2016, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrello, em visita aos Açores, anunciou que o Governo da República tencionava “atribuir ao arquipélago dos Açores o primeiro salva-vidas de grande capacidade, [da classe] ‘Vigilante 21’, que estará concluído na indústria nacional, no Arsenal do Alfeite, no final de 2018, para operar nas ilhas do grupo Central do arquipélago”.

Passados três anos e meio sobre a data-limite prevista para a disponibilização da embarcação, o Governo do Primeiro-Ministro António Costa ainda não cumpriu essa promessa, deixada pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional por ocasião da inauguração das estações “Costa Segura” da Horta e do Corvo.

Ainda recentemente, no termo da sua comissão de serviço, o senhor Comandante da Zona Marítima dos Açores, Comodoro Machado da Silva, afirmou estar “a aguardar uma embarcação salva-vidas de grande capacidade”.

A carência de meios provoca, naturalmente, constrangimentos na atuação da Autoridade Marítima e dos seus efetivos em situações de emergência, comprometendo o sucesso da ajuda e socorro que são devidos a quem navega no mar dos Açores, sejam residentes ou não-residentes, em trânsito entre ilhas, na atividade piscatória, em viagens de recreação ou no transporte de mercadorias.

De notar, ainda, que o Governo Regional, de acordo com o seu Programa, aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, se comprometeu a “reivindicar que a República cumpra a suas funções de soberania, no âmbito da defesa e fiscalização do mar dos Açores”.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores a aprovação de um Voto de Protesto ao Governo da República pelo incumprimento da disponibilização de um salva-vidas da classe “Vigilante XXI”, para operar nas ilhas do Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Terceira, passados cinco anos sobre a apresentação de tal promessa.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Presidente da Assembleia da República, ao Governo da República e aos líderes parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República.

Horta, sala das sessões, 02 de junho de 2022

Os Deputados, António Vasco Viveiros, Joaquim Machado, Carlos Freitas, Elisa Sousa, Jaime Vieira e Paulo Gomes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa condição atlântica, a dispersão em nove ilhas, fazem-nos detentores de um espaço de intervenção gigantesco.

A área atlântica operada pela Força Armada Portuguesa obriga, impõe mesmo, investimentos tecnológicos, desde os mais tradicionais, mas também, e sobretudo, investimento e a utilização de meios cada vez mais evoluídos nas missões de fiscalização, busca e salvamento.

Neste sentido, o Partido Socialista, quer na Região, quer na República, defende, hoje, como ontem, o reforço dos meios de fiscalização e socorro no mar dos Açores.

Importa, talvez, relembrar aqui os compromissos que ao longo do tempo foram sendo assumidos pelos vários Governos da República, mas restringimo-nos àqueles que são os mais recentes.

De facto, em setembro de 2017, foi reafirmado o compromisso de disponibilização de três lanchas rápidas, de um novo salva-vidas, e também da instalação do sistema costa segura.

Destes três compromissos foram cumpridos dois deles: o relativo às três lanchas rápidas, que foram entregues a 4 de junho de 2018, e que têm condições de autonomia para operar, com abrigo numa cabine de proteção, em estados adversos meteorológicos e oceanográficos, no mar dos Açores.

O projeto de construção foi iniciado no primeiro semestre de 2017 e concluído em junho de 2018, quando estes três equipamentos foram entregues em Angra, Horta e Ponta Delgada.

Também no que diz respeito ao sistema costa segura, o mesmo foi implementado e isso já foi referido aqui na leitura do voto de protesto, pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, e este sistema é um sistema muito importante, que se pretende que garanta a cobertura total das águas territoriais e é um sistema de fiscalização que vai permitir monitorizar, ou que permite monitorizar, mesmo partir de terra, todas as zonas costeiras do país.

Para além disso, e agora já mais recentemente, a 6 de abril deste ano, o Chefe de Estado Maior da Força Aérea Portuguesa, anunciou o reforço de horas de voo das aeronaves de fiscalização nos Açores, considerando que este é fundamental, pese embora das 335 missões realizadas o ano passado, para cerca de 400 doentes, correspondem a metade, ou a mais de metade do transporte feito pela Força Aérea Portuguesa.

Nesse momento em que foram prestadas estas declarações, o Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, manifestou-se satisfeito com o reforço da fiscalização das águas açorianas pela Força Aérea Portuguesa.

Mais recentemente, e a propósito da lança salva-vidas, o Sr. Deputado à Assembleia da República, Francisco César, instou a Sra. Ministra a dar informação sobre este assunto. E mais recentemente ainda, a semana passada, exatamente no dia 24 de maio de 2022,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Terminou já, Sr. Presidente,

... o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, “manifestou satisfação...”, e estou a citar, “... pelo facto de, até ao final deste

ano, ter-se finalmente um salva-vidas, que estará posicionado no Grupo Central, em particular na Horta, bem como por se estar a desenvolver um esforço para reforçar os navios de vigilância na subzona dos Açores, da Zona Económica Exclusiva nacional”.

É por isso com estranheza que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê a manutenção deste voto...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: ... por parte do Grupo Parlamentar do PSD, pela sua perfeita e total desatualização, e aliás, dissonância com aquilo que é a afirmação do Governo e do Sr. Presidente do Governo.

Portanto, o Partido Socialista está satisfeito pelo facto de, este ano, passarmos a dispor de um equipamento desta natureza e não há, no nosso entendimento, razão para protesto.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Recorrentemente o Governo da República falha com a Região Autónoma dos Açores, naquelas que são as suas competências e obrigações de soberania. São sobejamente conhecidos os exemplos, ao longo dos anos, e não muitas vezes é necessário que haja alguma disponibilidade do Governo Regional para que o Governo da República materialize, finalmente, aquelas que são as suas competências de soberania.

O caso do salva-vidas para o Grupo Central é mais um episódio neste relacionamento dos Açores com a República. Afinal estamos falando de uma promessa, uma promessa feita por um Membro do Governo Socialista da República, em 2016.

Os Açores não pediram! Os Açores não exigiram!

É um dever de soberania!

É um dever de soberania da República que não está cumprido e mais uma vez é uma promessa socialista por cumprir.

Olhando para o nosso passado recente, aqui nos Açores, nós conhecemos bem o que são promessas por cumprir, e bem sabemos que este é o modo de atuação do Partido Socialista, infelizmente. A história nos Açores está repleta disso.

São promessas por cumprir, promessas e mais promessas, as mesmas promessas de sempre, uma e outra vez.

Estamos em 2022! Passaram-se seis anos desde que foi prometido um salva-vidas da Classe Vigilante 21, para o Grupo Central, que até ao momento ainda não chegou e é razão para perguntar onde está ele? Para onde foi? Uma vez que era suposto ter chegado em 2018, porque foi isso que foi afirmado pelo Membro do Governo.

Portanto, é tempo de reclamar o cumprimento da promessa. É esse o nosso dever em defesa da nossa Região.

Se não fizermos isso, não estamos aqui a fazer nada nesta Assembleia.

Portanto, foi uma promessa com vários anos! Foi uma promessa com prazo!

E foi uma promessa que está por cumprir.

Acho que é legítimo reclamar o cumprimento dessa promessa.

Portanto, por muito que incomode ao Partido Socialista esta é uma das formas que está ao nosso alcance de mostrar o nosso desagrado para com esta desconsideração sistemática com os Açores por parte do Governo da República.

Portanto, nós exigimos que a República cumpra nos Açores o seu dever, a sua obrigação de soberania.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma base naval nos Açores!

O Orador: Os submarinos do Eng.º Guterres e do Dr. Paulo Portas incomoda muita gente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante mais um daqueles casos em que a República, mais uma vez, demora a cumprir com os Açores.

No entanto, essa preocupação do PSD sobre o salva-vidas de classe Vigilante 21, como bem disse a Sra. Deputada Andreia Cardoso, é extemporâneo. O Sr. Secretário Duarte Freitas tem de coordenar melhor o Grupo Parlamentar do PSD, porque entre as declarações do Sr. Presidente do Governo e os protestos do Grupo Parlamentar do PSD, há um confronto que não se percebe.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo anunciou, já várias vezes, que este é o Primeiro-Ministro que melhor colabora com o Governo dos Açores; o Sr. Presidente do Governo, em audiência com o Comandante da Zona Marítima dos Açores, ficou muito contente porque lhe foi apresentado, a 24 ou a 23 de maio, que este salva-vidas vinha para a Região Autónoma dos Açores e, por isso, parece-nos extemporâneo o Grupo Parlamentar do PSD apresentar aqui esse protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Simpatia cerimonial!

O Orador: No entanto, como eu sou um pouco como São Tomé, obviamente que me vou associar a este voto de protesto, porque, e foi aqui também dito pela Sra. Deputada Andreia Cardoso e anunciadas algumas das promessas que foram cumpridas e eu não resisto a dizer que um Governo a 100% não pode ficar satisfeito por cumprir 75% das promessas e, muito menos, quando esses 75% das promessas, em número, não são sequer 25% das promessas em efetivo, porque cumpriram aquelas promessas que eram mais baratas e mais fáceis de cumprir, embora em número elas sejam 75%.

Só há uma questão aqui, neste voto de protesto, que me incomoda: é não darem conhecimento disso à ONU. É uma pena que não deem conhecimento disso à ONU, porque, de facto,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É melhor!

O Orador: ... acho que precisamos de instâncias superiores para tomarem conta do Governo de Portugal, para que o Governo de Portugal, de facto, olhe para os Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Sr. Deputado Nuno Barata é o representante oficial da ONU, aqui, no nosso Parlamento!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, conhece a história do Congresso de Berlim?

Deputado Nuno Barata (IL): Conheço!

Deputado Francisco Coelho (PS): Do PPM, não!

O Orador: Conhece!... Sabe o que é que aconteceu quando as disputas de soberania e as disputas territoriais foram controladas pelas grandes potências e grandes instituições internacionais? Sabe? Conhece a história do mapa cor-de-rosa? Conhece!... Então não lhe preciso dizer mais nada!

O que eu gostava de dizer no âmbito deste voto é o seguinte:

É evidente que o Governo da República, e nisso o Sr. Deputado tem razão, tem vindo a descuidar-se daqueles que são os interesses, eu diria, os interesses nacionais, os grandes interesses geoestratégicos nacionais, ao colocar aqui os meios, neste caso o salva-vidas, os outros meios relacionados com uma presença forte, da Marinha Portuguesa e da Força Aérea, aqui, numa zona, que é uma zona nevrálgica, uma zona importantíssima para o futuro do nosso país.

Isto é não ter visão estratégica. Eu fico impressionado com o conjunto de meios que agora são alocados para a defesa da Ucrânia...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Tem razão!

O Orador: ... e, entretanto, a defesa daqueles que são os interesses nacionais dos Açores continuam completamente descuidados. Isso é que é impressionante por parte do Governo Socialista da República.

Isso não é defender o interesse nacional, não é ter qualquer perspetiva, porque o que nós vemos no mundo de hoje, é uma disputa por fronteiras,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Isto não é a sério! Nem o Chega diz isso!

O Orador: ... é uma disputa cada vez mais acesa por recursos e o que nós temos é, aqui, nos Açores um território em que nós estamos a reivindicar mais zonas de jurisdição e, nisso o Sr. Deputado tem razão, não podemos é mandar isto para a ONU, mas é uma zona que está desprotegida do interesse nacional.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Deputado, isso está a correr-lhe mal!

O Orador: Isto é evidente.

Portanto, é necessário fazer esse esforço aqui. E mais uma vez o Partido Socialista, nesta matéria, está na trincheira errada. Não está na defesa dos interesses dos Açores, eu diria até que não está do lado da defesa do interesse nacional, porque é do interesse nacional reforçar os meios para afirmar a soberania, a jurisdição do nosso país nesta zona tão importante para o nosso futuro.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Deputado, o senhor associou-se ao Voto da Ucrânia e agora vem dizer isso?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições... Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia sobre algumas considerações aqui feitas durante a discussão deste voto de protesto.

Não há qualquer tipo de descoordenação, nem qualquer tipo de anomalia entre a apresentação deste voto e as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, por uma questão muito simples, factual:

Este voto foi redigido e entregue no plenário de abril, não tendo sido lido pelas circunstâncias do próprio debate que não permitiram a leitura de votos, mas ele foi distribuído nessa altura, portanto, muito antes das declarações do Sr. Presidente do Governo Regional.

Portanto, é uma habilidadezinha vir aqui...

Deputada Ana Luís (PS): Podia ter retirado!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A Sra. Deputada Alexandra Manes acabou de ler um voto relativo a 1.º de Maio, e já estamos em junho!

O Orador: ... criar ruído para distrair os açorianos da essência deste problema, que é a falta de um salva-vidas...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... para apoio à navegação, socorro a quem no mar precisar da ajuda da nossa marinha portuguesa. Este é que é o problema. Porque se não fosse necessário um salva-vidas para o Grupo Central, o então Secretário de Estado da Defesa Nacional, em dezembro de 2016, há mais de 5 anos, há 5 anos e meio, não o teria prometido.

Prometeu o fornecimento dessa embarcação até ao final de 2018. Passaram-se três anos e meio.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Nós, durante três anos e meio, e ainda hoje, no Grupo Central, não dispomos dos meios necessários à ajuda à navegação e ao socorro que for necessário.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto, portanto, não pode deixar ninguém tranquilo, nem pode deixar ninguém indiferente, e deve obrigar-nos a nós, que somos representantes do povo destas ilhas, e também do Grupo Central, obviamente, a tudo fazer para que o Estado cumpra com aquilo que é a sua competência e obrigação.

E o incumprimento por parte do Estado, como estamos a ver, é um padrão nesta governação socialista.

Há pouco vimos quanto à universidade, agora estamos a ver quanto aos meios de apoio e socorro, no mar.

Portanto, lamento muito dizer que o Partido Socialista prefere a fidelidade partidária a estar ao lado dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É um Partido Socialista que, agora na oposição,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vai revelando a sua incapacidade de regeneração.

Afinal, o pior do PS continua por aí.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, passando aos votos de pesar.

Eram 12 horas e 02 minutos.

O primeiro Voto de Pesar apresentado, é pelo falecimento do Sr. João António Gomes Vieira.

É apresentado por um conjunto de Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves para a sua apresentação.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

João António Gomes Vieira

No dia 22 do passado mês de abril, faleceu João António Gomes Vieira, figura de grande prestígio da ilha das Flores.

João Vieira nasceu nas Lajes das Flores, a 23 de janeiro de 1939. Fez da sua vida um serviço permanente à cultura e à preservação do património da ilha.

A partir de 1958 começa a reunir peças e documentos das atividades marítimas da ilha, visando salvar os testemunhos da memória da atividade baleeira no Porto da Calheta nas Lajes das Flores, cuja fábrica artesanal “Casa da Baleia” tinha sido desativada em 1954, por via da recente criação da União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo Ld^a.

Em 1975, com o Major Médico Georges Guillon, retoma o projeto de salvaguarda da Casa da Baleia, efetuando a expensas próprias e de familiares, os trabalhos de limpeza e conservação dos equipamentos daquele exemplar único da arqueologia baleeira em todo o país.

Passado um ano, passaram à elaboração do projeto de recuperação e valorização das Instalações Baleeiras do Concelho das Lajes das Flores, visando o seu aproveitamento museológico.

Participou em dezenas de seminários, encontros de Museologia e eventos de carácter etnográfico em Portugal e no resto do mundo.

Em outubro de 1990, foi nomeado pelo Secretaria Regional da Educação e Cultura para fiscalizar a empreitada de reconstrução, consolidação e restauro do Convento de São Boaventura. Foi o trabalho de uma vida, que assumiu com grande empenho e dedicação exclusiva.

Participou em muitos diaporamas e filmes de carácter etnográfico. Destaque para as obras que permitiram preservar as memórias do mar e da baleação que têm a sua assinatura e incansável investigação.

“O Homem e o Mar, Embarcações Tradicionais dos Açores”, cinquenta páginas de texto e cento e cinquenta ilustrações e fotografias antigas, que se estendem por mais de um século, demonstrativas da evolução das embarcações dos Açores. Registos fotográficos dos diferentes tipos e dos principais portos dos Açores, ao longo da década de 80. Investigação histórica dos primeiros cronistas dos Açores, sobre embarcações.

Notas biográficas sobre Artífices de Marfins do Mar dos Açores, mais de meia centena de nomes.

Estudo das Águas Termais e mineromedicinais da Ilha das Flores. Listagens de nomes portugueses constantes nas listas de tripulações de navios baleeiros da Costa Leste dos Estados Unidos, de 1850 a 1900, arquivo de manuscrito reservado do New Bedford Whaling Museum, investigados entre 1989 e 1990, durante período de férias.

Biografias de marinheiros oriundos das ilhas das Flores e Corvo, que se distinguiram na baleação e marinha de comércio da América do Norte.

Ao longo das últimas duas décadas, efetuou o levantamento fotográfico dos exemplares mais significativos da arquitetura popular da Ilha das Flores, bem como o registo de pormenores de acabamentos, técnicas e materiais de construção.

Nas últimas três décadas efetuou investigação sobre a etnografia da Terra e do Mar, bem como as notas das indústrias caseiras “tecelagem e tinturaria vegetal”, a inventariação das plantas tintureiras, e ainda sobre a cerâmica de produção local, com a localização dos antigos fornos da cerâmica.

Em 1989, por despacho do Ministro da Cultura Jacques Lang de 2 de junho de 1989, foi-lhe atribuído o Grau de Cavaleiro da Ordem das Artes e Letras da República Francesa. A cerimónia de entrega decorreu na Embaixada da França em Lisboa, no dia 18 de fevereiro de 1993.

Recebeu ainda a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico em 2010 e a Comenda do Infante D. Henrique em 2012.

João Gomes Vieira foi o obreiro da nossa história e deixa um legado único a par de uma memória única de humildade, simpatia e serviço público em regime de dedicação exclusiva.

Assim, os deputados subscritores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento de João António Gomes Vieira, do qual deve ser dado conhecimento à família e às câmaras e assembleias municipais das Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores.

Horta, Sala das Sessões, 2 de junho de 2022.

Os Deputados: Gustavo Alves, Bruno Belo e José Gabriel Eduardo

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD subscreveu este voto pelo falecimento do Sr. José António Gomes Vieira. O seu legado histórico, na preservação daquelas que foram as memórias de uma comunidade como as Flores, vai muito para além daquilo que este voto poderia trazer.

Permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, dizer uma expressão, que um dia ele disse-me: a grandeza e a força de um homem mede-se dos ombros para cima. Isto revela que o passado dele e tudo aquilo que ele construiu para as Flores e para a Região o tornou grande, porque ele era grande também dos ombros para cima.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo. Faça favor.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se e subscreveu o presente voto de pesar a João António Gomes Vieira.

Com um olhar vivo, inteligente e um requintado sentido de humor, João António Gomes Vieira foi um exímio contador de histórias, um comunicador nato, quer na língua materna, quer ainda no francês ou inglês. É autor de muitos livros e artigos publicados em Portugal e França, sobre a arte dos baleeiros, dos quais se destacam diversas obras bilingue ligadas à atividade marítima nos Açores que perpetuam a recolha exaustiva que preparou e organizou ao longo de décadas.

Cedo aprendeu a técnica de trabalhar o marfim e são inúmeros os trabalhos em *scrimshaw* que se encontram espalhados pelo país e estrangeiro, nomeadamente no museu das Flores e que demonstra mais uma faceta deste Homem que tinha pela sua terra natal uma paixão imensa.

Com participações em inúmeras exposições no país e no estrangeiro, em programas de televisão e rádio, são vários os sinais de apreço que recebeu pelo seu trabalho e várias são as condecorações que recebeu ao longo da sua vida, destacando-se, como foi mencionado no voto, o Grau de Cavaleiro da Ordem das Artes e Letras da República Francesa em 1998, a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico em 2010 e a Comenda do Infante D. Henrique em 2012.

Justifica-se, assim, que se recorde, com pesar, o falecimento deste florentino inconformado, que deixa a todos nós exemplos de dedicação, trabalho e apego a causas que importa não sejam esquecidas.

Ainda em tempo solicito que do presente voto seja também dado conhecimento ao Museu das Flores, casa a que Joao Vieira dedicou grande parte da sua vida.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta à família enlutada, as mais sentidas condolências.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então colocar à votação este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto apresentado na Mesa é um Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel de Braga Pimentel. É apresentado pelo Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

MIGUEL DE BRAGA PIMENTEL

Nasceu na freguesia da Maia, em São Miguel, em 1940, e faleceu a 22 de maio de 2022 aos 82 anos. Além de exímio tocador de viola da terra, Miguel de Braga Pimentel será sempre lembrado como um dos grandes impulsionadores da Viola dos Dois Corações.

Miguel de Braga Pimentel começou a aprender a arte da viola da terra aos sete anos, com o seu pai – Manuel Moniz Pimentel – e o gosto pelo instrumento tão tipicamente açoriano foi crescendo à medida que os anos iam passando.

Em 1964 ingressou nos quadros da Polícia de Segurança Pública, mas sem nunca deixar de lado o instrumento que tanto o entusiasmou e que além de tocar também viria a estudar.

Na década de 80 levou a viola da terra ao Conservatório de Ponta Delgada, em regime de Curso Livre, e dez anos depois foi percorrendo as freguesias de praticamente toda a ilha, com cursos impulsionados por Grupos Folclóricos, Associações, Casas do Povo e Juntas de Freguesia. Cursos que muito contribuíram para despertar ainda mais o gosto pela viola da terra por toda a ilha de São Miguel.

Mas Miguel de Braga Pimentel não se dedicou apenas ao estudo e ao ensino. Também gravou discos, perpetuando os acordes da viola de dois corações para a eternidade. Juntou-se à cantora e estudiosa Maria Antónia Esteves e editou os Lp's “Mangericão da Serra”, em 1984, “Canto do Prisioneiro”, em 1988, e o CD “Maria Antónia Esteves. Com este rosto ao vento”, em 2005. Participou em muitos outros trabalhos emprestando a sua mestria na arte de tocar.

Com a dedicação que lhe é reconhecida, o Mestre Miguel de Braga Pimentel fundou o Grupo Micaelense de Violas da Terra e durante anos actuou com o grupo, mostrando a riqueza deste instrumento característico das ilhas.

Além de tocador e estudioso da música tradicional regional, nos últimos anos dedicou-se também à arte da violaria.

A sua vida e obra já foram transcritos para livro – intitulado “biografia toada” da autoria de Ricardo Melo e Patrícia Bettencourt – onde é possível conhecer um pouco mais sobre a vida do mestre tangedor, mas também sobre a sua técnica que foi aperfeiçoando ao longo dos tempos.

Como forma de homenagear este grande legado da cultura tradicional açoriana, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do mestre de viola da terra Miguel de Braga Pimentel, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Junta de Freguesia da Maia, e à Associação de Juventude Violas da Terra.

Horta, Sala das Sessões, 2 de junho de 2022

O Deputado: José Pacheco

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rui Anjos faça favor. Tem a palavra.

Deputado Rui Anjos (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É inseparável falarmos da nossa viola da terra e de Miguel Pimentel.

A viola da terra está, desde há muito, relacionada ao ensino e ao Conservatório Regional de Ponta Delgada. Na década de 80, a viola da terra começa a ser lecionada nesta reconhecida instituição.

O primeiro formador de viola da terra foi o Mestre Miguel de Braga Pimentel.

Além de exímio tocador, a paixão do Mestre Miguel Pimentel por este instrumento levou-o, inclusive, à sua construção. Concebeu dezenas e dezenas de exemplares numa incessante melhoria contínua do seu conhecimento, desenvolvimento e envolvimento com este instrumento.

Fundou o “Grupo Micaelense de Violas da Terra” e atuou diversas vezes com o “Orfeão Edmundo Machado Oliveira”. Referências incontornáveis do nosso património cultural e musical açoriano.

Todas as conquistas, todo este património só foi possível dado o envolvimento, o esforço e dedicação de toda a nossa sociedade (civil e política), dos seus formadores e dos seus alunos.

O Mestre Miguel Pimentel, contribuiu ativamente para o prestígio da música tradicional açoriana, numa contínua jornada de dedicação, de promoção e de desenvolvimento da nossa música e das nossas raízes.

O GPPS associa-se a este voto de pesar, prestando sentida homenagem a este grande embaixador da nossa cultura, do nosso património e da nossa Viola da Terra.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o Sr. Miguel, como era conhecido na Maia, foi um grande impulsionador pelo gosto dos tocadores da viola da terra, a chamada “Viola de dois corações”.

Foi na Maia que ele aprendeu, não só com o seu pai, mas principalmente com o seu tio, o Sr. Edmundo Pimentel, a tocar viola da terra.

Foi também com este senhor Edmundo que os conhecidos irmãos Peixoto, da Maia, aprenderam a tocar, e muitos outros que moram lá por cima.

O Sr. Miguel passou o seu legado a várias gerações, inclusivamente, o tão conhecido Rafael Carvalho, parte daquilo que aprendeu, foi-lhe ensinado pelo Carlos Quental, que também foi um exímio tocador, que, por sua vez, aprendeu com o Sr. Miguel, como era conhecido.

Foi ele que realmente elevou a viola da terra, tirou-a, transportou-a dos grupos folclóricos, das populações, para as escolas, para o conservatório, tornando assim imortal.

Uma curiosidade que é importante deixar aqui: foi ele que conseguiu recuperar a canção, “A Antiga Saudade”, que praticamente não havia registos. Havia algumas lembranças de algumas pessoas, lá em cima, na Maia, e que já estava praticamente desaparecida. Há 25/30 anos, a Santa Casa

da Misericórdia da Maia lançou o CD do Sr. Miguel onde se cantava esta “A Antiga Saudade”, nomeadamente na voz da cantora Maria Antónia.

Para além disso, vários CD’s, como já foi aqui dito, popularizam, eternizam, a viola da terra.

Não restam dúvidas de que realmente o gosto que os jovens atuais, a gerações atuais têm, sobre a viola da terra, se deve essencialmente ao legado deixado pelo Sr. Miguel.

Ele deixou-nos e perpetuou-nos pelo ensino, mas também pelos registos, tudo aquilo que há sobre a viola da terra.

Por tudo isto, e com muita consternação e pesar, obviamente que o Grupo Parlamentar do PSD também se associa a este Voto de Pesar.

Obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Queria informar a câmara que acompanha os nossos trabalhos na galeria, um antigo deputado desta Casa, João Paulo Ávila, a quem saúdo em nome deste Parlamento.

(Aplausos da Câmara)

Terminada a apresentação e votação dos votos, seguimos para as Declarações Políticas.

O PPM prescindiu de fazer a sua Declaração Política. Assim, dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para fazer a sua Declaração Política.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Do dever de povoar a terra fica-nos a certeza de que aos poucos o vamos falhando.

Certo é que os Açores têm sofrido nas últimas décadas um forte impacto negativo na sua demografia.

Em parte, devendo-se a algum fluxo migratório, mas, sobretudo, à decrescente taxa de natalidade que se tem registado nesta região.

Esta baixa natalidade tem resultado num maior despovoamento das nossas ilhas, especialmente as mais pequenas, ou nos núcleos habitacionais mais distantes dos maiores centros urbanos, mesmo nas ilhas maiores.

Há vários fatores a causar esta falta de natalidade. Passando pelo empobrecimento da classe média, a uma ausência de uma política habitacional eficaz que favoreça as famílias e a sua fixação.

Para contrariar tal tendência, apresentamos no passado mês de novembro, em orçamento, como nos tinha sido solicitado, um apoio à natalidade que tivesse em conta as ilhas ou as zonas mais despovoadas.

Um apoio que poderia ir até mil e quinhentos euros por nascimento. Este foi o compromisso firmado, o nosso compromisso para o progresso demográfico dos Açores.

Explicamos a quem, de forma séria, o desejou perceber, que este incentivo deveria ser para quem não recebe qualquer apoio social, qualquer benesse, para aqueles que o sistema erradamente apelida de “ricos”, mas que mais não são do que os tais pobres que trabalham todos os dias, aqueles que

contribuem com uma forte e pesada carga de impostos e inúmeras taxas, como todos nós sabemos.

Anteriormente eram chamados de classe média, hoje temos alguma dificuldade em apelidar tal patamar social, porque não são nem ricos nem pobres, talvez os chamasse de meros trabalhadores, talvez de Povo sem voz, mas com demasiados deveres sociais e contributivos.

O nosso apoio nunca teve como intuito retirar algum cêntimo aos mais desfavorecidos, porque estes já têm, bem ou mal, os necessários apoios sociais, que muitos gostam de embandeirar como troféu.

O que propomos é acrescentar algo de positivo a quem nada recebe, a quem nada beneficia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O querer agradar a todos e a tudo continua a ser a prática.

O querer ser um estado paternalista, aquele que se esconde por detrás da caridade, mas que esquece quem realmente trabalha, quem realmente contribui, quem se esforça e até mesmo os que muito já contribuíram ao longo da vida.

Este não é o estado que defendemos, justo e equilibrado, este é o Pai Tirano que trata os filhos de forma injusta e desigual.

Com o aproximar de um novo orçamento tudo se irá prometer, tudo terá um argumento, tudo irá parecer cristalino como água, mas não é ao CHEGA que têm de convencer, mas sim aos açorianos, que viram mais uma boa medida guardada na gaveta.

Não viemos para aqui para discutir o nome deste ou daquele, viemos para discutir políticas que defendam os Açores e os Açorianos.

Viemos para fazer diferente e colaborar nesta diferença.

Se, de algum modo, este contributo foi ignorado não é o CHEGA que perde, mas sim todos os açorianos que confiavam na mudança, e que, pelo que vamos vendo e nos dizem constantemente na rua, afinal parece que nada mudou.

Por estes dias, nos Açores, nasceu o Bernardo, filho da Inês e do Valério, mais uma criança que não irá ainda receber este apoio à natalidade.

Um momento único nesta nova família. Uma alegria que traz nos braços uma forte interrogação: Que futuro teremos para esta criança que agora entra nas nossas vidas?

A todos nós cabe esta resposta através das boas ações e não apenas de simples promessas eleitoralistas.

Temos de assumir este compromisso com as novas gerações, de fazer diferente, mas sobretudo, de fazer mais e melhor.

Disse!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a Declaração Política e o Chega esgotou o seu tempo para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Estão abertas as inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Face a esta declaração política, parece-me ser este um momento tão adequado, como outro qualquer, de tentar explicitar também aquela que é a abordagem que o Partido Socialista faz a este aspeto e que, no Congresso realizado no passado fim-de-semana, na Moção Global de Estratégia aí aprovada, surge sobre o título de, ou integrado num dos grandes vetores, num dos grandes desafios que consideramos que a nossa Região tem no futuro, e que tem a ver, em concreto, com a questão da sustentabilidade e, no caso concreto ainda, a sustentabilidade demográfica.

Nós entendemos, e isso distingue-nos da abordagem que aqui foi expressa, que a ênfase não deve ser colocada numa medida como aquela que o Sr. Deputado José Pacheco anunciou.

Não rejeitamos a utilidade que essa medida pode ter, mas, para nós, tão ou mais importante do que isso, é salientar três aspetos que, esses sim, se

revestem de importância fundamental na nossa perspetiva, para podermos vencer esse desafio e para, de certa forma, podermos garantir a sustentabilidade demográfica.

Mas antes disso, duas ou três notas, à laia de enquadramento:

Em primeiro lugar, este não é um desafio que se verifique à escala de ilha. É um desafio que se verifica, de forma particular, e isso não é novidade, dentro de cada ilha, face ao comportamento demográfico de alguns territórios, de alguns concelhos, em que mesmo nas ilhas em que tradicionalmente havia, até aos censos de 2021, uma estabilidade ou até um crescimento demográfico, esses concelhos já apresentavam sinais claros de estarem a enfrentar esse desafio.

Em segundo lugar, salientar também, que esse não é um desafio apenas das entidades públicas. É também um desafio das entidades privadas e que, no fundo, do ponto de vista da forma como entendemos que esse desafio deve ser salientado, deve haver um trabalho de concertação e de colaboração, um pacto, se assim quiserem chamar, para que possamos fazer face a esse desafio da sustentabilidade demográfica.

Mas há três aspetos, ou alguns aspetos, que, na nossa opinião são essenciais e que são, no fundo, na nossa perspetiva, a espinha dorsal da forma como podemos enfrentar esse desafio.

O primeiro deles tem a ver com a disponibilidade de serviços públicos e de políticas públicas, nomeadamente no domínio da educação, políticas sociais como a saúde, como a assistência à infância,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Fecharam jardins de infância!

O Orador: ... como a assistência e com o cuidado que deve haver relativamente a assegurar determinados serviços aos cidadãos que estão numa situação mais fragilizada.

Deputado José Pacheco (CH): Escolas, Jardins de infância, sobretudo na minha terra!

O Orador: Não sei se posso concluir.

Deputado José Pacheco (CH): Pode!

O Orador: Ouviu-o atentamente.

Esse é um dos aspetos fundamentais, o de proporcionar e garantir o acesso à educação, à saúde, a um conjunto de outras áreas e de outras políticas públicas que se assegurem fundamentais.

Deputado José Pacheco (CH): Fecharam escolas e jardins de infância na minha terra! É mesmo hipocrisia!

O Orador: Em segundo lugar, um segundo vetor, tem a ver com as acessibilidades, as acessibilidades que podem fazer com que não apenas, do ponto de vista físico, viver nessas ilhas ou territórios, possa não traduzir-se num encargo, ou num entravo acrescido para aqueles que lá decidem instalar-se, viver e constituir família ou, simplesmente, fazer a sua vida.

E, uma terceira componente, que tem a ver com o desenvolvimento económico. Esse aspeto é central, a garantia de emprego, de bom emprego, de emprego qualificado, é um dos aspetos que é também central para garantir a fixação das populações e para lutar contra o inverno demográfico.

Esses três aspetos, naquela que foi a experiência recente do Partido Socialista, estiveram presentes em alguns projetos e algumas medidas que foram tomadas.

No caso, sobretudo, daquilo que tem a ver com o desenvolvimento económico, o lançamento de outras áreas de desenvolvimento e de progresso económico, o caso do Spaceport, em Santa Maria, o caso do Terceira Tech Island, na Terceira, o caso da Escola do Mar e do POLOmarket, aqui, na ilha do Faial, são alguns desses aspetos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Naquilo que tem a ver com o segundo domínio, medidas, como por exemplo, o transporte marítimo de carga e viaturas, as acessibilidades que, por essa via,

também se poderiam facilitar, foi outro dos aspetos que integram o património do Partido Socialista,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Património valioso!

O Orador: ... e que, mais do que uma medida sectorialmente determinada, se integra numa visão global, numa visão estratégica daquilo que interessa fazer na nossa Região.

Por último, também em relação àquilo que é a intervenção a nível de serviços públicos, investimentos realizados por todas as ilhas da nossa Região, quer ao nível da saúde, quer ao nível de instituições e de parcerias, não apenas investimentos promovidos pelo Governo Regional, pela Região, mas também investimentos em parcerias com entidades do setor social e cooperativo, concretizaram e corporizaram esta aposta estratégica.

Resumindo e concluindo:

Salientamos a importância daquilo que tem a ver, e, naturalmente, a utilidade que pode vir a ter, a medida apresentada e evidenciada aqui, daquela tribuna, mas entendemos que essa medida não pode ser considerada como uma solução última, definitiva e completa para esse desafio com que estamos confrontados.

O contributo que o Partido Socialista dá para este debate e para este projeto, concretiza-se nessa abordagem e nessa visão estratégica da forma como o podemos vencer,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e não poderia naturalmente, neste debate suscitado pela declaração política do Sr. Deputado José Pacheco, de partilhar com a câmara, de propor, de, no fundo, partilhar com este Parlamento, aquela que é a nossa visão e aquela que é a nossa abordagem.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor. Tem a palavra.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A baixa taxa de natalidade nos Açores constitui uma relevante preocupação política e social a que este Governo não está alheio.

Urge criar condições de base para os casais jovens, a saber: habitação; emprego estável e bom acesso às creches.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Nesta matéria o Governo Regional dos Açores, já deu um passo significativo, por exemplo:

Na HABITAÇÃO - temos dois exemplos ... no Concelho mais jovem do país (Ribeira Grande – S. Miguel) foi retomado o projeto “De Trás os Mosteiros,” ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

A Oradora: ...que irá permitir alocar no mercado habitacional da Ribeira Grande – 52 fogos. Este foi um processo que se arrastou ao longo de mais de 10 anos que nunca foi solucionado pelo Partido Socialista.

Outro exemplo foi o que aconteceu com o edifício “Foros do Sol Mar” em Vila Fanca do Campo. Relativamente à habitação são os nossos exemplos.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): A senhora é uma grande estreia, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

A Oradora: Outro aspeto muito importante, o **EMPREGO ESTÁVEL** – tem sido preocupação deste executivo garantir o emprego estável às pessoas, retirando-as duma situação precária. Neste sentido este Governo, através da MEDIDA CONTRATAR, já integrou **dois mil açorianos** no mercado de trabalho.

Acresce a MEDIDA PRO-ATIVO – que visa INCENTIVAR OS DESEMPREGADOS OCUPADOS E ESTAGIÁRIOS a celebrar um contrato de trabalho.

Deputado Jaime Vieira (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Finalmente o terceiro aspeto: as **CRECHES** – houve um alargamento de isenção de pagamento de creches até ao 13.º escalão.

É desígnio deste governo minimizar as listas de espera nas creches, ainda neste ano civil.

Temos aqui um conjunto de medidas as quais contribuem para criar condições favoráveis ao aumento da natalidade nos Açores.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Estamos conscientes que ainda temos muito que fazer, porém em tão pouco tempo **MUITO** foi feito por este Governo.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Chega apresenta-nos uma declaração política que diz bem da sua visão sobre a sociedade e sobre aquilo que deve ser o apoio à natalidade.

É uma visão eugénica da natalidade, é uma visão eugénica da sociedade em que os pobres devem ficar de fora dos apoios e não devem ter direito a ter filhos.

Diz muito da Representação Parlamentar do Chega, dos seus princípios e das suas propostas.

Essa não é, definitivamente, a nossa visão, nem a nossa política. Rejeitamo-la por completo.

A natalidade é, e deve ser, uma consequência da existência de bons serviços públicos, de emprego, de bons salários, de acesso à saúde, à educação e só isso, efetivamente, pode fazer recuperar os níveis de natalidade e procurar também impedir o despovoamento das nossas ilhas.

Mas este tema já dura há demasiados meses. O Governo Regional e o Chega andam aqui num jogo de sombras, numa fraude política que dura desde novembro de 2021.

Recordo que o Chega não apresentou coisa nenhuma para este Orçamento, que está em vigor, de 2021, nem uma proposta,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Tenha vergonha na cara!

O Orador: ... mas diz que há lá um apoio à natalidade que exclui os mais pobres.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

O Chega pergunta ao Governo Regional onde é que está o apoio?

O Governo Regional, em requerimento, responde que está a fazer, mas não diz o quê.

E andamos nisto, nesta fraude política que governa a Região, porque é isto que está em causa, é este apoio parlamentar que mantém este Governo em funções.

Resta saber até quando é que a fraude política irá durar.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Fralde política é o Bloco de Esquerda!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O partido Chega traz-nos aqui, através do Sr. Deputado José Pacheco, uma declaração política sobre a natalidade, mas antes, e na sequência também do que foi a intervenção do Sr. Deputado António Lima, já não é a primeira vez que gosta muito de vir aqui tentar destabilizar e tentar criar algo entre o Chega e o Governo, de que não cumprimos, que é uma fraude.

O Sr. Deputado António Lima devia ter-se congratulado, sim, por aquelas que têm sido as medidas deste Governo no combate à natalidade, a um incentivo e à fixação das pessoas nas ilhas e também ao combate da baixa natalidade. Isso é o que o Sr. Deputado António Lima se devia ter referido.

Relativamente àquilo que nos traz aqui, ao tema desta declaração política, queria começar também por dizer que quando falamos no combate e nos apoios à natalidade e ao combate à baixa natalidade, a verdade é que deve ser implementado, e no nosso entendimento deve ser visto, num todo e deve ser

uma política social, transversal que conflui em apoiar as famílias em todas as dimensões.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, as famílias têm que se sentir confortáveis, com diversos tipos de apoios, não só apoio monetário, mas também outras políticas têm de ser implementadas, para que as famílias se sintam confortáveis em ter um filho, em ter mais filhos, e é esse caminho que o Governo Regional tem estado a fazer.

A verdade é que, num Governo tão recente, implementaram o acesso à creche até ao 13.º escalão. A verdade é que é uma medida inédita,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Defendida pelo Bloco há muitos anos, não foi por vocês!

A Oradora: ... medida que foi implementada na Região pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... e alargada agora, por este Governo (por este Governo!).

Deputada Alexandra Manes (BE): O Bloco trouxe aqui pela primeira vez e os senhores votaram contra!

A Oradora: É difícil, é difícil!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Alexandra Manes, permita que a Sra. Deputada continue.

A Oradora: O Grupo Parlamentar do CDS é que apresentou essa iniciativa aqui, e foi votada nesta Casa. Quando se começou este percurso das creches gratuitas, o Grupo Parlamentar do CDS era da oposição e implementámos.

Foi esse caminho que se iniciou nesta Região e que agora foi alargado até ao 13.º escalão, uma medida que tem sido muito importante para as famílias.

A verdade é que temos mais de 2000 crianças que estão a ser beneficiadas por esta medida deste Governo e que tem sido um importante contributo para as famílias.

Tem existido também um percurso significativo naquilo que é o aumento do número de vagas nas respostas sociais de apoio à família, em diferentes ilhas, quer aqui na ilha do Faial, quer também na Terceira e tem sido também uma resposta positiva para apoiar as famílias para que se possam também conciliar com a sua vida pessoal, com a sua vida profissional e isso também é um importante contributo.

Quando uma família decide ter um, ou mais filhos, algo que pensa, na verdade, não é só na questão do nascimento. É todo o percurso que essa criança vai ter. E tem sido essa a preocupação e é essa a política deste Governo, porque, para além destas medidas que eu enumerei relativamente ao apoio às crianças, a verdade é que tem existido um percurso de apoio, por exemplo, aquando no acesso ao ensino superior, quer pela bolsa de mérito, quer pelo apoio às bolsas de estudo, ao programa do apagamento de propinas, e, como tal, tem existido essa política integrada e num todo, para que as famílias sejam incentivadas também a ter crianças e que realmente se consiga combater esta baixa natalidade que tem sido cada vez mais acentuada em determinados territórios.

Como tal, há este trabalho, mas também dizer que nesta política transversal, tem sido prática e tem sido a política deste Governo integrar a questão da habitação.

Já foram dados aqui outros exemplos, mas falo também no exemplo dos Casteletes, na ilha de São Jorge, na freguesia da Urzelina.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Como tal, estão a chegar a todas as ilhas de forma a criar estruturas de apoio para que as famílias possam sentir-se confortáveis em realmente ter filhos, ter crianças para que a gente consiga combater esta

questão da baixa natalidade, que é um problema que se tem prolongado no tempo e que tem sido difícil.

Portanto, existe este trabalho que ninguém pode negar que não está a ser feito.

Há muito para fazer? Há!

Há muito para fazer, mas parece-nos que é nesta visão global de criar condições para que as famílias tenham uma vida cada vez melhor, que iremos certamente combater este grande problema da baixa de natalidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Já termino.

Como tal, e para terminar, quero dizer ao Sr. Deputado José Pacheco que a criança que nasceu, o Bernardo, vai poder usufruir, por exemplo, da creche gratuita até ao 13.º escalão; vai, se calhar, poder beneficiar de uma habitação num destes locais que eu enumerei. Como tal, dizer que nada foi feito, não é verdade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Há já um caminho que tem sido trilhado e que este nosso jovem irá poder beneficiar.

Quanto ao cumprimento, a verdade é que o próprio Vice-Presidente já disse que está a avaliar a questão.

O Governo tem cumprido aquilo que são os seus compromissos; foi aprovado no Plano e Orçamento...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já.

... estamos no mês de junho e, como tal, cumprissem todos os seus compromissos como o Governo Regional.

Muito obrigada.

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem muito pouco tempo, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Uma vez que tenho muito pouco tempo vou sintetizar a minha intervenção no seguinte.

Em primeiro lugar, gostava de endereçar – falha minha – os parabéns ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro pela sua eleição no recente Congresso realizado, aqui, na cidade da Horta, pela sua vitória albanesa.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Devo dizer também que vejo V. Exas., aqui, mais animadas do que no Congresso.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente, com três referências.

Falou aqui, o Partido Socialista, em melhoria das respostas públicas. Pois é exatamente isso que nós estamos a fazer. Não estamos no plano das intenções, estamos é a concretizar essas políticas.

Deputada Ana Luís (PS): A sua legitimidade partidária até nos abre os olhos! É *ad eterno!* Pode já sentar-se, Sr. Deputado, não disse nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Falou-se aqui em acessibilidades. Pois é isso que nós estamos a fazer.

Deputada João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: Chama-se tarifa Açores, chama-se muita coisa em termos de mobilidade. Olha, chama-se Thor, na ilha do Corvo, e é isso que nós estamos a fazer de forma concreta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Finalmente, Sr. Presidente, para não abusar da sua paciência, dizer outro fator de desenvolvimento económico: pois é isso exatamente o que nós estamos a fazer, fazendo crescer economicamente a Região, nomeadamente também baixando os impostos que V. Exa. não quer fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar a abusar da latitude da Mesa, para ver se no fim da legislatura eu levo um bocado mais de tempo.

Claramente daquela bancada o Sr. Deputado José Pacheco, ao seu jeito, à sua forma, elencou uma série de medidas tendentes ao combate àquele que é o grande flagelo de muitas das nossas ilhas e muitas das freguesias rurais, das ilhas grandes e até das ilhas que cresceram em termos populacionais, desde os censos de 2011 aos censos de 2021.

No entanto, e ouvimos aqui inúmeras respostas ao Sr. Deputado José Pacheco, sem que ele tivesse tempo para se defender, mas isso também é culpa dele, porque já devia ter aprendido com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é bom guardar um bocadinho de tempo para o fim, houve tempo, houve dinheiro, houve empenho para resolver uma série de medidas do Plano e Orçamento e da estratégia do Governo para combater este flagelo que é a desertificação de algumas das nossas ilhas e de algumas das nossas freguesias rurais.

Eu lembro à Câmara que o Chega, o partido que o Sr. Deputado José Pacheco representa, apenas inscrever no Plano duas medidas.

Deputado António Lima (BE): Não inscreveu nada!

O Orador: Uma, relativamente à aquisição de carros de bombeiros e outra relativamente a um apoio à natalidade.

Deputado António Lima (BE): Não há proposta de alteração!

O Orador: Parcas exigências, dirão alguns, outros dizem que nem sequer é nada.

O que me incomoda é que tendo havido tanto dinheiro, tanto empenho, tanta dedicação para resolver todos esses problemas que as bancadas dos três partidos da coligação conseguiram resolver, não tenha havido um pouco de empenho, uma “nisca” de dinheiro, uma “nisca” de dedicação, para resolver um problema que, com um parecer de incidência parlamentar, meteu no Orçamento. Esta é que é a questão que deve ser aqui debatida, porque não é só com o Chega, também é com a Iniciativa Liberal em outras questões.

Para dizer finalmente que, quem não cumpre com os seus parceiros, muito dificilmente irá cumprir com todos os açorianos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente os Açores têm um problema grave de natalidade. Tem os Açores, mas também tem a Madeira e de alguma forma tem o país todo e, de alguma forma, todo Ocidente tem esse mesmo problema e todos nós temos a nossa quota de responsabilidade nisso.

Toda a gente tem hoje um projeto de vida que passa pelo ensino superior, passa pela aquisição de uma casa, passa por uma quantidade enorme de prioridades que estão antes de assegurar a continuidade da sua própria existência.

Obviamente que quem tem esses projetos de vida que passa por uma habitação, que passa por uma formação superior, que passa por tantas outras situações, não seguramente com 1.500 euros que vai mudar o seu percurso de vida.

Muito mal estaria quem organizasse a sua vida se, a partir de determinada altura, decidisse ter um filho por causa de 1.500 euros. Essa é a minha visão e acho que é a visão de todo aquele pai e mãe de família que se pretendem constituir como uma família responsável, porque, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e bem, contribui-se para a melhoria da natalidade de várias formas: com melhor habitação, com melhor saúde, com melhor educação, com melhores condições de trabalho, com os exemplos que aqui a minha ilustre colega de bancada também já identificou na sua intervenção, com iniciativas que já foram levadas a efeito por este Governo e com outras que, inclusive, já foram anunciadas.

E aqui, se calhar, já deixo um desafio ao Sr. Vice-Presidente relativamente a uma medida que também já foi anunciada por este Governo, que se trata do envelhecimento dos nossos idosos na sua própria residência, e que de alguma forma também contribuiu para a natalidade, porque esses idosos ainda podem dar um contributo excelente aos seus netos indo buscá-los à escola, fazendo-lhes as refeições, dando-lhes o carinho, a cidadania e tantos outros elementos

que esses, sim, contribuem de uma forma transversal, de uma forma holística, precisamente para a natalidade. Não é seguramente desta forma.

Mas também não podia deixar de alertar para uma situação, que é, não é com 1.500 euros, como eu já disse, que se resolve os problemas de natalidade, mas também não se resolve os problemas da natalidade nos Açores quando temos um partido que usa, recorrentes vezes o nome dos Açores para dizer que é uma sociedade subsídio-dependente, que metade trabalha e outra metade não trabalha, e que leva à República, leva ao continente, o nome dos Açores, mas da pior forma.

Vergonha, digo eu!

Deputada Ana Luís (PS): E o que é que o senhor fazia antes?

O Orador: Sim, vergonha tinha eu de agora estar a defender essa situação de estar armado em defensor da demografia quando não muda um pé, este partido, para deixar mal o povo açoriano...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... que da forma possível tenta levar por diante a felicidade do nosso povo, a formação do nosso povo, a boa vivência do nosso povo nesta terra. É isto que nos compete a todos, não com medidas populistas, mas com medidas duradouras no tempo, com medidas eficazes. Isso, sim, é que é contribuir para a natalidade e é isso que os açorianos entendem que é efetivamente uma natalidade saudável e responsável.

Disse.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Pacheco:

Este Governo é um governo que assume os compromissos com os seus parceiros.

O Plano e o Orçamento têm cinco meses de vigência.

Ainda ninguém lhe disse que não íamos assumir o compromisso que assumimos com os nossos parceiros.

Como V. Exa. disse, como V. Exa. diz várias vezes, atirar dinheiro para cima dos problemas não os resolve. Se se resolvesse a questão da natalidade com 1.500 euros, já estaria naturalmente resolvida.

Portanto, o que lhe vou dizer, Sr. Deputado, é que nós devemos relacionarmo-nos institucionalmente uns com os outros: o Governo respeita os parceiros e os parceiros devem também tratar o Governo com respeito e urbanidade. É isso que o Governo faz para com os seus parceiros.

Deputado José Pacheco (CH): Desculpe, mas não é!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, começo também por si, por lhe responder, que uma das grandes medidas que já foi tomada por este Governo, aliás, por proposta sua, foi a descida dos impostos. Medida estrutural e muito importante para fixar gente nos Açores.

Se olharmos para os números com olhos de ver, percebemos que não houve assim, uma diminuição drástica da natalidade nos Açores.

O que contribuiu muito para o despovoamento dos Açores foi a emigração.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): É verdade!

O Orador: Esse é um dado que temos que ter em conta.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): A compreensão!

O Orador: Muita gente emigrou. É só olhar para os números.

Deputado José Pacheco (CH): Mas eu disse isso!

O Orador: Portanto, não descorando as medidas... Sr. Deputado José Pacheco eu posso continuar?

Deputado José Pacheco (CH): Faz favor. Estou a responder ao Sr. Secretário das Finanças! Somos pobres!

O Orador: Por isso, este Governo está a atuar na habitação. Se não criarmos condições para a habitação, para jovens casais terem habitação, não aumenta a natalidade.

Estamos a criar condições.

Devo dizer, Sr. Deputado José Pacheco, que falou na classe média, pobre, o seguinte:

No ano de 2021,...

Sr. Presidente, eu posso continuar?

Sr. Deputado José Pacheco quer que eu termine, ou quer que eu me sente?

Deputado José Pacheco (CH): Como o senhor quiser.

O Orador: Eu nunca o interrompi. O senhor esteve ali em cima...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor é um perito em apartes!

O Orador: Mas o senhor não está a fazer apartes. O senhor está a interromper a explicação que eu estou a dar-lhe.

Eu estou a dar explicações à sua intervenção.

Relativamente à classe média, Sr. Deputado, em 2021, ao pai do Bernardo, as famílias açorianas, pouparam 678 mil euros, com a creche até ao 10.º escalão. Em 2022, os pais, as famílias, vão poupar 2 milhões de euros, Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: É uma grande ajuda para sair gente da pobreza, para dar mais estabilidade às famílias, para poderem ter dinheiro mais livre, para poderem investir nos seus filhos e para poderem ter mais filhos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa é uma grande medida, Sr. Deputado José Pacheco, como a medida da habitação, do arrendamento com opção de compra, é uma grande medida para a fixação de gente, Sr. Deputado José Pacheco.

Portanto, realmente a natalidade resolve-se com a articulação público, privado e municipal.

E, enquanto não houver esta articulação de uma forma holística, de olhar para o problema, o problema não se resolve. Revolve-se baixando impostos nos Açores, resolve-se fazendo aqueles que emigraram voltarem à sua terra. É isto que temos que fazer com médicos, com professores, com enfermeiros, que emigraram desta terra ao longo de 10 ou 15 anos, Sr. Deputado José Pacheco. É isso que nós estamos a fazer, é isso que estamos a tentar fazer em 18 meses de governo.

A sua medida, Sr. Deputado José Pacheco, está a ser estudada como é que a vamos implementar. Agora, se 1.500 euros resolvesse o problema da natalidade, eu era o homem mais satisfeito à fase da terra, tal qual V. Exa. era.

É um contributo para isso. Será um contributo para isso, Sr. Deputado José Pacheco.

De resto, há certas medidas que se fizeram que contribuíram definitivamente para o despovoamento. Já falei da emigração. Falo também do encerramento de escolas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nas freguesias!

O Orador: ... nas freguesias. Escolas fechadas nas freguesias contribuíram para que as pessoas não ficassem no meio rural.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

Deputada Alexandra Manes (BE): Podem abri-las agora!

O Orador: Portanto, tudo isso junto é uma série de problemas que temos que, naturalmente, resolver, dando condições à classe média, não descorando os mais pobres, ajudando todos com equidade. É isso que estamos a fazer, é

isso que estamos a fazer e em 18 meses já fizemos muito, Sr. Deputado José Pacheco, muito, e vamos continuar a fazer.

Agora, da minha parte, Sr. Deputado José Pacheco, o que eu não aceito são ameaças.

Deputado José Pacheco (CH): Não são ameaças! É a concretização!

O Orador: Sr. Presidente, vou terminar dizendo que este Governo continuará a colaborar com entidades privadas, com entidades públicas, com as câmaras municipais, com as juntas de freguesia, naquilo que for necessário para a persecução deste objetivo, com o de desenvolver economicamente os Açores. Só assim conseguiremos estancar a emigração e só assim conseguiremos que os nossos jovens voltem à sua terra, por exemplo, tendo bolsas de estudo.

Se tem uma bolsa de estudo da Região, vai voltar à sua terra, vai ter a sua família cá. Isto são tudo medidas estruturais que nós continuamos a implementar de uma forma alargada. Não é uma medida única. Isto contribui para que os jovens possam vir e fixar-se na sua terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Está assim encerrada esta declaração política. Vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento, o Sr. Deputado Independente solicita a apresentação em plenário do **Projeto de Resolução n.º 123/XII – “Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para apresentação do diploma.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O dimensionamento das moradias constitui um elemento fundamental da confiança que os açorianos podem ter na nossa terra, no sentido de conseguir constituir aquilo que é o seu projeto de vida.

A habitação é um elemento, por isso, fundamental.

Difícilmente uma família pode constituir um projeto de vida se, eventualmente, tiver a consciência de que não tem uma moradia de dimensão adequada àquilo que é o seu agregado familiar atual, e àquele que pretende que seja a prazo a realidade da sua família.

É por isso da maior importância que as moradias existentes na Região, que as famílias que dispõem dessas moradias, tenham uma moradia à dimensão daquilo que pretendem para o seu futuro.

Todavia, a fragilidade económica da maioria das nossas famílias, nomeadamente daquela que hoje ainda é designada como classe média e que efetivamente está cada vez mais pobre, atendendo aos padrões de vida, cada vez mais caros, que correspondem viver, hoje, num mundo cada vez mais globalizado onde o acesso aos bens cada vez se torna mais complicado, e onde não podemos esquecer que os custos com a habitação, nomeadamente com criações, remodelações e manutenções representa um encargo cada vez maior para as famílias, leva a que hoje se pense que a habitação é efetivamente determinante naquele que é o sucesso da nossa região.

Não podemos esquecer, obviamente, nem deixar de acautelar, que efetivamente existem apoios já, atualmente, e de há muitos anos a esta parte, que beneficiam, e beneficiaram, muitas das famílias dos Açores, nomeadamente no apoio à habitação, à reabilitação de imóveis, mas também não podemos esquecer que se tratam de processos que, inevitavelmente, têm um pendor burocrático bastante acentuado, atendendo aquela que é a natureza dos apoios concedidos, e que efetivamente esses apoios, muitas vezes, tardam a chegar às famílias e, normalmente, estão vocacionados para as famílias com mais debilidades financeiras.

É, por isso, que no meu entender deve ser acautelado que sejam criadas medidas mais céleres, mais eficazes, mais capazes de responder de uma forma mais direta às necessidades das famílias, da dita classe média que aqui identifiquei há pouco, para que a partir daí tenhamos uma sociedade mais equilibrada, uma sociedade onde haja um incentivo à fixação em zonas mais rurais, e, para isso, é preciso atender a esses mecanismos que aqui proponho, esse apoio monetário ao aumento de tipologia e à eficiência energética das moradias.

É um mecanismo que tem, no meu entender, um pendor mais vocacionado para a construção de moradias fora dos grandes centros urbanos.

Não podemos ainda esquecer que o Programa Operacional 2030, tem um enfoque especial na qualidade de vida dos cidadãos e que, desta forma, os imóveis, as moradias onde esses cidadãos do espaço europeu residem, ocupa também uma preocupação acentuada nesse novo Programa Operacional.

Além disso, no passado dia 3 de maio, a Sra. Comissária Europeia para a Coesão e Reformas identificou que, as zonas ultraperiféricas, poderão dispor, passe a expressão, de uma atenção especial relativamente aos programas comunitários, atendendo à ultraperiferia das nossas regiões e às debilidades económicas e sociais que ainda são visíveis nessas zonas mais afastadas dos grandes centros de decisão da União Europeia.

É por isso, e no meu entender, da maior urgência criar um mecanismo de apoio ao aumento de tipologia, mas também do apoio à eficiência energética dos edifícios para que de uma forma ágil, simplificada e tendencialmente generalizada, se chegue a mais pessoas, a mais famílias, transmitindo assim uma inegável qualidade de vida aos nossos cidadãos que, obviamente, será, conforme eu já disse, um elemento potenciador de uma não desertificação das zonas mais rurais, mas também um forte incentivo à natalidade.

Fica, assim, apresentado este Projeto de Resolução que, obviamente, irá baixar à Comissão para colher os devidos pareceres, e, espero, os contributos, conforme costume, normalmente dizer na apresentação das minhas iniciativas, de todas as Sras. e Srs. Deputados, no sentido de criarmos aqui um documento bom, um documento funcional, um documento ágil, que corresponda às necessidades dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Feita a apresentação, há um período para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

Não havendo, vamos dar continuidade à nossa Agenda com o ponto 13:

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 121/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off”.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da IL. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência no debate deste Projeto de Resolução prende-se, precisamente, com a eficácia do seu primeiro ponto resolutivo.

Tendo em conta que o Governo já anunciou que tem o projeto de requalificação e construção deste miradouro pronto para lançar a concurso, entende a Iniciativa Liberal que é urgente, para dar eficácia ao ponto resolutivo n.º 1, que recomenda ao Governo que abandone em definitivo este mesmo projeto, que ele seja debatido com urgência aqui, nesta Casa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Membro do Governo:

O assunto da gestão da visitação da Lagoa do Fogo, com ênfase para o Miradouro principal e a descida à própria Lagoa, merece a nossa profunda reflexão.

De facto, há uma concentração de visitantes ao local, devido ao fluxo turístico, principalmente na época alta, mas também uma intervenção, ou qualquer que seja a intervenção, num espaço destes que é uma reserva natural, tem o dever de compatibilizar aquilo que é a visitação com a conservação da natureza.

Já há um projeto pensado, já foi amplamente discutido, que resulta de uma alteração de um projeto inicialmente apresentado pelo Partido Socialista e que mereceu forte contestação da população.

Ao aprovarmos essa urgência não estaríamos a ter talvez tempo suficiente para analisarmos aquilo que ela realmente nos traz como proposta, e poderia implicar, uma vez que temos de aprovar ou não, e não podemos escolher aqui os pontos resolutivos, teria de ser o documento na totalidade, poderia pôr em causa realmente aquele projeto que já está pensado para o local.

Portanto, neste momento, nós consideramos que deverá haver uma reflexão mais profunda, temos de ouvir outras entidades, antes de tomarmos qualquer

decisão em relação a esta questão, portanto, àquilo que se vai fazer naquele espaço.

Porque aquilo que importa, realmente, é que haja a melhor gestão ambiental, económica e social do espaço em questão.

Por isso mesmo, nós consideramos que este Projeto de Resolução deverá baixar à Comissão, para uma maior discussão, uma discussão mais alargada, antes de realmente tomarmos uma decisão que poderá pôr em causa o espaço em questão.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este também é um problema que desde cedo o Bloco chamou a atenção, alertou para o problema da carga que é feita nesta...

Deputado Bruno Belo (PSD): A urgência, Sra. Deputada, a urgência!

A Oradora: Desculpe. Posso? O Sr. Deputado Bruno está excitado!

Nós concordamos com o princípio da urgência, concordamos com o princípio desta proposta que aqui está, no entanto, há aqui pontos resolutivos que nos causam algumas dúvidas e não nos parece certo que nós analisemos isto aqui de forma rápida, sem ouvir o Governo e sem ouvir mais entidades envolvidas nesta matéria.

Com o princípio do *shuttle* nós concordamos. No entanto, como já disse, há pontos resolutivos que nos parecem impossíveis para o Bloco apoiar, nomeadamente o facto da Iniciativa Liberal, com a sua visão liberalista, querer colocar os residentes na região a pagar mais uma taxa, quando ainda há poucos dias estávamos todos aqui a falar contra o pagamento de taxas de quem nos visita.

Por isso, o Bloco de Esquerda, acha que ainda vamos a tempos de levar esta questão a análise em Comissão.

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que aqui nos traz a Iniciativa Liberal, quase passando a redundância, é uma iniciativa que merece efetivamente a nossa atenção, mas, e não obstante, no meu entender, se não me engano, acho que tinha nove pontos resolutivos. O primeiro ponto resolutivo é uma matéria bastante complicada, que merece uma reflexão profunda, que merece um

conhecimento pleno do que é que estamos aqui a aprovar, efetivamente de que obra é que estamos a falar, de que valor é que estamos a falar.

Estarmos aqui a decidir de forma taxatária se aprovamos ou não essa iniciativa, sem termos a noção efetiva, pelo menos da minha parte, de que realidade é que estamos a falar, acho que é desadequado.

Desta forma, eu proponho que a urgência não seja aprovada, que o documento baixe à Comissão, a fim de analisarmos convenientemente essa proposta.

Desde já, deixava o desafio ao Governo e à Secretaria da tutela para que depois faça chegar à Comissão respetiva elementos mais comprovativos, de que dimensão de operação urbanística é que estamos falando naquela zona, os custos da mesma, para, a partir daí, a Assembleia ter uma noção mais clara da intervenção que estamos a falar e percebermos se a partir daí há condições ou não para aprovar a iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS também, à semelhança daquilo que foram as intervenções anteriores, considera que, atendendo àquilo que é esta figura, e sendo um Projeto de Resolução, em que apenas o proponente poderá fazer alterações, ou seja, mesmo que possam ser suscitadas para merecer a eventual concordância de toda a câmara, só o proponente é que as pode fazer. Também os pontos resolutivos não são votados de forma independente, são votados como um todo, e por isso consideramos que não obstante aquilo que possa ser a visão e a intenção que obviamente a Iniciativa Liberal apresenta o documento desta forma, é porque entende que é a solução e o caminho, nós não podemos concordar com todos os pontos resolutivos e então também

consideramos que a urgência, neste caso, não se justifica, porque será sempre melhor analisar isto em Comissão e eventualmente sair de lá um documento que comprovadamente seja melhor ou que, pelo menos, se verifique que aquilo que é a pretensão da Iniciativa Liberal efetivamente faz sentido e que possamos nós ser convencidos do contrário e depois poder acompanhar este documento.

Assim sendo não vamos acompanhar a urgência e vamos querer analisar este documento em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN sente as mesmas “dores” daquilo que está na iniciativa da Iniciativa Liberal, não as “dores” como um todo, se calhar temos alguma relutância relativamente aos residentes, obviamente, mas seja como for é algo que não precisa de aprofundamento, mas talvez precise de um toque dentro do próprio projeto para que, ouvindo a sociedade civil, possa fortalecer ainda mais esta iniciativa.

Por isso o PAN não irá votar a favor da urgência, apesar de concordarmos com a iniciativa.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Anjos, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera pertinente a iniciativa, tendo em conta este momento de crescimento de fluxos turísticos e, conseqüentemente, alguns constrangimentos que estão a ser provocados, neste momento, no miradouro da Lagoa do Forno.

No entanto, no nosso entender, este Projeto de Resolução tem algumas fragilidades que devem ser analisadas.

O facto de extemporâneo o carácter de urgência, precisamente para tentar resolver parte dos constrangimentos atuais, propondo uma concessão para a implementação de um serviço de *shuttle*, através de um concurso público internacional, em nada vai resolver os problemas no imediato.

Colocadas as questões processuais, provavelmente estamos a falar de meses para implementação deste serviço. Nada vai resolver no imediato o que está neste momento a acontecer no local.

Há também outras considerações que importa fazer neste momento. Parece-nos que estamos todos de acordo num determinado aspeto. Ou seja, urge implementar e desenvolver um sistema de controlo de acesso ao Miradouro, à Caldeira e aos trilhos.

Independentemente do figurino e do formato em concreto e uma intervenção no Miradouro da Lagoa do Fogo, neste momento, a situação atual não é digna e é profundamente negativo para a atividade turística praticada naquele local, e, conseqüentemente, para a imagem dos Açores enquanto destino turístico.

A arte de bem receber não se coaduna com a ausência de determinados equipamentos e serviços.

Temos toda a consciência de que urge disciplinar e regular a entrada no trilho da Lagoa da Fogo, permitindo uma gestão, um controlo e uma monitorização dos acessos e adaptar o espaço para a implementação de limites de carga.

Há um conjunto de valências essenciais para a sua concretização, nomeadamente o posto de acolhimento, uma zona interpretativa, instalações sanitárias e o percurso de acesso à Caldeira, definido e sinalizado.

Em bom rigor, e em traços gerais, a construção de uma estrutura de apoio aos visitantes, a implementação de um sistema de controlo de acessos ao interior da Caldeira, e a prestação de apoio logístico aos guias de parques naturais e aos visitantes em geral.

Dito isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que este diploma deve ser analisado, melhorando os seus pontos resolutivos na sua respetiva comissão.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência? Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do BE, do PPM, 1 voto contra do PAN, 1 voto contra do Deputado Independente, 1 voto a favor do CH e 1 voto a favor da Iniciativa Liberal.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido rejeitado este pedido de urgência, a iniciativa baixará à respetiva Comissão.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou, naturalmente, favoravelmente esta urgência, mas entende que, interpretando o voto desta câmara e as mensagens que a câmara deu, quer à população, quer ao Governo, está este Governo ferido de legitimidade política, senão mesmo democrática, para prosseguir com este projeto até que a Comissão o relate, até que esta Assembleia o discuta e até que esta Assembleia defina, definitivamente e de forma democrática, o que é que se vai fazer naquele espaço.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este é o repto; o repto que lanço daqui desta bancada, à sociedade civil, que participe mais ainda na discussão deste processo, porque este processo foi feito (é

verdade!), com consultas públicas, mas consultas públicas que não foram as suficientes. Basta olhar para as movimentações que estão no terreno.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas foram as consultas públicas da lei, ou não?

Deputado Nuno Barata (IL): Foram da lei!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então é preciso mudar a lei!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a independência do conteúdo da proposta há uma coisa que quero dizer e isso explica também o meu sentido de voto: é que o Governo não está ferido de legitimidade nenhuma no âmbito daquelas que são as suas competências.

Era só o que faltava se o Governo, para legislar, tivesse de legislar tendo em conta...

Deputado Francisco Coelho (PS): O Governo não legisla!

O Orador: Peço desculpa! Para decidir, para deliberar sobre esta matéria (para deliberar, evidentemente, porque para legislar tem que ser aprovado aqui neste Parlamento), o que quero referenciar é que o Governo, obviamente, está na posse de todas as faculdades legais. Se isto é uma moda agora, de, até que um determinado assunto que está em Comissão, venha aqui e seja votado, o Governo não pode deliberar sobre esta matéria, isso é algo que paralisaria completamente a atividade do Governo.

Eu não tenho nada contra o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, que tem as suas ideias,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não parece!

O Orador: ... tem o seu percurso político, até nesta legislatura temos estamos lado a lado na maior parte dos temas, mas neste não posso estar. É um tema de regime, é um tema democrático.

Deputado Nuno Barata (IL): Por isso mesmo!

O Orador: Ou seja, não pode de forma nenhuma ficar aqui diminuído o Governo no âmbito daquelas que são as suas atribuições legais, até à espera de um assunto que está a ser analisado em Comissão.

Isto não pode! Não pode passar esta leitura, ou, pelo menos, esta não é a leitura do Grupo Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP votou contra esta urgência, por – consideramos e considero que não estamos sozinhos – ser um Projeto de Resolução sobre o qual nenhum partido desta Casa poder fazer alguma alteração em sede da sua redação. Esse é que é o argumento. É o facto de ser um Projeto de Resolução.

Se tivéssemos a votar uma outra qualquer figura em que pudesse haver propostas de alteração, muito provavelmente havia ali uma linhazinha daquele Projeto de Resolução em que eramos capazes de acompanhar e julgo que não estarei sozinho, nem o CDS estará sozinho, nesse entendimento.

Depois, importa dizer que esta obra, relativamente à possibilidade do Governo, ou não, prosseguir com uma obra que está anunciada e que este Projeto de Resolução visava reverter, não é de somenos importância dizer que o Plano e Orçamento para 2021 conta com verbas exatamente para esta intervenção.

É por isso, e para justificar que é mais um dos motivos pelos quais sendo um Projeto de Resolução nós não podemos alterar o Projeto de Resolução, que nunca se poderia votar favoravelmente.

Por isso as dúvidas que surgem não se prendem com haver alguma dúvida relativamente àquilo que é a proposta de intervenção e de regulação do espaço, mas sim com a figura e aquilo que poderia querer dizer uma aprovação, porque não podemos dizer que é uma resolução e que o Governo vai fazer o que bem entender. Não!

As resoluções são para respeitar e o Governo, como tem sido seu apanágio até aqui, tem acatado aquilo que são as resoluções desta Casa.

Também não é de somenos importância referir que houve as sessões públicas de esclarecimento. A própria apresentação do projeto que está para ser feita, contou com a participação da sociedade civil, dos partidos políticos.

Nesta Casa, eu não estive, mas vi na televisão, o Sr. Deputado – não posso referir – António Lima e o Sr. Deputado Pedro Neves estiveram presentes nessa sessão e considero que é exatamente nessas sessões, e aceitando o apelo que foi feito para que a população participe, porque as decisões devem ser participadas nos momentos próprios, sem dúvida, mas efetivamente os partidos políticos também têm esse papel, e em sede própria, devem ir colocar estas questões e também alertar a população para que participe e se pronuncie em sentido contrário, se assim for o seu desejo.

Por isso, obviamente não poderíamos votar favoravelmente esta urgência, mas não por aquilo que este Projeto de Resolução pretendia, mas apenas pelo facto que não poderia ser alterado nesta câmara e não podendo ser alterado, obviamente, e podendo ser um voto favorável, era acordar tacitamente, ou estar de acordo tacitamente com tudo aquilo que ele definia, e nós não poderíamos obviamente estar de acordo, porque não concordamos com a maioria dos pontos resolutivos daquele Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos então avançar para o ponto 15 da nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII – “Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores)”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, com as sucessivas alterações introduzidas, prevê, na base 24, taxas moderadoras, as quais constituem fontes de receita própria das instituições e serviços do Serviço Regional de Saúde.

A introdução da comparticipação do utente no preço dos serviços prestados pelas unidades de saúde teve como principal objetivo a moderação na procura pelos serviços de saúde apresentando-se como uma estratégia para combater a má utilização e promover a otimização dos recursos.

O Estatuto do Serviço Regional de Saúde, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, na sua mais recente alteração, e quarta alteração, datada de 2020, já demonstrou o entendimento de que as taxas moderadoras se constituem como uma forma de copagamento que transfere para o utente um encargo adicional na utilização dos serviços de saúde, representando, assim, mais uma despesa no orçamento familiar, podendo revestir-se como um obstáculo na acessibilidade aos cuidados de saúde.

Com a referida redação, alteração e conseqüente republicação, foi dado um passo com vista à eliminação de todas as taxas moderadoras num futuro

próximo pelo que, atenta a conjuntura Pandémica e Pós-Pandémica, o conhecimento adquirido pela população da devida e necessária utilização dos recursos do Serviço Regional de Saúde, onde se deve inserir a Linha de Saúde Açores, entende-se que é chegado o momento de aprofundar o disposto na Lei de Bases da Saúde relativamente às taxas moderadoras, a que acresce a aprovação pelo Governo da República de um Projeto de Decreto-Lei, que altera o regime de cobrança de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, prevendo que a cobrança de taxas moderadoras acabará em todos os serviços do Serviço Nacional de Saúde, mantendo-se apenas em serviços de atendimento de urgência hospitalar, exceto quando existe a referenciação prévia pelo Serviço Nacional de Saúde, ou admissão em internamento, através da urgência, projeto este que, entretanto, originou o Decreto-Lei n.º 37/2022, publicado no passado dia 27 de maio, pelo que desta forma, no nosso entendimento, se justifica que o presente Projeto deva ser aprovado com urgência para que os utentes da Região não estejam em condição de desvantagem no acesso ao Serviço Regional de Saúde, em relação ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde, em território continental.

Exceção feita aos cuidados de saúde primários, atualmente são pagas taxas moderadoras nas consultas, atos complementares prescritos e outras prestações de saúde, se o utente não for referenciado pelo Serviço Regional de Saúde, ou pelo Serviço Nacional de Saúde, e no atendimento nas unidades básicas de urgência, nas Unidades de Saúde de Ilha, e nos serviços de urgência dos hospitais.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores apresenta o presente Projeto de Decreto Legislativo Regional que introduz a quinta alteração ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde nos Açores, de modo a dispensar o pagamento de taxas moderadoras no âmbito da prestação de cuidados de saúde, mantendo-se apenas nos serviços de atendimento realizado nas unidades básicas de urgência das Unidades de Saúde de Ilha, e nos serviços de urgência

hospitalares, não se aplicando o pagamento destas taxas quando existe a referenciação prévia comprovada pela Linha de Saúde Açores, pelo Serviço Regional de Saúde/Serviço Nacional de Saúde, ou nas admissões de pré-internamento, através da urgência.

A utilização da figura da urgência na apreciação da iniciativa em Comissão, para que possa subir a plenário em julho, resulta da impossibilidade resultante da regra constitucional, vulgo Lei Travão, que inibe o exercício da iniciativa legislativa aos Deputados, grupos e representações parlamentares, durante o período de execução orçamental que possa retirar receitas ou adicionar despesa.

Sendo este um caso em que há redução de receita e estando todos os parlamentares, por esta via, inibidos de iniciativa, a única forma de permitir que esta medida possa entrar em vigor antes de janeiro de 2023, é existir uma iniciativa do Governo Regional, o que até hoje não se verificou, apesar do Governo se encontrar, desde o início de maio, a refletir sobre esta matéria.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores desafia o Governo Regional a ter uma iniciativa legislativa sobre esta matéria até julho, de modo a discutir, em conjunto, os diplomas e a que se implemente nos Açores um regime de pagamento das taxas moderadoras em igualdade com o território continental.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao pedido de urgência, com redução do prazo de exame em Comissão, aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do PS, faria algumas considerações.

Efetivamente, e como bem o Sr. Deputado Tiago Lopes aqui defendeu, e anteriores governantes regionais, a introdução e a manutenção das taxas moderadoras tiveram por base critérios relacionados com a eventual diminuição da utilização abusiva dos serviços de saúde e com o aumento de receitas próprias do Serviço Regional de Saúde, que esta medida implicava.

Não é de agora que se entende que as taxas moderadoras constituíram uma modalidade de copagamento. De qualquer forma, desconhece-se efetivamente e dificultam e o direito à saúde, já que o universo de cidadãos isentos deste pagamento de taxas é bastante elevado.

O proponente defende, e bem, o exame em Comissão, que é efetivamente o local onde entendemos que devem ser apreciados os objetivos, a natureza, a oportunidade e o objeto desta iniciativa, não podendo, porém, o Grupo Parlamentar do PSD acompanhar o pedido de urgência, até para não criar uma situação de injustiça relativamente a outras iniciativas que neste momento já estão em análise na CAS.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que se aprova a urgência!

A Oradora: Como tal, entendemos que esta iniciativa, não obstante a sua relevância, deve ser devidamente apreciada sem que para tal prejudique outras iniciativas igualmente válidas.

Obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Para a próxima faça um esforço!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A quarta alteração ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde foi aprovada, nesta Casa, em 2019, por proposta do Bloco de Esquerda.

Essa quarta alteração versava exatamente sobre esta matéria, ou seja, isenção de pagamento de taxas moderadoras na generalidade dos cuidados de saúde e exames complementares de diagnóstico.

À data, esta alteração que nós propusemos previa a isenção praticamente total de taxas moderadoras.

No entanto, com uma proposta de alteração do Partido Socialista, a questão dos serviços de urgência manteve-se como um serviço, um atendimento que era alvo, e continua a ser, do pagamento de taxas moderadoras.

A única coisa que lamentamos aqui é que se tenha esperado três anos para chegar a esta conclusão,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Até que enfim!

O Orador: ... porque, de facto, aquilo que é justo e necessário agora, já o era em 2019.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Por isso não precisávamos ter esperado esses três anos.

É urgente fazê-lo agora, sem dúvida, mas infelizmente já poderia ter sido feito desde 2019, se o Partido Socialista tivesse tido essa vontade,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque efetivamente tinha maioria absoluta.

Sendo urgente, já agora também não percebo bem a posição do PSD, porque na altura também concordava com o Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Deputada Ana Luís, pela boca morre o peixe!

O Orador: Agora, acho que há iniciativas que ficarão “algo tristes” de serem passadas à frente.

Não me parece também um argumento, de modo algum, que faça qualquer sentido. Ou concordam com a medida, ou não concordam.

Da nossa parte, desde 2019, e antes disso, nunca concordámos com taxas moderadoras, nunca concordámos que elas tivessem sido criadas no Serviço Regional de Saúde, nem no Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que a Sra. Deputada Ana Luís votou há 3 anos?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não há memória! A memória foi uma coisa que desapareceu!

O Orador: Procurámos lutar sempre contra elas, fizemos inúmeras propostas para acabar com elas em sede de Orçamento da Região.

Propusemos, em 2019, um Projeto de Decreto Legislativo Regional, e cá estamos, novamente para aprovar a urgência e para aprovar a proposta quando ela cá vier.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins...

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS também (e para começar logo a dizer ao que venho) não vê urgência pela discussão desta proposta do Partido Socialista em Comissão, até porque o Orçamento é só no plenário de novembro.

Por isso, atendendo a que esta proposta, ao ser votada aqui e aprovada, teria, no fundo, efeitos práticos a partir de janeiro de 2023, e havendo mais plenários pelo caminho, antes do Orçamento, o que pode também ser feito, são propostas orçamentais que possam precaver a ausência desta receita no futuro, não nos parece que haja urgência nenhuma em isto ser analisado em Comissão.

Obviamente deverá fazer o seu trajeto, o que é importante!

É importante saber também qual é o posicionamento do Governo e em que ponto é que estamos, do lado do Governo, relativamente a este caso, à abolição ou não das taxas moderadoras.

De qualquer das formas, e só pegando nalgum dos argumentos, as taxas moderadoras são efetivamente moderadoras, a não ser que seja em locais onde não há alternativa e, aí, sim, configuram efetivamente um copagamento. Mas também foi dito, e bem, nas intervenções que me antecederam, que, felizmente, na Região, há muitas isenções do pagamento destas taxas e isso eu considero que é um trabalho que foi feito, desde logo, pela Segurança Social, já vem de trás, não é algo de novo na Região. Sempre houve esse cuidado com a questão das taxas moderadoras. A partir do momento em que elas passaram a vigorar houve sempre uma parte grande, uma fatia enorme da população, que não é visada com essas taxas.

Por isso consideramos que estamos perante um problema. Primeiro, não tem uma ação eficaz, não é imediata, a aprovação ou não deste documento, e depois não se justifica então essa pressa para que no plenário de julho, que, aliás, estamos a três semanas, e não me parece que seja depois muito fácil acomodar também reuniões em sede de Comissão para que o documento possa estar devidamente relatado, ou então vai ter que se cortar um bocadinho nas audições por forma a abreviar esta análise.

Não consideramos que isso seja profícuo e por isso votamos contra esta urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu nem queria acreditar. Tive que olhar três vezes para saber qual era o símbolo que aqui estava, de quem era a proposta.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Homem de pouca fé!

O Orador: De quem é que era a proposta!...

Eu fiquei espantadíssimo a olhar e vejo que afinal é uma proposta do partido...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que chatice!

O Orador: ... que é o responsável pelas taxas moderadoras terem continuado na Região.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Nas urgências!

O Orador: É o partido que fez tudo, mas tudo, contra o Bloco, contra o PCP na altura, contra o PPM, contra as diversas propostas que aqui foram apresentadas neste sentido. Foi uma batalha dura, a batalha das taxas moderadoras.

Deputada Ana Luís (PS): Não foi sua, de certeza!

O Orador: Os senhores, como sabem, tiveram, ao longo de anos, diferentes (não sei se se lembram!) narrativas: o dinheiro era para aqui, era para ali, era necessário para isto. Afinal, as taxas moderadoras ainda fazem sentido. Enfim, um enorme conjunto, como foi descrito pelo Bloco de Esquerda, de desculpas.

E, agora, deve ser ares do Congresso, aqui temos as taxas moderadoras.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Vá-se lá saber porquê?

O Orador: É a nova pintura, a pintura nova. É o regresso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se o senhor não foi, foi porque não quis. Foi convidado!

O Orador: É evidente que eu quero dar ao Partido Socialista tempo, tempo para explicar todo este conjunto enorme de incongruências, e é por isso que eu voto conta a urgência.

Deputada Ana Luís (PS): Cada um deu a sua justificação, que engraçado!

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação obteve de empate com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para uma interpelação, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sim senhor. Solicitávamos a repetição da votação.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL e 1 voto contra do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, pede a palavra para uma declaração de voto? Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votei contra esta urgência não porque achar que não é urgente, efetivamente, resolver essa situação das taxas moderadoras, mas porque entendi que esse mecanismo poderá, ou poderia, caso fosse aprovado, prejudicar outras iniciativas que estão na Comissão dos Assuntos Sociais.

Ainda ontem tivemos aqui, aprovado nesta Casa, um Projeto de Resolução que estava há 14 meses em Comissão e eu não queria, de alguma forma, que esta iniciativa, a ser aprovada com a urgência que foi proposta pelo

proponente, viesse a prejudicar outras iniciativas que viessem eventualmente a ser prejudicadas desta forma, com longas permanências em trabalho de Comissão.

No entanto, deixo aqui um apelo às Sras. e aos Srs. Deputados que integram a Comissão dos Assuntos Sociais, que, dentro das diligências que vão propor para serem auscultadas em Comissão, façam o trabalho dentro da ligeireza possível para que efetivamente no menor espaço possível de tempo...

Deputado Tiago Lopes (PS): Podemos repetir a votação, se quiser!

O Orador: ... se consiga, efetivamente, que este diploma volte a esta Casa, para, sim, ser aprovado dentro do mínimo espaço de tempo possível e aceitável, sem que daí resulte o facto de se prejudicar outras iniciativas na mesma Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o que acabámos de assistir aqui é interessantíssimo e é fruto da época dos tempos em que nós vivemos.

Temos um governo que, desde o início de maio, ficou de avaliar esta situação fruto daquilo que foi o Projeto de Decreto-Lei apresentado pelo Governo da República e que já foi promulgado e publicado no passado dia 27 de maio...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O início de maio foi há 3 anos!!! É preciso ter descaramento!

O Orador: Portanto, da parte do Governo Regional, nada sabemos sobre aquilo que é a sua ideia, o seu entendimento, relativamente a esta matéria, e, os partidos que o suportam consideram que efetivamente esta não é uma matéria prioritária para os utentes, quando tivemos alguma oportunidade de dizer naquela tribuna, a vivenciar um período pandémico (esperemos nós, a mais breve trecho, pós-pandémico) em que efetivamente houve necessidade

de reduzir a atividade existencial, e que muitas pessoas se viram privadas de recorrer aos serviços de saúde, e que esta era efetivamente uma forma de as chamar e de não moderar o acesso aos serviços de saúde.

Portanto, justificar esta não urgência pelo facto da Comissão de Assuntos Sociais ter muito trabalho em mãos, é efetivamente uma desculpa de mau pagador por parte de todos os partidos que suportam o atual Governo.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Mau pagador era o vosso Governo!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): O senhor não paga nada, porque o dinheiro não é seu!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Eu mando um aparte, de 3 em 3 horas, é logo o caos! Aí atrás é só matracas.

O Orador: Mas gostaria de terminar esta declaração de voto lançando o mesmo repto ao Governo Regional para que, pegando nas palavras do Sr. Deputado Carlos Furtado, que seja efetivamente o Governo Regional, a pensar de uma vez por todas na saúde e na população açoriana e que tome a iniciativa, até ao próximo plenário de julho, e que apresente por sua própria iniciativa uma proposta de DLR para que se reduzam as taxas moderadoras e entrem em vigor em 2022.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Quer mandar no Governo?

O Orador: É isso que a população está à espera da parte deste Governo Regional e não é esta negligência que nós estamos aqui a assistir.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): É! Rasteiro e ordinário é que são palavras boas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ver se nos entendemos e os açorianos que estão a ver esta sessão, e são muitos, se percebem o que está aqui em causa e não se deixam enganar com demagogias.

Se aprovássemos esta proposta, as taxas moderadoras deixariam de existir amanhã, daqui a um mês, daqui a dois meses, daqui a três meses?

Não! É falso!

Esta proposta se fosse aprovada hoje só entrava em vigor a partir de 1 de janeiro...

Deputado Nuno Barata (IL): 2023!

O Orador: ... de 2023 (1 de janeiro de 2023!).

Deputado Berto Messias (PS): Porque os senhores estão contra! Podia entrar em vigor para o mês que vem!

O Orador: Qual é a pressa então do Partido Socialista para aprovar esta medida? É puro eleitoralismo. O efeito prático é zero!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Já houve períodos em que teria um efeito prático muito importante, quando, por exemplo, foi apresentado por alguns partidos da oposição há alguns anos e até antes da pandemia.

Deputado Berto Messias (PS): Mas vai haver eleições, Sr. Deputado?

O Orador: Aí, sim, teria um efeito muito, muito relevante, mas aí o Partido Socialista já não teve qualquer tipo de pressa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Têm pressa para aprovar uma coisa que só entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2023.

Deputado Berto Messias (PS): Mas vai haver eleições, Sr. Deputado?

O Orador: Esta é a verdade. Tudo o resto é pura demagogia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Para um protesto!

Presidente: Para um protesto a?

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** A um aparte da Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Presidente: Não lhe posso dar a palavra para um protesto à Sra. Deputada Andreia Cardoso, porque eu não ouvi esse aparte. Portanto, não posso avaliar se tem direito ou não.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação, faz favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Apenas para que fique registado,...

Deputada Ana Luís (PS): Fica registado o que o senhor disse! O senhor é mais sério que os outros todos!

O Orador: ... e para solicitar que os serviços da Assembleia registem, a sucessão de apartes injuriosos, desrespeitosos...

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... que recorrentemente a Sra. Deputada Andreia Cardoso dirige ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Isso acontece recorrentemente!

Em aparte, que está registado no Diário das Sessões, dirigiu-se a mim, ao Secretário Regional da Saúde e Desporto, e disse: ordinário!

Deputada Ana Luís (PS): O senhor é que está a dizer!

O Orador: Hoje, voltou a dizer.

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: Eu perguntei se ordinário era uma palavra. Ainda é pouco.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor acabou de chamar “matracas” aos Deputados do PS!

O Orador: Isto reflete bem o respeito que a Sra. Deputada Andreia Cardoso tem para com os Membros do Governo, e, sobretudo, para com uma pessoa qualquer.

Eu nunca lhe faltei ao respeito.

Deputada Ana Luís (PS): O senhor é que está a faltar o respeito a este Parlamento!

O Orador: E a senhora é useira e vezeira em faltar ao respeito dirigindo expressões como...

Presidente: Sr. Secretário Regional...

O Orador: ... rasteiro, ordinário. Isto é claramente um duplo motivo do seu nível e da sua educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Secretário Regional, isso não foi uma interpelação. O senhor pediu a palavra para uma interpelação. Quando muito, podia ter pedido a transcrição do diário.

Deputada Ana Luís (PS): O senhor é mais sério que os outros todos.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e o Secretário Regional da Saúde e dos Desporto)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos estão suspensos por 15 minutos.

Eram 15 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estava inscrito o Sr. Deputado Rui Martins para uma declaração de voto.

Eram 16 horas e 17 minutos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos para o ponto 16: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 122/XII – “Recomenda ao Governo a contratação urgente de pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”**.

É uma iniciativa apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência justifica-se pelo facto de estarmos, evidentemente, com uma proximidade bastante grande do início do próximo ano letivo, e tendo em conta situação que nos tem chegado, e até tem sido pública, que decorre do final de muitos Programa Ocupacionais, ou seja, dos contratos dos trabalhadores ao abrigo dos Programa Ocupacionais que estão nas escolas, cujo serviço/trabalho é essencial para o seu funcionamento, e na ausência da contratação dos recursos necessários para o normal funcionamento das escolas até a esta data, nós resolvemos trazer esta iniciativa a esta Casa apresentando uma solução, aquela que nos parece uma solução possível e exequível no imediato, para que efetivamente o ano letivo se inicie dentro da normalidade e que se garanta, posteriormente, uma maior estabilidade dos quadros, sendo este um outro debate, mas procurando uma solução que, no nosso entender, tem de ser decidida, tem de ser debatida neste plenário, porque é efetivamente muito urgente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rodolfo Franca faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta o seu apoio à urgência neste diploma, na sequência daquilo que já foi explícito pelo Bloco de Esquerda e ainda por duas grandes ordens de argumentos. A primeira, diria eu a maior de todas, é exatamente pela manifestação pública que tem sido evidente de que esta situação precisa de uma resolução rápida e eficaz.

A segunda é porque associamo-nos exatamente àquilo que a Sra. Secretária também disse em sede da Comissão de Assuntos Sociais, a 19 de janeiro, e passo a citar:

“É urgente fazer-se uma atualização dos rácios definidos por legislação de 2007, perante a necessidade de reforçar o número de assistentes operacionais nas escolas.”.

Posto isto, associamo-nos à necessidade de urgência.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Srs. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente esta urgência, porque a matéria que lhe está subjacente é efetivamente algo que tem urgência, considerando que o próximo ano escolar inicia-se no dia 1 de setembro, o ano letivos iniciar-se-á até meados esse mês.

Portanto o tempo útil para podermos fazer uma recomendação ao Governo (não deixará de ser isso) sem qualquer valor normativo, mas ainda assim instando o Governo a fazer aquilo que já está a fazer, mas que também numa tarefa na qual se deverá empenhar por completo, que é de garantir condições de normalidade no início do ano letivo. Esta é verdadeiramente uma urgência. Nós estamos a sete meses, como acontecia com a urgência que há pouco foi chumbada, do seu efeito prático. Por essa razão, vamos votar favoravelmente a urgência e depois diremos da nossa justiça quanto à apreciação material daquilo que nos vai ser colocado à consideração pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A falta de pessoal não-docente nas escolas dos Açores tem sido colmatada ao longo dos anos pela colocação de trabalhadores ao abrigo de Programa Ocupacionais, numa clara utilização de mão-de-obra barata para colmatar necessidades permanentes.

A escassez de funcionários traz, para além dos problemas de funcionamento das escolas, problemas de segurança e, em última análise, prejudica o desempenho escolar dos alunos.

O atual Governo Regional afirma querer reduzir o recurso a trabalhadores em Programa Ocupacionais para necessidades permanentes.

Há muito que o reivindicamos e naturalmente concordamos com esse princípio.

No entanto, a persecução desse objetivo não tem sido, na nossa opinião, bem executada pelo Governo, pelo contrário.

Senão vejamos: o Governo Regional decidiu alterar os regulamentos de Programa Ocupacionais de modo a impedir que estes trabalhadores possam realizar novo programa ocupacional durante três anos na mesma entidade.

Todavia, esta alteração não foi acompanhada até à data da abertura dos indispensáveis concursos públicos para integração destes trabalhadores, de modo a que as escolas possam efetivamente funcionar dentro da normalidade!

Assim, neste momento, há centenas de trabalhadores ao abrigo de Programa Ocupacionais, mas também contratados a prazo, por exemplo, cujos contratos já terminaram ou estão em vias de terminar e que não podem ser renovados.

Sendo estes trabalhadores essenciais para o funcionamento das escolas, o fim dos seus contratos, associada à falta de contratação dos trabalhadores necessários, significa que o início do próximo ano letivo está em risco por falta de pessoal nas escolas.

Há escolas que poderão não ter sequer funcionários necessários para abrir as portas em segurança.

Esta situação está a gerar uma enorme preocupação em várias comunidades educativas e nos trabalhadores, hoje dos Programa Ocupacionais, mas também os dos quadros de pessoal, que se vêm, os precários, sem futuro e sem perspetivas, quando o seu trabalho é, não apenas necessário, mas fundamental para que a escola funcione.

O tempo está a correr e a verdade é que o Governo, até à data, não apresentou uma solução para garantir os recursos mínimos necessários para que as escolas se mantenham em funcionamento.

Desde janeiro de 2021 até maio de 2022 foram abertos apenas 6 concursos para a integração de 16 assistentes operacionais nas escolas.

A verdade é que o Governo inverteu a ordem das ações que deveria tomar.

Em vez de abrir primeiro os concursos para que pudesse, tranquilamente, reduzir, sim, o número de trabalhadores ao abrigo de Programa Ocupacionais, que já teriam contratos, fez o contrário.

Como diz o povo, “colocou a carroça à frente dos bois”!

Os trabalhadores já exigiram a resolução desta grave situação, manifestando-se em frente a Santana no início do mês de maio.

Certo é que, desde então, e que seja do nosso conhecimento, nada aconteceu.

A cada dia que passa tornar-se-á mais difícil garantir a contratação dos trabalhadores essenciais até ao início do próximo ano letivo.

O Bloco de Esquerda, em função da paralisação do Governo, apresenta por isso um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que:

1 - Proceda à contratação urgente do pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das unidades orgânicas do sistema educativo regional,

incluindo a colmatação das necessidades de substituição de funcionários ausentes por motivos de mobilidade.

2 - Proceda à prorrogação extraordinária dos vínculos do pessoal não docente, entre os quais os trabalhadores ao abrigo de Programa Ocupacionais, cujos contratos se encontrem a terminar, pelo prazo necessário à conclusão dos concursos para a integração dos trabalhadores nos quadros e de modo a garantir o início do próximo ano letivo dentro da normalidade.

O Bloco de Esquerda sempre foi, e continua a ser, contra o abuso que existe na utilização dos Programa Ocupacionais.

Mas deixar de recorrer abusivamente a estes programas não significa mandar simplesmente para casa esses trabalhadores que tantos anos deram da sua vida à escola pública.

E não pode significar deixar as escolas de tal forma depauperadas que algumas poderão não ter condições para abrir.

Esta é uma situação que deve preocupar toda a comunidade escolar. E é uma situação que só o Governo a pode resolver, em concreto.

Esta solução que apresentamos temos consciência de que não é uma solução de fundo, não é uma solução estrutural, para um problema estrutural.

É uma solução de emergência, porque efetivamente o Governo deixou a situação chegar a um ponto limite.

É uma solução para garantir condições mínimas para que o ano letivo se inicie dentro da normalidade possível.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo Regional:

Permitam-me que comece por ler uma notícia.

“O sindicato alertou para a falta de pessoal não docente nas escolas da Região, alegando que o problema, que já é sentido a algum tempo, se agravou no último ano letivo.

Os trabalhadores queixam-se, porque houve muito pessoal que, por via da aposentação, saiu dos seus lugares de trabalhos, o que fez com esses funcionários ficassem sobrecarregados de serviço. Segundo o sindicato o problema afeta quase todas as escolas”.

O sindicato em causa era o SINTAP e o ano letivo era 2013/2014. Isto significa que o problema que hoje temos entre mãos é um problema antigo herdado da governação socialista, um problema que tem origem há muitos e muitos anos. Um problema que nunca foi enfrentado com a eficiência, a convicção, os meios e o acerto necessários.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde logo, porque foi sempre envolvido num discurso negacionista, diria num discurso demagógico fantasioso.

“Atualmente o sistema educativo regional tinha ao seu serviço 2017 trabalhadores não docentes, mais 1.401 do que estipulam os rácios regionais”.
Palavras do Secretário Regional da Educação em 2018.

“Em termos de pessoal de apoio educativo, o Governo dos Açores procedeu ao provimento de um número de assistentes operacionais muitíssimo superior aos rácios previstos, quer na legislação regional de 2009, quer na legislação regional de 2017.

Este procedimento teve em conta o envelhecimento da classe e por outro lado, o cumprimento dos planos de contingência das unidades orgânicas.

Estão acauteladas as necessidades no sistema educativo regional em matéria de pessoal para o arranque normal do ano letivo. O Secretário Regional da Educação”, a um mês das eleições regionais de 2020.

Portanto, é neste cenário de insuficiência de meios, de um discurso demagógico negacionista, que aqui chegámos.

E, reconhecendo o problema, é evidente que em 18 meses não foi possível resolver um problema que, no mínimo, vem do ano letivo de 2013/2014, isto é, que tem 9 anos.

Isto não significa que não haja vontade para resolver aquilo que são as necessidades permanentes, efetivas, das nossas escolas em termos de pessoal de ação educativa; não significa que não tenhamos de regularizar situações, que a solução não passe pela abertura de vagas, muito pelo contrário, é isso que já se fez, é isso que se está fazendo, e é aquilo que continuaremos a fazer. Agora, achamos muito estranho que o Partido Socialista, em fevereiro passado, se a memória não me falha, aquando da apresentação de uma iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda sobre o número de funcionários da ação educativa nas escolas, tenha votado contra a iniciativa, considerando que os rácios devam ser revistos e que para o efeito estava a fazer um estudo. Mas não vimos nada feito até agora.

Não vimos nada feito, mas já vimos aquilo que nos deixaram, ou seja, que um em cada três funcionários das nossas escolas, quando este Governo Regional iniciou funções (um em cada três funcionários!), era um funcionário que estava ali colocado ao abrigo de um programa ocupacional.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Era um desempregado que estava ali a ocupar um lugar que, porventura, corresponde a uma necessidade permanente.

Portanto, era um desempregado que continuava desempregado, ainda que num programa ocupacional, para camuflar as taxas de desemprego.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Das duas uma: ou era uma necessidade, e então deviam ter sido abertas as vagas necessárias para o efeito, e não se percebe porquê durante todo este tempo esta elevadíssima precariedade, sustentada/alimentada pelo Governo Regional nas escolas (o mesmo acontecia na saúde), ou então foi um desperdício de recursos permitido às escolas.

Por aquilo que são as notícias que nós temos, não cremos que seja isso, que há efetivamente necessidades nas escolas que decorrem de muitas circunstâncias, entre as quais a própria organização espacial dos estabelecimentos de ensino, as características da sua população escolar em termos etários, em termos de desempenho escolar, portadores ou não de deficiência, ou de outras necessidades educativas especiais, tudo isso convoca o Governo Regional a decidir sobre o número de funcionários a afetar a cada estabelecimento de ensino, de uma forma que não pode ser geométrica, nem pode, de modo algum, obedecer a esta visão aritmética que tinha o Secretário Regional da Educação do Governo anterior que considerava que havia mais 1.400 funcionários nas escolas do que aquilo que eram os rácios.

Portanto, esta iniciativa do Bloco de Esquerda, ainda que seja uma recomendação – repito o que já disse na intervenção que fiz aquando da apreciação da urgência – não tendo valor normativo, naturalmente que não deixa de ter valor político.

Será tido em devida consideração pelo Governo Regional, aliás na senda daquilo que tem vindo a fazer, por forma a garantir que o ano letivo 2022/2023, se iniciará com toda a normalidade possível, nomeadamente nesta área, quanto a pessoal da ação educativa.

Exortamos daqui o Governo Regional a que promova a abertura de vagas para estes funcionários nos nossos estabelecimentos de ensino, que o faça com rigor, aferindo as reais necessidades de cada estabelecimento de ensino, acautelando, naturalmente, os meios orçamentais que são necessários para esse fim, mas garantindo também a equidade e a transparência nos processos de integração dessas pessoas, isto é, através de concursos com as regras que são comuns no acesso à administração pública, neste caso regional.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Alerto que o proponente deu entrada de uma substituição integral que ainda não o tinha feito, e é sobre ela que devemos incidir o nosso debate e votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta brilhante intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, e não é um elogio grátis, foi tudo dito, eu já nem sei o que dizer. *(risos)*

A verdade é que várias vezes aqui me levantei e falei sobre esse tema, como muitos outros Deputados, porque é uma aflição (e não tenho outro nome para isto) que tanto deputados, como pais, como agentes educativos, nós temos tido.

E vi no passado (não me contaram, vi!) uma escola constantemente a pedir mais auxiliares, mais auxiliares, e constantemente era-lhes negado.

A solução que se encontrou, até nem vou dizer que foi de má vontade, de pôr lá as pessoas precariamente, provou não ser a solução, nem para a escola, nem para os alunos e muito menos para as pessoas que lá estão, porque adiar a vida das pessoas não é solução para problema nenhum. Isto aconteceu.

Nós temos de encarar sempre a educação como algo fundamental na nossa sociedade, e se temos alguns problemas, hoje em dia também muito se deve à educação ou à falta dela, até da cidadania.

Também é verdade, que nos últimos tempos muita coisa me tem dividido, da governação, porque é assim mesmo.

Como dizia ali o Sr. Secretário, é a democracia a funcionar, e nós temos direito à diferença de opinião, mas também é verdade, sem cometer aqui nenhuma inconfidência, que a Sra. Secretária da Educação sempre que houve

necessidade, sempre que foi necessário, soube abrir o diálogo e dar-me conta, não do que estava feito, mas do que queria fazer. Isto é que é importante.

Quando está feito, a mim só me “pedem a bênção” e eu dou se quiser.

Quando não está feito pedem-me opinião e eu, em nome do meu partido, dou esta opinião, este contributo e há bem pouco tempo estivemos reunidos e falámos sobre este tema e transmiti a minha preocupação neste tema, e a Sra. Secretária que há de ter a oportunidade de falar, transmitiu-me também o que estava pensado, até suponho que algumas coisas de encontro aqui com as do proponente.

Agora não podemos é contornar este problema. As escolas não podem funcionar sem ter as pessoas, sem ter lá os auxiliares. Isto é como ter um carro que tem um motor, tem o chassis, tem os bancos. Ele realmente cumpre a função que é de nos levar do ponto A para B, mas não é um carro, é um projeto de carro e a educação nos últimos anos, perdoem-me isto, não tem sido educação, tem sido um projeto de educação e um campo de experimentações que as nossas crianças é que acabam por pagar e mais tarde toda a sociedade paga porque estas pessoas depois vão estar atrás de um balcão, vão estar numa universidade, muito mal preparados e isso é inadmissível.

A educação é fundamental e isto tem de ser dito todos os dias.

Tudo o resto, o Sr. Deputado Joaquim Machado disse tudo. É isto.

Agora vamos olhar para a frente, não vamos olhar mais para trás, porque o que está para trás dificilmente conseguimos remediar. Vamos olhar para frente e vamos fazer mais e melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate, o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que tenho um enorme respeito ali pelo Sr. Deputado Joaquim Machado. Não poderia deixar de ser assim.

Porém, também tenho que dizer que o Sr. Deputado demonstra uma enorme experiência, uma enorme eloquência e um enorme estilo, mas fica-se por aí, nomeadamente neste assunto, porque também demonstra uma enorme capacidade demagógica colocando do lado de cá a demagogia, que é toda a sua.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que respeito!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Imagine se não tivesse!

O Orador: E eu vou passar a explicar porque é que estou dizendo isto.

Em primeiro lugar, para ficar claro (e para não gastar logo aqui o tempo todo, porque vai ser necessário, certamente) gostaria de dizer que este Governo Regional, pela sua ação (pela ação deste Governo Regional!) não foram colocados 16 assistentes operacionais. Dezasseis terão sido com as mobilidades. Foram colocados 10 assistentes operacionais (10!).

O que acontece é que por ação do Governo anterior houve uma herança que deixou na mão deste Governo 200 assistentes operacionais.

Portanto, isto é para ser bem claro, e respondendo àquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado estava dizendo: 200 assistentes operacionais! A Sra. Secretária depois poderá confirmar como é que estas coisas foram feitas, mas eu não sou nem demagógico, nem mentiroso. Às vezes posso enganar-me, mas acho que não é caso.

Agora se o Sr. Deputado Joaquim Machado quiser explicar como é que foi, pois faça favor, mas a verdade dos factos é esta: por ação deste Governo, sublinho, foram colocados 10 assistentes operacionais e é conhecido que são 632 ocupacionais nas nossas escolas, 330 deles a sair até ao início do próximo ano letivo.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, não sei que ação governativa é aquela que o Sr. Deputado está defendendo, mas na verdade há aqui uma incongruência qualquer que eu, muito honestamente, não consigo perceber.

O legado do PS não é nada daquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado esteve dizendo.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

São números, são factos! Ao fim de um ano e meio de tanta conversa, porque na verdade a Sra. Secretária conversa muito (o Sr. Deputado José Pacheco bem o disse, é verdade, conversa muito), mas depois também é verdade que na prática são colocados 10 assistentes operacionais nas nossas escolas.

Ora, o que o PS vem aqui dizer não é defender um histórico, porque não é esse o nosso objetivo, apesar de, de vez em quando, termos de perder uns minutinhos a fazê-lo.

O que nós viemos aqui a dizer é que é por demais evidente a necessidade de colocação de assistentes operacionais nas nossas escolas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É um problema de agora!

O Orador: Parece-me que, quanto a isso, estamos todos muitíssimo de acordo. Parece-me que sim.

Portanto, o Governo, neste momento, não é o PS. O Governo neste momento é outro! Está muito mais na mão do Sr. Deputado Joaquim Machado do que na minha, e, portanto, vamos lá partir para ação no lugar de tanta conversa, tanta conversa, porque os ocupacionais, enquanto precários, também eles, para além das necessidades das escolas precisam de ser contratados.

E é neste sentido que o PS vem aqui dizer que apoia as medidas propostas pelo Bloco de Esquerda como medidas emergentes, ou melhor dizendo, nós entendemos que há aqui dois tipos de medidas que são importantes tomar em linha de conta. Serão as medidas emergentes e as medidas a curto prazo. Portanto, nenhuma delas a médio, nem a longo prazo.

Na opinião da Sra. Secretária, também em sede de Comissão de Assuntos Sociais, o Estatuto do Pessoal não Docente, vamos dizer assim para ser mais breves, ficaria para depois, dentro da legislatura, mas para depois.

Acontece que, talvez porque o PS entendeu diferente, e não compactuou com essa ideia, a Sra. Secretária o que fez foi exatamente dar o dito por não dito, e afinal de contas é para agora, apesar de vir a reboque das ações do PS, porque o PS já fez as reuniões que a Sra. Secretária está fazendo, apesar disso, a verdade é que a paternidade da revisão do Estatuto do Pessoal não Docente não é aquilo que mais importa. O que mais importa é que o facto do PS não ter abandonado a ideia de o fazer para já, é importante rever os rácios, para além de serem importantes as medidas que o Bloco de Esquerda também defende. É importante fazê-lo agora e o mais rápido possível, ainda que com consciência e não aquilo que foi defendido através do Decreto Legislativo Regional que, e muito bem, o Bloco de Esquerda propôs, mas a forma como o fez não teve o nosso apoio.

Portanto, muito bem a iniciativa e do nosso ponto de vista foi feita de uma forma muito superficial e isto é um diploma que carece de seriedade, de profundidade e de ser visto com tranquilidade, apesar de ter que ser visto com toda a celeridade também.

Ficamos satisfeitos por a Sra. Secretária entender hoje aquilo que nós já entendemos ontem, que era importante o Estatuto do Pessoal não Docente ser revisto, com a máxima urgência...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais)

Não sei qual é a graça, Sra. Secretária, mas nada disto que eu disse me parece que tem muito graça...

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*): A incoerência!

O Orador: ... principalmente do ponto de vista do trabalhador precário e do ponto de vista das escolas que estão a necessitar de assistentes operacionais.

Portanto, para já fico-me por aqui. Espero que o Sr. Deputado Joaquim Machado clarifique aquilo que acho que eu estou errado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes do desafio do Sr. Deputado Rodolfo Franca já me havia inscrito, embora o desafio me traga uma dificuldade, que é esta:

É muito difícil clarear aquilo que é muito opaco, como foi a sua intervenção, mas vou tentar. Vou tentar sem antes fazer o registo, que acho que tem alguma subtilidade, que foi o facto do Sr. Deputado Rodolfo Franca, por quem também tenho pessoalmente grande estima e consideração, sobretudo pelas nossas relações estabelecidas na Comissão de Assuntos Sociais, mas que nem por um instante dedicou uma breve palavra na defesa do anterior Secretário Regional da Educação.

Eu percebo muito bem o que vai na alma do Sr. Deputado Rodolfo Franca sobre esta matéria, porque, de facto, politicamente foi um momento – vou dizer assim – mais negativo para o sistema educativo regional.

Portanto, percebo que tenha fugido a esse dever partidário,...

Deputado Francisco Coelho (PS): É da educação, Sr. Deputado, não era dos Transportes!

O Orador: ... mas relevo a sinceridade que está nessa omissão.

Em segundo lugar, gostava de dizer mais uma coisa, para além do que já havia dito na minha intervenção inicial, que é esta:

Um terço dos funcionários não docentes das nossas escolas, em 2020, quando este Governo iniciou funções, integrava um programa ocupacional. Portanto, era um desempregado que ocupava um programa ocupacional.

E se além de ser o que foi, ainda foi mais uma coisa: foi uma habilidade orçamental do Governo Regional socialista, que financiou as tarefas desses trabalhadores desempregados através de fundos europeus,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... com isso, dando a ideia de que nós éramos uma região muito eficaz no uso das verbas que a União Europeia põe à nossa disposição e de que efetivamente estávamos a investir muito em formação, quando não fomos, infelizmente, nem uma coisa, nem outra,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... além de que os 100 milhões gastos em Programa Ocupacionais, vindos de fundos europeus, foi dinheiro que não entrou na nossa economia e que não fez, portanto, alavancar o desenvolvimento económico de que a nossa Região é bastante carecida.

Diz o Sr. Deputado Rodolfo Franca que há uma necessidade premente, de colocar mais funcionários nas escolas?

Ó Sr. Deputado, mas nós temos os mesmos que tínhamos em 2020 e temos aquilo que o Sr. Secretário Regional da Educação de então dizia, tínhamos mais 1.400 do que devíamos.

Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Eu sei o que é que não bate certo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): São as contas do Sr. Deputado!

O Orador: É o PS, nesta matéria, ter andado sempre aos ziguezagues. Felizmente que neste momento já não tem poder para decidir, porque se tivesse a pergunta que se impunha era esta:

O que é que o PS tinha feito de diferente de outubro de 2020 até hoje?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): Penalizava os 1000 funcionários que o seu Governo deixou em 1996. Alguns podiam estar na sua Subsecretaria: PROSA e MEFE!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem provas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, prescindo.

Presidente: O Sr. Deputado prescinde. A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rodolfo Franca já não quer discutir comigo esta matérias da educação. Até me sinto um pouco ciumento nesta matéria. Eu adoro discutir com V. Exa., porque é sempre uma discussão muito favorável quando se discute com alguém tão dogmático como V. Exa. – isto sem falta de respeito nenhum – utilizando a sua latitude de boas amizades, que é dizer que alguém utiliza de uma grande demagogia, mas isso não afeta em nada a amizade que todos temos uns para os outros. Portanto, também posso dizer que V. Exa. tem, em relação a estes assuntos, um grande dogmatismo.

O seu grande dogmatismo é fazer afirmações como fez e não reconhecer que este é um problema que os Governos do Partido Socialista nos deixaram, porque não dotaram os quadros das escolas com o pessoal que era necessário. O que fizeram foi, ao longo dos últimos anos, responder às necessidades, que eram necessidades permanentes, integrando trabalhadores dos Programa Ocupacionais.

Foi isso que V. Exas. fizeram. E foram aqui alertados várias vezes, pelos diversos partidos da oposição, que essa estratégia iria lançar as nossas escolas

no caos e afetaria bastante as nossas escolas do ponto de vista daquelas que são as competências que são necessárias ter nesta área.

V. Exa. não reconhece o óbvio, as enormes responsabilidades do Partido Socialista, nesta matéria. Ao contrário de V. Exas., o Governo Regional e os partidos que o sustentam demonstram uma abertura diferente. Tanto é assim que, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, nós reconhecemos que o Bloco de Esquerda nesta matéria tem razão. Portanto, vamos votar favoravelmente a iniciativa que o Bloco de Esquerda aqui apresenta, e isso faz toda a diferença. Faz toda a diferença reconhecer que existe um problema que é preciso resolver.

É mais difícil resolver nestas circunstâncias?

É!... Porque se o tivéssemos vindo a resolver, se tivéssemos vindo a investir ano após ano, se tivéssemos vindo a dotar os quadros das diversas escolas das necessidades permanentes, que eram necessidades efetivas, agora não era tão difícil, em tão curto espaço de tempo, repor todas estas necessidades. Agora é mais difícil porque a herança é pesada nessa matéria.

Mas nós vamos fazê-lo e o que nós estamos aqui a transmitir é que da nossa parte estamos de acordo com os pontos resolutivos que aqui nos são apresentados.

V. Exa. utilizou, no seu discurso, umas necessidades a curto prazo, uma planificação a médio prazo.

O compromisso do PPM é a curto prazo, é para hoje, é neste momento: votar favoravelmente estas iniciativas e diligenciar junto do Governo para que as mesmas sejam executadas com a máxima celeridade.

Por isso, Sr. Deputado Rodolfo Franca, com este sentido de reconhecimento da realidade, de reconhecer que, de facto, nós, neste momento, não temos as respostas que são necessárias, reconhecer que é necessário implementar este esforço suplementar para dotar as nossas escolas das condições necessárias no que ao pessoal não docente diz respeito, essa é uma diferença fundamental e isso marca o discurso político.

Nós, sim, queremos resolver o problema e é por isso que vamos votar esta iniciativa favoravelmente.

Queremos resolver este problema e assumimos este compromisso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção que vai ser muito breve.

Apenas para dizer que, efetivamente, o Bloco de Esquerda já tinha promovido uma alteração legislativa que, no fundo, versava sobre esta problemática e que por questões, obviamente, de complexidade do enquadramento legal, não foi possível que essas alterações tivessem entrado em vigor e produzissem efeito de lei.

Assim sendo, consideramos que é urgente esta discussão, não pelo diploma em si, que é um projeto resolutivo e, no fundo, não tem força de lei, mas importa, e é importante que esta Assembleia se pronuncie. Desta vez, vejo que o Partido Socialista, como na iniciativa anterior, colocou questões (não vou aprofundar muito), onde explicou bem qual era a sua posição. Tinha a ver com o rácio. Apesar de no CDS não concordarmos, mas vincaram bem a vossa posição e é uma perspetiva. É legítima.

Parece que agora, pelo menos relativamente a esta recomendação, julgo que estamos todos juntos e há uma certa unanimidade. Pelo menos todos sabemos que esta é uma problemática que urge colmatar, que é a falta de recursos humanos nas nossas escolas.

Obviamente, no passado não foi assim. Lembro-me bem do Sr. Secretário Avelino Meneses dizer que tínhamos excesso de recursos humanos, tínhamos 1.400 pessoas a mais no sistema educativo, ou que pelo menos não seriam necessárias. Isso não é verdade, até porque a realidade é que temos 632 colaboradores a menos. Esse foi o último levantamento. É a falta de pessoal que está contabilizada.

Por isso consideramos que é urgente também que esta Assembleia se pronuncie nesse sentido, para legitimar as ações do Governo, porque é efetivamente necessário (não vou dizer que é para já, porque na verdade era para ontem) que pelo menos no início do ano letivo já se possa dar esse início com alguma estabilidade e com segurança de que não vai haver encerramento das escolas por falta de pessoal.

Gosto muito de ouvir o Sr. Deputado Rodolfo Franca, passe a ironia, porque, na verdade, eu estou confiante e consciente de que este Governo Regional está a fazer hoje aquilo que o PS não fez ontem.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais de 600 pessoas é o número que falta para que haja o número de elementos suficientes para corresponder às necessidades das escolas, no seu pleno funcionamento.

Mas, e porque a vida não se resume a números, estamos a falar de pessoas. Pessoas que efetivamente devem fazer parte dos quadros efetivos de escola, mas também de pessoas que, por infortúnio da vida, têm necessidade de hoje estarem também em desempenho de funções nas escolas, mas integradas em quadros ocupacionais.

Pessoas também, pequenas pessoas, os nossos filhos, sobrinhos e amigos, que também são pessoas pequenas e que têm que estar nas escolas. Os pais deles, que os deixam nas escolas, e que pretendem ver que seja dada a devida atenção, o devido acompanhamento aos seus filhos, naquele que é o tempo que passam dentro dos estabelecimentos escolares.

Como estamos a falar de pessoas, há que haver uma sensibilidade especial relativamente a este assunto.

Não desvalorizando o debate que se verificou nos últimos minutos, entre a esquerda e a direita, eu acho que acima de tudo temos que nos focar efetivamente na capacidade ou não deste Governo pôr em prática aquilo que se pretende aqui, com os dois pontos resolutivos, desta iniciativa.

Eu acho que, não desmerecendo o mérito da iniciativa, porque obviamente estou ao lado dela, é da maior importância neste momento, ouvir a Sra. Secretária Regional relativamente a este assunto, sobre a capacidade deste Governo e da organização que a Sra. Secretária representa, enquanto elemento que tutela este órgão, de operacionalizar esse número de pessoas que será necessário ao normal e regular funcionamento das escolas e saber se efetivamente já tem em mente, ou se já tem delineado algum procedimento que se aproxime da iniciativa que é proposta aqui pelo Bloco de Esquerda – sem isso, faz toda a diferença –, no sentido de percebermos (desde logo, todos nós tendemos apoiar a iniciativa do Bloco de Esquerda); é importante saber se efetivamente este Governo estava à espera deste Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda ou se efetivamente já se tinha posto em tempo útil no terreno para resolver essa situação.

Isso registou um desconforto em todos nós, na nossa sociedade, e eu não tenho dúvidas disso, porque quando aqui há algumas semanas foi público que iriam centenas de pessoas deixar de prestar serviço, o inestimável serviço de valor às escolas da Região, essas pessoas manifestaram-se, porque, desde logo, iam deixar de auferir valores fundamentais para os seus lares, que é o decurso do seu trabalho, mas também pelo valor do trabalho prestável de cidadania nas escolas onde prestaram esse serviço.

Portanto, Sra. Secretária, permita-me que faça a crítica: no meio de todo este debate, faltou efetivamente a sua voz.

Por isso, desafio-a, Sra. Secretária, a que intervenha também e que nos dê a sua visão, nos dê a sua informação sobre o que é que tem pensado sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de ir aos números, começo por dizer que ouvi a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, e não é muitas vezes que tenho oportunidade de dizer isto, mas sobre a análise do passado nós estamos de acordo, plenamente. Mas, d

De facto, o que importa, o que mais importa neste momento, é o presente imediato e é o futuro e também fiz a mesma crítica que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez, embora com menos tempo dedicado, mas o que importa é o futuro e é o futuro imediato.

O Sr. Deputado Joaquim Machado referiu este Projeto de Resolução, no sentido do que o Governo já estava a fazer, mas, de facto, em primeiro lugar, eu não sei o que é que o Governo está a fazer. Aliás, o Governo teve oportunidade de dizer o que é que estava a fazer sobre esta matéria, porque nós questionámos o Governo. Ou seja, não apresentámos esta proposta sem

questionar, sem procurar saber o que é que estava em causa, sem pedir números. Esses números foram enviados pelo Governo ainda esta semana.

Ou seja, teve o Governo a oportunidade, e se tivesse dado uma resposta cabal que nos satisfizesse e que fosse efetivamente uma solução que considerássemos adequada a este problema, nem teríamos apresentado a proposta, como é natural.

Entre as várias perguntas que colocámos neste requerimento, uma delas, perguntava exatamente para quando? E este requerimento é de 28 de abril.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já tem resposta!

O Orador: Já tem resposta!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a ver a diferença?

Deputada Joana Pombo (PS): Não é transversal a todos!

O Orador: Mas há alguns que não têm

Nós perguntávamos na pergunta 4, neste requerimento, para quando estaria prevista a abertura de concursos para as escolas da Região?

E o Governo dá-nos uma resposta que é desconcertante. Lamento dizê-lo, mas é desconcertante.

O Governo diz-nos que está a aguardar a aprovação do “mapa anual, global, consolidado, de recrutamento para o ano de 2022”.

Quem aprova este mapa é o próprio Governo.

Sinceramente, nós já tínhamos apresentado a proposta quando esta resposta nos chegou, mas, de facto, o que nós vemos é que efetivamente nós não percebemos o que é que o Governo estava a fazer.

A Sra. Secretária terá a oportunidade de nos esclarecer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem uma explicação técnica!

O Orador: O mapa anual é publicado, normalmente, regra geral, antes do início do próximo ano civil, ou seja, devia ter sido publicado em dezembro do ano passado. Normalmente, é assim.

Mas relativamente a números, nós estamos a falar, efetivamente (e já foi aqui referido) que há 632 trabalhadores ao abrigo de Programa Ocupacionais, dos

quais 339, hoje, já terminaram o seu programa no corrente ano letivo, ou irão terminar até ao início do próximo.

Nós estamos a falar de mais 15% dos trabalhadores das escolas, que irão sair das escolas até ao início do próximo ano letivo.

Tendo em conta que as escolas, efetivamente, já trabalham, muitas vezes (muitas vezes, não; praticamente sempre, senão sempre!) com enormes dificuldades, com muitos trabalhadores com idade avançada, que naturalmente já não conseguem realizar determinadas tarefas com a capacidade que teriam se tivessem 20 ou 30 anos, como é normal, as escolas trabalham com enorme dificuldade.

Perder estes trabalhadores sem efetivamente ter uma substituição imediata, contratando aqueles trabalhadores, ou outros, aquilo que fosse a solução que o Governo tivesse, isso obviamente do ponto de vista da escola, não estou a falar do ponto de vista laboral, sem essa solução o início do ano letivo fica altamente comprometido.

Os números são obviamente preocupantes, mas são igualmente preocupantes as situações concretas desses trabalhadores, que são dramas humanos.

Nós tivemos oportunidade, não só na manifestação que decorreu à porta do Palácio de Sant'Ana, de trocar impressões com muitos trabalhadores nesta situação. São situações dramáticas de pessoas que deram à Região anos da sua vida a trabalhar nas escolas e agora veem acabar o programa, ir para o desemprego e os colegas, que são do quadro, numa situação perfeitamente dramática, sem o apoio que precisavam deles e a arcar com uma carga de serviço que não conseguem dar resposta. Esse problema é efetivamente muito complicado e exige uma solução.

O Sr. Secretário alterou, quando era Secretário do Emprego, o PROSA Qualifica, introduzindo uma norma que diz que nenhum trabalhador pode repetir novamente o programa ocupacional no mesmo local, durante três anos. Se não me falha a memória foi isso que aconteceu.

Ora, essa norma fará sentido, numa lógica de redução efetiva dos Programas Ocupacionais.

O problema é, como disse daquela tribuna, que teria que ter sido acompanhado daquilo que o Sr. Secretário, enquanto Secretário do Emprego, disse, e vou citar. O Sr. Secretário disse nessa altura que: “as entidades que precisam de mão-de-obra têm solução simples, (que deve ser a solução), que é contratar. Ou seja, antes de fazer essa alteração ao PROSA Qualifica, devia o Governo ter aberto os concursos.

Eu bem sei que não era Secretário das Finanças, na altura, mas agora é.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): E vou fazer!

O Orador: Por isso está nas suas mãos abrir os concursos, aprovar o mapa de recrutamento, consolidado...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Já estou a tratar!

O Orador: ... e abrir os concursos. Isso é absolutamente essencial.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Já está tratado!

O Orador: Não posso deixar de questionar, pedindo obviamente à Sra. Secretária e o Sr. Secretário que nos esclareça:

O segundo ponto resolutivo foi uma solução que nós procurámos encontrar para, sabendo que um concurso público de recrutamento, tem sempre um prazo legal, não é rápido, pode ter problemas, pode ter reclamações, pode demorar vários meses, foi a solução que nos pareceu minimamente exequível. Ou seja, prorrogar os programas que estão em execução durante alguns meses, o tempo necessário, para a conclusão dos concursos.

Ora, aquilo que pergunto é, em termos práticos, e por aquilo que percebi, e pelo menos a maioria que suporta o Governo concorda com esta medida também, de que modo é que o Governo vai executá-la, porque ela provavelmente exige uma alteração ao PROSA Qualifica, digo eu, e essa

matéria é da exclusiva competência do Governo, uma vez que é um regulamento que é aprovado em Conselho do Governo?

Para além disso, pergunto, em termos de números, o que é que pensa o Governo fazer? São mais de 339 trabalhadores que irão terminar, ou já terminaram os programas. Quanto a números, o que é que o Governo irá fazer? Irá prorrogar o contrato de todos estes trabalhares, ao abrigo do Programa Ocupacional? A nível de número de contratos, de vagas que irá abrir, se já tem ideia?

Uma coisa é a situação estrutural, efetivamente, que exige uma revisão dos rácios e eventualmente de todo o Estatuto do Pessoal não Docente, mas outra coisa é manter a situação como está, que é já uma situação longe do ideal, como todos reconhecerão.

Por isso deixo essas questões e aguardo naturalmente as respostas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi uma vez mais a palavra apenas para dizer o seguinte:

Este Governo tem já histórico. Portanto, do meu ponto de vista parece-me que o argumento de que o PS não fez, começa a perder um bocadinho de intensidade, vamos dizer assim, porque este Governo teve mais do que tempo para fazer mais qualquer coisinha.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Vai demorar mais um bocadinho! O problema é grande!

O Orador: Uma coisinha, exatamente!

Ora, o que é que acontece aqui?

Há aqui duas ordens de problemas, para tentar clarificar a discussão, ou o debate, que se impõem deixar claro de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a seguinte posição:

Primeiro, ocupacionais a trabalhar nas nossas escolas enquanto assistentes operacionais.

Ora, o Grupo Parlamentar do PS, como é óbvio, também defende que esta precariedade laboral vá, progressivamente, desaparecendo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Aleluia! *(Risos)*

O Orador: Obviamente que sim!

Agora, também defendemos, sobre esta primeira questão...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Para defesa da honra tem a palavra o sr. Deputado Vasco Cordeiro!

O Orador: Sr. Secretário, deixe-me concluir o raciocínio.

É também importante deixar claro que, para além disto, não basta criar um programa, ou seja o que for, para que realmente os ocupacionais saiam das escolas.

Será necessário criar um ou mais programas para que se abram concurso para que operacionais entrem nas escolas.

Até à data, o que conheço, é o Programa Contratar +, dirigido às empresas.

Não conheço senão o “Programa Contestar +” dirigido às escolas.

Portanto, o programa que eu conheço, e que redundou em 10 assistentes operacionais colocados por ação deste Governo, foi através do Programa “Contestar +”.

Portanto, eu espero que a Sra. Secretária tenha hoje uma novidade para nos dar, porque nem do ponto de vista das escolas, nem do ponto de vista dos trabalhadores precários, esta situação se pode manter por muito mais tempo. Eu diria que é mais do que emergente.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É só agora é que é!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais permitam-me que manifeste também aqui a minha surpresa pelo facto do Partido Socialista ter votado a favor desta urgência, invocando a situação caótica, catastrófica em que estão as nossas escolas, quando apenas há três meses – não estou a mencionar factos do Governo anterior, mas apenas há três meses, a 8 de fevereiro –...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não é a mesma coisa!

A Oradora: ... o Sr. Deputado Rodolfo Franca, passo a citar, disse o seguinte:

“O rácio real respeitante ao número de assistentes operacionais *versus* número de alunos, é significativamente melhor, digamos assim, do que o plasmado na lei.

Neste sentido, em termos reais, o que se passa nas escolas, não é mau”, fim de citação.

Vamos a factos:

Efetivamente houve uma herança, neste Governo Regional, relativamente à colocação, à integração em quadro, deixada pelo Governo anterior e há herança que decorre no número de 137, quando questionado, trabalhadores não docentes integrados a contrato em tempo indeterminado, ao abrigo do mapa anual de recrutamento, ao abrigo do Despacho 1595/2020, de 28 de setembro – a um mês das eleições.

Portanto, foi este Governo que, depois de tomar posse, deu lugar às contratações, aos concursos e a essas mesmas contratações. Portanto, 137.

A questão é, para além destes 137, nós já colocámos, em quadro, mais 209 – não são 10, Sr. Deputado! Mais 209! – , sendo que uma parte deles decorre do processo (o Sr. Deputado estará talvez um bocadinho distraído)...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Um bocadinho, não! Muito!...

A Oradora: ... de regularização na Administração Pública, no Decreto Orçamental de 2021.

Portanto, neste processo, neste ano de vigência deste Governo, num ano apenas, nós colocámos mais 209 trabalhadores não docentes nos nossos quadros.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas mais, Sr. Deputado:

É que não foram apenas 209 integrações em quadro sem o aumento líquido.

Regista-se, de facto, na ação deste Governo, um aumento líquido dos trabalhadores não docentes em quadro, que é superior em 186, por comparação com o ano letivo de 2019/2020.

Portanto, quando os senhores diziam que o rácio já era suficiente,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Hipocrisia!

A Oradora: ... nós continuamos a entender que o rácio não é suficiente, já colocámos mais 186 e continuamos a trabalhar para que possamos fazer a revisão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sempre admitimos que este era um processo difícil, porque o que as escolas necessitam é de uma aferição, não apenas pelo rácio do número de alunos, mas uma, por exemplo, tem uma condição essencial, que é a tipologia dos alunos, como por exemplo, os alunos com necessidades educativas especiais que precisam de um apoio especializado e, portanto, precisam de entrar com

um rácio diferenciado, ou outras características, como a dispersão geográfica ou a tipologia dos edifícios escolares.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, se se quiserem dar ao trabalho de consultar o diário das sessões, foi sempre este o nosso discurso em termos de confirmação da dificuldade...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e isto para que pudéssemos ir ao encontro das necessidades das escolas e não estarmos apenas a falar de números globais *ad hoc* que pouco nos dizem.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Neste processo difícil o Sr. Deputado fez referência às conversas que têm sido tidas. Pois, lamento que se menospreze aquilo que é a negociação coletiva.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

A Oradora: É que nós estamos a fazer negociação coletiva do Estatuto do Pessoal da Ação Educativa, e a negociação coletiva não é apenas fazer auscultação.

Negociação coletiva é apresentar uma proposta de um diploma e debatê-la na especialidade e tentar encontrar uma convergência nesta negociação que é feita com os nossos parceiros coletivos.

Portanto, é este o trabalho que nós estamos a fazer. Atualmente é este o grau de dificuldade.

Neste processo de negociação coletiva nós mantivemos a redação que contempla a definição dos critérios para a integração do pessoal não docente nas nossas escolas, que foi aqui aprovado em fevereiro, portanto, mantendo a nossa palavra, que na altura foi dada por mim, com o cuidado de ter falado com o Sr. Deputado António Lima, a fazer a confirmação de que iríamos manter e iríamos cumprir, da nossa parte, com o que foi aprovado nesta Casa em fevereiro deste ano.

Em paralelo, o Governo Regional está a estudar os mapas e a definir os mapas que é necessário abrir para a integração destes trabalhadores, volto a referir, em quadro (nesta prioridade, em quadro!) para que possamos então proceder à abertura dos concursos para contratos a tempo indeterminado, que são necessários. Só depois, e respondendo também ao Sr. Deputado António Lima, é que nós faremos a aferição da necessidade de recorrer a Programa Ocupacionais que decorram dessas mesmas necessidades.

Portanto, nós não podemos é estar a colocar Programa Ocupacionais para depois abrir quadros. Tem que ser ao contrário. Temos que definir quais são as necessidades reais de cada unidade orgânica,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... abrir os quadros em conformidade, e depois então, aí, sim, analisar que outras formas de recurso é que temos para dar provimento às necessidades até então.

Aí compartilhamos e partilhamos da vossa posição e da vossa preocupação, que, sabendo que os concursos são processos que demoram algum tempo, firmamos já esta necessidade de termos de recorrer a programas para podermos garantir que as escolas abram no próximo ano letivo, sem problemas, mas na exata definição daquilo que são os quadros que nós vamos abrir.

Portanto, será um recurso extraordinário, pondo cobro às situações de recursos ordinário a Programa Ocupacionais.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esse é um trabalho que nós estamos a fazer com as associações sindicais e que vamos fazer também em articulação com os Conselhos Executivos, razão pela qual, na generalidade, o teor da proposta do Bloco de Esquerda corresponde, na íntegra, ao trabalho que o Governo Regional está neste momento a desenvolver.

Por isso é que apelamos à aprovação da vossa resolução.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Folgo, Sra. Secretária, em ouvir os seus números, mas há aqui qualquer coisa que realmente vai falhando, porque o que todos nós ouvimos são escolas que fecham, porque não têm assistentes operacionais.

Portanto, algo se passa!

Se entraram tantos, onde é que eles estão, Sra. Secretária? Não consigo compreender!

Portanto, essa é a primeira ordem de problema. Nós estamos aqui dizendo que é o problema das escolas não terem os funcionários necessários para o seu pleno funcionamento. Este é um problema.

Depois, há uma segunda ordem de problema, que tem a ver com o seguinte:

As pessoas não são números, Sra. Secretária! As pessoas não são números!

E o que é que eu quero dizer com isto?

Deixam sair 339 ocupacionais e depois então vão ver o que é que fazem? Ou deveria ter sido feito ao contrário e acautelar que estes trabalhadores talvez merecessem um bocadinho mais?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está a ver, Sr. Deputado Rodolfo Franca?

Pediu surpresas e ficou com o “sapatinho” cheio!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Sr. Deputado, os números são aqueles que lhe foram apresentados.

V. Exa. não consegue contrariar estes números e diz: algo se passa!

O que se passa é que tem 209 não docentes que se integraram no quadro.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Num ano!

O Orador: Num ano!

Deputado Carlos Silva (PS): Quando?

O Orador: Tem mais 186 pessoas!

Foram os números que a Sra. Secretária lhe transmitiu. E a sua resposta para rebater esta informação foi: “algo se passa!”

Diz V. Exa, num tom dramático...

Deputada Ana Luís (PS): E é dramático!

O Orador: ... que estes trabalhadores não docentes merecem mais.

Pela primeira vez, neste debate, concordo consigo: merecem mais! Merecem que esta situação em que foram mantidos pelos sucessivos governos do Partido Socialista termine. Merecem deixar de ser explorados!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Merecem deixar de estar na situação precária em que se encontram, merecem ser integrados nos quadros, como este Governo vai fazer.

Sr. Deputado, essa é a diferença! Não é uma situação para gerir no tempo, em que se utilizaram os trabalhadores ocupacionais para aquela que é era uma

necessidade permanente. V. Exas. utilizaram estas centenas de trabalhadores para isso e o paradigma mudou.

A Sra. Secretária acaba de o informar, a seu pedido, que o paradigma não é esse e que nós não queremos que esses trabalhadores ocupacionais continuem nesta situação de precariedade nas escolas e queremos uma solução definitiva, e a solução definitiva é colocá-los no quadro. É isso que vamos fazer.

Sr. Deputado, faz toda a diferença em relação a esse histórico do Partido Socialista nesta matéria.

É por isso que o senhor não quer que se fale do histórico, e nesse passado, que só terminou há um ano e meio.

Não quer que se fale, sabe porquê?

Não vale a pena falar nesse passado, porque não provoca orgulho a ninguém, muito menos a V. Exa. também.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): Muito orgulho no nosso passado!

Deputado José Contente (PS): Recibos verdes em 1996! Quem é que tinha a lei de 1930? Era os senhores!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado José Contente (PS): Os Conselhos Executivos eram nomeados pela Lei de 1930! O Salazar é que mandou até 1996!

Presidente: Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, agradeço, antes de mais, as respostas da Sra. Secretária, não só os números que nos transmitiu, mas também os procedimentos que esclareceu que estão a ser elaborados e realizados pelo Governo.

No entanto, a sua intervenção causou-me algumas dúvidas, em primeiro lugar, na ordem das ações, e, em segundo lugar, numa das ações.

Sobre a questão da aferição das necessidades de aprovação do mapa ou da abertura dos concursos foi esclarecido. Peço-lhe que não interprete mal as minhas questões, mas eu sinceramente fiquei com dúvidas, porque o que me pareceu que a Sra. Secretária referiu foi que apenas após a aprovação do mapa é que iriam também decidir quantos Programa Ocupacionais iriam ser – e não tenho o termo porque não registei – contratados novamente. Corrija-me se estiver enganado, mas pareceu-me que foi isso.

No entanto, não é isso que nós estamos a propor. Em primeiro lugar, o ponto que aqui está (o primeiro ponto, e esse, julgo eu, que é absolutamente consensual, não levanta quais dúvidas), o primeiro ponto resolutivo, o que diz é que “o Governo proceda à contratação, sem termo, urgente do pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das unidades orgânicas do sistema educativo regional, incluindo a colmatação das necessidades de substituição de funcionários ausentes...” *por motivos de mobilidade e baixa médica prolongada*, o que já não está. Retirámos na substituição integral.

No segundo ponto, e aqui é que me parece que pode haver algum equívoco, diz-se o seguinte:

“Proceda à prorrogação extraordinária dos contratos do pessoal não docente, incluindo os trabalhadores colocados nas unidades orgânicas, do sistema educativo regional, ao abrigo de programas de inserção socioprofissional, cujos contratos se encontrem a terminar pelo prazo mínimo necessário à conclusão dos concursos referidos no número anterior, de modo a garantir o início do próximo ano letivo dentro da normalidade.”

O nosso objetivo com este ponto – e acho que ele é claro o suficiente e as Sras. e os Srs. Deputados poderão confirmar se ele necessita ou não de

clarificação, nós estamos disponíveis para fazê-la – é que até à conclusão dos concursos que irão ser lançados pelo Governo, os trabalhadores que estão nas escolas ao abrigo de Programa Ocupacionais e cujo contrato está a terminar, tenham esse contrato prorrogado pelo tempo necessário à conclusão dos concursos. É isso que está aqui.

Ou seja, alguém que, por exemplo – e é sempre bom falarmos de um exemplo concreto – termine o seu programa ocupacional a 30 de junho, tenha o seu contrato prorrogado por (não sei) 3 meses, 5 meses, 6 meses, pelo tempo necessário. É esse o espírito da proposta e julgo eu que é a letra da proposta.

Aquilo que gostaria que me confirmasse é se essa a interpretação do Governo, porque não foi isso que depreendi das suas palavras, mas gostaria de ter essa clarificação e não me entenda mal, porque é uma dúvida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, agradeço a questão que foi colocada, porque também nos permite, com clareza, também especificarmos o que é que estamos a fazer.

O nosso objetivo é de não recorrermos, primeiramente e primariamente, a Programa Ocupacionais e, sim, definirmos por escola, por unidade orgânica, a revisão dos quadros de cada uma destas unidades orgânicas.

Portanto, não somente conduz à abertura dos concursos destas mesmas escolas, ou seja, a vermos o que falta, mas acima de tudo aquilo que é essencial que é aferirmos, por unidade orgânica, qual é o número mínimo de trabalhadores não docentes que devem pertencer ao quadro dessas unidades orgânicas.

Feita essa aferição é que nós conseguimos abrir os quadros para verificarmos o que é está a faltar em cada uma delas, e, por outro lado, e só depois então, por isso é que disse que seria na sequência disso, fazermos a verificação de quais são as necessidades que nós temos para colmatar o tempo que vai decorrer até nós podermos ter efetivamente estas contratações já terminadas, porque nós sabemos que este é um processo... Imaginemos que abríamos as contratações hoje, muito provavelmente só daqui a seis meses (portanto, já o ano letivo tinha começado) é que teríamos condições para integrar esses trabalhadores nas nossas escolas.

Para que isso não aconteça, para que não haja uma falta de trabalhadores nas nossas escolas, entretanto, é que nós estamos a analisar o recurso em situação extraordinária de Programa Ocupacionais, para fazer face a essa questão.

Portanto, daí estarmos a dizer que é na sequência disso; em primeiro lugar aferirmos as necessidades reais de cada escola no seu quadro total, depois abriremos concursos para fazer face às necessidades que decorrem dessa diferença entre os que estão atualmente colocados e aqueles que falta colocar no âmbito dessa revisão e, posteriormente para fazermos face aos problemas que redundem dos atrasos que subsistam para a revisão desses quadros, então analisar e recorrer, extraordinariamente, a processos de contratação ao abrigo dos programas socioprofissionais.

Espero ter sido clara.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários Regionais:

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque parece-me que há aqui algumas questões que são importantes carrear para o debate, em termos da forma como se pretendeu que ele fosse enquadrado.

Entre o ano letivo 2012/2013 e o ano letivo 2019/2020, o pessoal não docente ao serviço das escolas dos Açores, cerca de 40 unidades, passou de 2316 para 2817.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Ao abrigo de Programa Ocupacionais!

O Orador: Nesses números estão incluídos também aqueles que são os trabalhadores ao abrigo de Programa Ocupacionais. Mas não só! Estão também trabalhadores do quadro, desde técnicos superiores, na área da psicologia, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, interpretes de língua gestual, técnicos de reabilitação e psicomotricidade, técnicos de educação especial e de coabitação, técnicos superiores na área de serviço social e outras licenciaturas, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

A fazer fé no preâmbulo da proposta de resolução, estima-se em cerca de 600 o número de trabalhadores que estão nessa situação, na sequência da resposta de um requerimento que foi dado.

Pretende-se, e pretendeu-se a propósito desta discussão, transmitir a ideia de que o Partido Socialista tinha um problema com os Programa Ocupacionais.

Gostava só de lembrar que entre julho de 2016 e julho 2020, o número de açorianos que estavam integrados em Programa Ocupacionais, passou de 5.8883 para 3947, uma redução de quase 50%.

Este dado também me parece relevante porque dá nota de um trajeto que a pandemia interrompeu e que, lamentavelmente, a pandemia comprometeu isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esses 50% estão um bocadinho forçados!

O Orador: São 49%, para ser mais preciso.

Eu acho que há duas questões que estão em discussão nesta proposta de resolução e que interessa distinguir muito claramente. E se nós temos um problema, neste momento, ao nível das escolas dos Açores, quanto à falta de pessoal não docente, isso não se deve a uma qualquer ação dos governos do Partido Socialista, mas deve-se ao resultado da ação deste Governo Regional,...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque os senhores transformaram aquilo que eventualmente poderia ser considerada uma questão relativa à natureza do vínculo que titulava a relação laboral dessas pessoas, num problema claro e concreto que afeta famílias, afeta empresas, afeta alunos...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é demagogia!

O Orador: ... e afeta, num fundo, muito mais do que apenas a natureza do vínculo profissional que afetava essas situações.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Gustavo Alves (PPM): É uma questão de tempo!

O Orador: Nós não estamos aqui, Sr. Deputado Joaquim Machado, por causa de uma questão relativa à ação do trabalho dos Governos do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, estamos, estamos!

O Orador: Até poderíamos estar, porque é legítima aos senhores, e eu reconheço essa legitimidade, de entenderem que a questão do pessoal que estava contratado ao abrigo de Programa Ocupacionais entenderem mudar esta situação. É perfeitamente legítimo.

Mas – permitam-me a franqueza – o problema é que a forma como V. Exas. fizeram isso foi profundamente desastrosa, imprevidente e não planeada naquilo que eram os seus efeitos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: E esse é um problema que a proposta de resolução do BE resolve e pretende resolver, porque nós passamos de uma situação em que se discutia, principalmente, pode faltar pessoal docente aqui e ali, para uma situação de, em virtude de terminar primeiros os Programa Ocupacionais e depois pensar como é que se faz, agora, sim, temos um verdadeiro problema nas comunidades educativas que afeta pais, afeta alunos e afeta a forma de organização dessas escolas.

Deputada Ana Luís (PS): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Essa é a vossa responsabilidade, não é a responsabilidade do PS. Eu ouvi atentamente a discussão e fiquei surpreso, confesso-me, porque, afinal, quem tem vilipendiava os Programas Ocupacionais, agora assume, plenamente, que os Programas Ocupacionais são para resolver um problema de contratação.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não mude a história!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não foi isso que foi dito!

O Orador: Sra. Secretária, enquanto não tiver os procedimentos concursais concluídos,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Os programas já estão alterados!

O Orador: ... tem outros meios de resolver esse aspeto. Tem! Os contratos a termo.

(Aparte inaudível da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais)

O Orador: Não senhora! Lance já para o ano letivo que vem a seguir que é, no fundo, aquilo que a proposta de resolução diz. Mas não! O que é assumido aqui é que, por não ter uma atuação planeada, previdente, e que contemple os efeitos das decisões que toma, o Governo, afinal, precisa de se socorrer dos Programa Ocupacionais que tanto vilipendiou, para serem capazes de cobrir os efeitos da vossa falta de preparação, falta de planeamento...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: ... e falta de atenção às consequências das vossas decisões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Isso é algo que não tem nada a ver com ações do Governo do Partido Socialista, porque mais uma vez digo, eu reconheço inteira legitimidade a este Governo, para dizer: os trabalhadores que estavam em Programa Ocupacionais nós não os queremos em Programa Ocupacionais e vamos integrá-los.

Agora, o que os senhores fizeram foi pôr a carroça à frente dos bois: primeiro acabaram com os Programas Ocupacionais e depois então planearam o reforço dos trabalhadores do pessoal não docente, quando o que deviam ter feito era exatamente o contrário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Tivessem-nos integrado! Usaram e abusaram das pessoas!

O Orador: E nós estamos nesta situação, e esta proposta de resolução faz todo o sentido, exatamente porque vai resolver, sendo aprovada, um problema que os senhores criaram.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

É sempre com satisfação que nós vemos, no fim de um debate, uma intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque é sinal de que, o debate até aí, não correu bem para o PS. Portanto, surge sempre o Sr. Deputado Vasco Cordeiro como bombeiro de socorro, que vai tentar, com o último litro de água, apagar um incêndio que já não há possibilidade de extinguir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): No seu lado é Deputado Paulo Estêvão!

Deputada Ana Luís (PS): Esse truque já é antigo!

O Orador: Mas vamos a factos concretos:

De facto, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz que o que está em causa não é resolver um problema do Partido Socialista, é resolver um problema que nós temos hoje. Concordo consigo. Mas nós hoje não temos um problema, temos dois. Temos dois problemas deixados pelo Partido Socialista.

A falta de pessoal nos quadros das nossas escolas, quando o Sr. Secretário Regional devia-o ter advertido, em 2008, quando disse que tínhamos mais de 1400 funcionários do que devíamos. Disse que tínhamos mais 1400.

Sabe, na consideração do Sr. Secretário Regional da Educação quantos funcionários é que deviam ter as nossas escolas? Seiscentos! Porque tínhamos, dizia ele, 2.017, e se havia 1401 a mais, quer dizer que as nossas escolas só deviam ter 600 funcionários, 600 assistentes operacionais. É disso que se trata.

Bem sei que o senhor ainda tem aí fresquinhas as suas cábulas de um relambório que fez durante o congresso, uma espécie de balanço da

governação socialista, mas enganou-se. Os números que o senhor referiu não são de assistentes operacionais, não são. Muito bem!

Os números que o senhor referiu não são de assistentes operacionais. Não são!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não são! Eu tive o cuidado de dizer!

O Orador: Muito bem! Mas é uma habilidadezinha para confundir, porque nós estamos a falar de um número e o senhor aparece com o um número enorme, até parece que diminuiu, quando efetivamente até há mais de 200 a trabalhar, integrados no quadro.

Deputado Flávio Soares e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto nós estamos a resolver esse problema.

O outro problema que estamos a resolver foi o número exagerado de desempregados integrados em Programas Ocupacionais.

E nós não mudámos uma vírgula ao que sempre dissemos sobre os Programas Ocupacionais. Só deve existir enquanto a economia dos Açores, que está como senhor sabe que está, como a deixou, não for capaz de gerar um emprego suficiente para integrar essas pessoas verdadeiramente em projetos de vida...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que passem também por um trabalho definitivo, devidamente remunerado, com toda a dignidade que deve ter o trabalho para cada ser humano.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas espanta-me também que depois desta intervenção (porventura ainda ficará com tempo ainda para mais; eu vou gastar o meu tempo todo), como é que faria o PS?

Nós sabemos como é que o PS fez durante oito anos! Um, em cada três funcionários, era de um Programa Ocupacional.

Como é que o PS faria melhor? Como é que o PS faria diferente? E se tinha capacidade para fazer diferente porque é que fez assim e nos deixou?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Porque é que não fez?

Deputada Ana Luís (PS): Em 18 anos o senhor esquece-se do que a gente passou! Memória curta!

O Orador: Uma nota breve, pela consideração que também me merece, o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Disse que este Governo já tem tempo e que tem obrigações. É verdade. Tem tempo de governação, tem obrigações e tem obra feita.

Mais de 483 professores no quadro;

Deputada Ana Luís (PS): E muito trabalho!

O Orador: Fim da precariedade com a criação de quadros de ilha;

Redução do número de alunos por turma, no 1.º e 2.º ciclos;

Quatro mil computadores e mil tablets adquiridos e vão arrancar já os projetos de manuais digitais;

E permita-me que diga também: tantas obras que já foram iniciadas, que os senhores prometeram anos a fio, e nada fizeram.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Registo apenas este exemplo.

Deputada Ana Luís (PS): Quais? Diga lá quais?

O Orador: Durante quatro anos prometeram arrancar com a Escola Básica Integrada dos Arrifes;

Deputada Ana Luís (PS): Quais são as vossas obras de raiz?

Orador: Inscreveram no Plano 10,3 milhões de euros e executaram 2,92%.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Costuma-se a dizer que “quando a esmola é demais o pobre desconfia”.

De facto, eu tinha razão em desconfiar.

Sra. Secretária, o que a senhor disse que o Governo vai fazer, não é o que nós estamos a propor.

Como toda a inteligência e seriedade que lhe reconheço, o que a senhora disse que ia fazer, não é o que está na resolução.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Secretária!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não se preocupe. Tenho todo o respeito pela Sra. Secretária.

Sra. Secretária, não é o que está na resolução e a interpretação que o Governo está a fazer é exatamente a oposta. O Governo diz que vai avaliar as necessidades, aprovar o mapa anual de recrutamento, vai abrir concursos, contratar os funcionários e, nas necessidades que não forem supridas vai recorrer a novos programas, extraordinariamente.

Ora, é o contrário do que está na Resolução. O que está na Resolução o que diz não é criar novos programas. É prorrogar extraordinariamente aqueles que já lá estão, porque efetivamente já lá estão e é prorrogado por um prazo curto e limitado, até que os concursos sejam abertos e concluídos, e não manter programas.

É exatamente o oposto.

Aquilo que pergunto, porque esta é uma resolução, aos outros partidos é como é que interpretam? Se fazem a interpretação do Governo ou fazem a

interpretação, que é a única, já agora, possível, que o Bloco de Esquerda faz e que é o autor e que já agora sabe qual é o espírito da Resolução.

Sabe qual é o espírito da Resolução!

É que se é para fazer aquilo que o Governo está a fazer, então mais vale chumbarem, porque não vale a pena.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento não tem mais inscrições. Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É precisamente porque é necessário analisar a situação em concreto de cada uma das unidades orgânicas que nós precisamos de fazer esta avaliação da situação em concreto, sendo que nós temos várias tipologias diferenciadas de programas sócio profissionais, e ocupacionais, e temos que fazer a análise de escola por escola, trabalhador por trabalhador, da condição do programa em que ele está, para podermos fazer este recurso que é para nós extraordinário na medida em que a prioridade tem de ser dada ao quadro e, por isso, cumprimos com a resolução.

Permitam-me também, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, que aqui faça uma menção, recorrendo a uma citação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também a 8 de fevereiro de 2022, em que, de facto, os senhores sempre consideraram este pacote de trabalhadores não docentes na mesma escola.

Dizia o senhor então, e passo a citar:

“Não é pelo facto de funcionários que até a este momento estiveram em programas ocupacionais, e que passam a estar integrados na função pública, que se reforça a dotação não docente nas escolas,...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): E é verdade!

A Oradora: ... porque neste caso, a única coisa que se mudou foi o vínculo jurídico que ligava essas pessoas à administração pública”.

Isto foi o que os senhores fizeram e é precisamente o contrário daquilo que a gente quer fazer. Nós assumimos essa diferença.

Deputada Ana Luís (PS): Mas não estão fazendo!

A Oradora: Nós queremos mudar o vínculo desses trabalhadores, queremos criar mais estabilidade nas escolas,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... porque em vez de termos recursos ocupacionais temos quadros não docentes nas nossas escolas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): E o que é que vai acontecer aos que estavam nos Programas Ocupacionais?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, aquilo que senhora citou da minha declaração em nada contradiz aquilo que eu digo, porque é efetivamente isso que os senhores estão a fazer.

Se os senhores estimam em 600 o número de trabalhadores ao abrigo de Programas Ocupacionais, e, neste momento, acabaram com os Programas Ocupacionais, dizem que quem já se candidatou a Programas Ocupacionais durante três anos, não pode estar na mesma entidade, e contratam 200, a senhora não está a aumentar; a senhora está a criar um problema que não é de vínculo, não é jurídico da natureza pela qual essas pessoas prestam esse trabalho, mas é um verdadeiro problema para as escolas, para as famílias, para os alunos, com a ausência de trabalhadores não docentes, e nomeadamente de assistentes operacionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há ausência, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Secretária, mas a questão...

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Aumentou!

O Orador: Não, não está a aumentar.

A senhora, ao passar de Programas Ocupacionais para integração, está a mudar, pura e simplesmente, o vínculo jurídico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Pura e simplesmente!

O Orador: O vínculo jurídico!

Pior! Os senhores conseguem a proeza de ter o pior de dois mundos (conseguem a proeza de ter o pior de dois mundos).

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Qual é?

O Orador: Primeiro, acabam com os programas ocupacionais para depois pensar quantos trabalhadores é que são necessários e, para além disso, dizem aos trabalhadores dos programas ocupacionais, os senhores vão apenas tapar agora este buraquinho enquanto a gente consegue fazer os concursos.

Isso é o pior dos dois mundos!

Por isso é que esta proposta de resolução faz sentido e é por isso que o Partido Socialista vai votar a favor desta proposta de resolução.

Deputada Ana Luís e Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Agora vamos esclarecer uma coisa:

Eu reconheço total legitimidade ao Governo para, em relação aos programas ocupacionais... É o entendimento que tem, é perfeitamente legítimo! Não se use é subterfúgios e, sobretudo, não se contradiga flagrantemente, com aquilo que foram programas vilipendiados pelos partidos que agora sustentam o Governo, e que afinal agora, com a maior das calmas,...

Deputada Ana Luís (PS): Não lhes dá jeito!

O Orador: ... com a maior das canduras, dizem: “mas nós vamos ainda usar Programas Ocupacionais, não em função do interesse do trabalhador”, mas enquanto nós conseguirmos desvencilhar, desenrascar, permitam-me a linguagem coloquial, a questão dos concursos públicos.

Sra. Secretária, talvez preparando mais cedo a questão dos concursos para contratação a termo, e nessa altura então os senhores estarão a ser coerentes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Então porque é que os senhores não fizeram?

O Orador: Isto serve para dizer o quê?

Serve para dizer que também nesta matéria os senhores não fazem igual aos Governos do PS. Fazem muito pior!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Esqueci-me do Sr. Deputado Joaquim Machado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para ver se nos entendemos.

O que o Governo diz que vai fazer, em bom português, é o seguinte:

Trezentos e trinta e nove trabalhadores ficarão sem vínculo nenhum, ou seja, o programa terminará até ao fim do ano letivo.

Esses trezentos e trinta e nove trabalhadores irão para casa. Na interpretação do Governo desta proposta, que é totalmente errada e que discordamos e rejeitamos, diz isso: esses 339 trabalhadores representam 15% dos trabalhadores das escolas que vão para casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é assim!

O Orador: Entretanto, o Governo vai, naturalmente, aferir as necessidades, aprovar o mapa global de recrutamento, lançar os concursos, contratar os trabalhadores e, aí pelo meio, vai contratar x trabalhadores ao abrigo de Programas Ocupacionais para as necessidades que não conseguiu ainda suprir.

Ora, não é isto que aqui está, não é isto que nós queremos, não é isto que os trabalhadores querem, não é isso que as escolas querem e não é isso que as escolas precisam.

E faço mais uma vez o apelo às bancadas deste Parlamento para dizerem o que é que interpretam desta resolução e o que é que querem que o Governo faça, porque nós não queremos que o Governo faça o que diz que vai fazer e rejeitamos a interpretação que o Governo faz e iremos rejeitar essa interpretação sempre e até ao fim.

Não retiramos a proposta, porque achamos que ela é justa e é necessária.

Agora, aquilo que vemos é que é um Governo que vai desrespeitar o espírito de uma proposta que aqui vai ser aprovada, e assume isso no debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso!

Deputado João Vasco Costa (PS): É isso, é!

O Orador: Lamento que assim seja e que essa falta de respeito pela proposta, pelo espírito da proposta, e que a maioria esteja aqui a fazer-se de morta e não diga nada. É isso que está em causa.

Essa situação é demasiado grave para passar em claro e fico a aguardar qual é a posição da maioria sobre essa matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já tinha desistido de fazer uma intervenção, mas venho fazer a correção de algumas coisas.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: ... olhe para os seus números.

Dizia V. Exa. que tinha reduzido o número de trabalhadores ocupacionais. Tinha passado 5.833 para 3.947. Ou seja, conclui V. Exa, uns extraordinários quase 50%.

Eu estive a fazer as contas é 33%.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não!...

O Orador: Eu bem lhe tinha dito que estava a exagerar nas contas! Oiça: 33%! V. Exa. não admite uma correção.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Bom número!

O Orador: Oiça bem: de 5.883 passa 3.947, ou seja, é uma redução de 33%.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Bom número!

O Orador: Sr. Deputado, tem que resistir a esses arredondamentos de 50%. É melhor é ter rigor nas apreciações.

Em segundo lugar, o que lhe quero dizer é que em relação à interpretação que estava a fazer, há pouco estava a dizer: “bom, o que os senhores vão fazer é, pura e simplesmente, e os trabalhadores ocupacionais já estão a dizer, é sair de uma situação de precariedade”. E nós o que lhe estamos a dizer é que entram nas carreiras com vínculo permanente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é isso que estão a dizer!

O Orador: Oiça, Sr. Deputado! Isso é toda a diferença! Não é pura e simplesmente! É muito! É dar a garantia a essas pessoas de que têm esse trabalho. Isso não é um pura e simplesmente. Faz toda a diferença e é isso que nós vamos fazer, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não foi isso que a Sra. Secretária disse!

O Orador: Foi isso que ela disse.

E mais do que isso: veio V. Exa, porque o debate estava a correr horrivelmente mal e continua a correr para V. Exa, veio agora lançar aqui a confusão: “Bom, mas há agora 300 e tal trabalhadores que vão sair já, e que ficam sem qualquer tipo de vínculo”. Não é verdade, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (PS): É, é!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado!

A verdade é que as respostas que são necessárias às escolas estão garantidas por parte do Governo e, por outro lado, nós, o que garantimos, é que deixam de estar na situação de precariedade...

Deputado Francisco Coelho (PS): E vão para casa!

O Orador: ... e entram numa situação de garantia para o futuro e estabilizam as suas vidas, e daqui a quatro ou cinco meses nós estamos a ouvir estes trabalhadores a dizer “sim, sim”.

Isto não é um “pura e simplesmente, sim, sim”. Isto é algo que dignifica o nosso trabalho, que protege o nosso futuro.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): A realidade estraga um bocado o discurso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para dar umas pequenas notas, porque é bom termos aqui algum rigor no que afirmamos.

E há pessoas que têm uma particular responsabilidade em ter rigor.

Não se pode dizer que este Governo, ou qualquer outro Governo, acabou com os Programas Ocupacionais. Isso não é verdade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Pura e simplesmente, não é verdade!

Peço-lhe, face à sua responsabilidade, para ter um pouco mais de rigor nas afirmações que faz.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD do PPM: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Não se acabou com os Programas Ocupacionais. Alterou-se uma lógica que havia nos Programas Ocupacionais, nomeadamente introduzindo a qualificação no PROSA, e também evitando a sequencialidade que era aproveitada por muitas entidades para perenizar algo que deveria ser temporário e que fazia dessas pessoas, que deviam estar à procura de emprego, ocupacionais, a fazer trabalho permanente e a suprir necessidades permanentes.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não é verdade: ninguém terminou com os Programas Ocupacionais.

Alteraram a filosofia dos Programas Ocupacionais para combater a precariedade, para dar mais qualificação às pessoas e favorecer a sua integração no mercado de trabalho, porque é assim que esta maioria vê as pessoas que estão em dificuldades.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: É ajudá-las para que elas possam andar pelo seu pé, não é como se fazia antigamente que se dava a mão, mas depois não queriam que as pessoas libertassem a mão do jogo do poder.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Primeira questão de rigor!

Segunda questão que é preciso clarificar:

Dos públicos que estão em Programas Ocupacionais na área da educação, 398 estão em CTTS. Ora, esta é uma medida que nem sequer foi tocada pelo XIII Governo.

E do que é que dependem estas pessoas que estão o CTTS?

Elas só podem lá estar no CTTS, enquanto estiverem a receber subsídio de desemprego.

Portanto, é bom ter o rigor. Não tem a ver com este Parlamento ou com esta maioria, as pessoas terminarem ou não a sua ocupação no CTTS.

Tem a ver até quando é que têm direito ao subsídio de desemprego ou ao subsídio social de desemprego?

Deputado António Lima (BE): Está à distância da Resolução do Conselho de Governo!

O Orador: Portanto, de novo um bocadinho de rigor nestas matérias.

Devo dizer também que o mapa de recrutamento para 2022, vai priorizar, ou prioriza, os assistentes operacionais na área da educação e da saúde. Eu repito: o mapa de recrutamento para 2022, prioriza os assistentes operacionais na área da educação e da saúde. Isto é feito com toda a clareza, com toda a transparência e assumimo-lo aqui com toda a frontalidade.

Digo mais, em relação às pré-reformas, também posso dar nota que está a ser finalizado o desenho para termos critérios objetivos para aqueles que pedem pré-reformas.

Também estamos a acabar o desenho criterioso para aqueles que pedem mobilidade inter-carreiras, de maneira que não fique à discrição das entidades ou dos responsáveis políticos, mas que haja claramente a construção de um desenho que as pessoas saibam com o que é que podem contar. Isto é, frontalidade e transparência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado António Lima, se estamos em divergência em muitas coisas, eu penso que o senhor já percebeu que há uma que não estamos em divergência, que é o combate à precariedade.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Nesse aspeto, tudo aquilo que eu pessoalmente tenho vindo a fazer dá nota bem deste combate à precariedade e agora vamos (e vou continuar a fazê-lo) criando condições para que com o mapa de recrutamento possamos colocar pessoas em contratos efetivos que estavam a satisfazer necessidades efetivas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Isto, Sr. Deputado António Lima, mesmo que hoje não o queira reconhecer eu acho que um dia o vai fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, Sr. Secretário, eu espero poder reconhecer, mas não tenho efetivamente certeza e muito menos muita esperança disso...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Veremos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Homem de pouca fé!

O Orador: ... porque, de facto, os sinais não são muito bons e este sinal de ter efetivamente começado pelo fim, começado por alterar o regulamento do PROSA Qualifica, por exemplo, que é o principal problema que criaram...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não! São 370 CTTS!

O Orador: ... o problema, alterando o regulamento e não abrindo concursos, não é um bom sinal, porque o combate à precariedade não é sinónimo de desemprego, é o contrário.

Combater a precariedade não é mandar para a estabilidade do desemprego. É exatamente a estabilidade do emprego.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário, sobre a dificuldade dos CTTS e do PROSA, eu quase que tomo as dores da governação, mas não vou fazê-lo, porque o CTTS é aprovado por Decreto Regulamentar do Governo. Está nas mãos do Governo.

O PROSA é aprovado por Resolução do Conselho do Governo, está nas mãos do Governo.

O SEI é aprovado por Resolução do Conselho de Governo, está nas mãos do Governo.

Governar tem as suas dificuldades e, neste caso, quem criou o problema foi o Governo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Qual Governo?

Deputada Ana Luís (PS): As escolas estão fechadas hoje e amanhã por falta de assistentes!

O Orador: Quem tem de resolvê-lo é o Governo e tem aqui um caminho que o Bloco de Esquerda apresentou. Agora quem tem de resolvê-lo é o Governo e o caminho que nós propomos é este.

Se este Parlamento aprovar (e já agora dirijo-me à maioria que suporta o Governo) este caminho, este caminho tem de ser para cumprir.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Senão, as resoluções deste Parlamento passarão a não valer coisíssima nenhuma. E isso é pôr a democracia no caixote do lixo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública:

Eu agradeço as suas explicações, mas julgo que a questão deve ser vista talvez um pouco mais... pelo menos da minha parte.

Foram introduzidas alterações aos Programas Ocupacionais que, na prática, levarão a que muitas das pessoas que a eles poderiam recorrer, para essas pessoas, os Programas Ocupacionais significam que acabaram.

A alteração das regras, para muitas dessas pessoas, tem essa consequência prática. Portanto, é nesse sentido que refiro.

Mas pior! É que o caminho que o Governo está a seguir nesta matéria...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o correto!

O Orador: ... é um caminho que satisfaz e pode satisfazer um objetivo político do Governo, mas fá-lo à custa dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Porquê? Por uma razão muito simples: as alterações que foram introduzidas nos Programas Ocupacionais e que significam o fim de Programas Ocupacionais para muitas das pessoas que a eles podiam recorrer e que agora já não podem, não encontra solução na realização dos concursos. Essas pessoas, na sua esmagadora maioria não encontra solução na realização dos concursos.

E mais!... Foi por vossa proposta que desapareceu do Orçamento...

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma norma de regularização extraordinária de situações como essas e que agora coloca em perigo essas pessoas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Esse é um perigo! Esse é um problema!

Portanto, o que antes no Orçamento de 2021, era o seu artigo 11.º e que permitia que houvesse...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... no fundo, no nosso entendimento, uma abordagem integrada e global para resolver – não é a questão política de dizer, nós vamos redirecionar os Programas Ocupacionais; não, não é – o problema das pessoas, dos açorianos, desapareceu em 2022.

E por isso é que todos estes passos que os senhores estão a dar vão traduzir-se em dois problemas graves, na nossa opinião: no problema do funcionamento das escolas, como já se vê escolas a fecharem, porque não têm assistentes operacionais...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aqui, no Faial hoje!

O Orador: Olhe, por exemplo.

Deputada Ana Luís (PS): Hoje e amanhã!

O Orador: Hoje e amanhã aqui no Faial. O Sr. Secretário não estava informado desta parte.

... como também, as pessoas que estavam nesses programas são penalizadas, porque aquela que seria a cláusula de salvaguarda das suas situações, que era o tal artigo da regularização extraordinária, por vossa proposta, neste Orçamento, pura e simplesmente, desapareceu.

É por isso que eu digo e volto a insistir: os senhores não fazem igual aos Governos do PS, fazem muito pior.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Duas notas prévias.

Primeira: algumas escolas da ilha do Faial vão encerrar amanhã devido ao plenário dos professores e não por falta de funcionários.

Deputada Ana Luís (PS): Não é verdade!

Deputada Salomé Matos (PSD): Então os professores mentem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A segunda nota é de que aquele entusiasmo do domingo passado, aquela confissão de ter errado,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso marcou-o!

O Orador: ... supostamente traria de volta o melhor do PS. Coloca-nos perante o pior do PS do último ano e meio.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós não estamos a criar dois problemas. Estamos a resolver dois problemas que os seus Governos deixaram.

O problema da falta de lugares do quadro das escolas para assistentes operacionais, e o excesso de utilização de desempregados em Programas Ocupacionais.

Deputado Francisco Coelho (PS): São os CTTS, ninguém houve o Sr. Secretário Regional!

O Orador: Nós queremos resolver e estamos a fazer tudo para resolver esses dois problemas.

Agora uma coisa nós também ficámos a saber: é que o PS, a manter-se no Governo, não tinha solução para isto.

A solução era, não acabar com os Programas Ocupacionais,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Redução!

O Orador: ... manter os desempregados nessa situação, alguns dos quais se manifestaram no dia 5 de maio...

Deputado Francisco Coelho (PS): E o que é que lhes vai acontecer?

O Orador: ... dizendo que estavam nesses programas há 10, e uma senhora até há 14 anos em programas ocupacionais.

Isso diz bem da falência, da incompetência da governação Socialista para criar emprego nesta Região.

Nós queremos resolver esse problema e o problema da falta de lugares nos quadros das nossas escolas para assistentes operacionais.

Numa coisa estamos empenhados: é em resolver estes dois problemas e em garantir de que no ano letivo de 2022/2023, tudo se faça com a maior das normalidades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A regularização extraordinária, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é extraordinária porque é extraordinária. Portanto, não pode ser a regra ano após ano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, os próprios sindicatos já reclamaram por mais do que uma vez que essa era um via, sendo extraordinária, que acabava por permitir o acesso à função pública sem o procedimento concursal que todas as outras pessoas tinham que passar. É preciso ter isto em conta, que é, quando se faz uma regularização extraordinária, ano após ano, deixa de ser extraordinária e deixa de ser ordinária a integração de pessoas pela via concursal correta na função pública – ponto um.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ponto dois: eu não me recordo de ter visto qualquer proposta na discussão do Orçamento de 2022, do Partido Socialista, nem que fosse para resolver essa regularização extraordinária.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É com o “Solenerge”. Fica com os senhores!

O Orador: Em terceiro lugar, por mais que se diga que este Governo está a fazer pior do que o anterior, isso é apenas um alijar de consciência pesada do Sr. Deputado Vasco Cordeiro relativamente à tragédia em que deixou esta Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Tragédia que temos que resolver na SATA que o senhor faliu (a SATA que o senhor faliu!);

Tragédia que temos que resolver na precariedade que milhares e milhares de pessoas tinham nos Açores;

Tragédia que temos que resolver nos 3.6 milhões de euros de responsabilidades financeiras futuras;

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 2.4!

O Orador: Tragédia que os senhores nos deixaram nos 3.6 milhões de euros de responsabilidades futuras que todos nós vamos ter que pagar;

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E os programas ocupacionais?

O Orador: Tragédia que os senhores nos deixaram depois de executarem, ou gastarem, 22,3 mil milhões de euros ao longo de 24 anos, mais 3.6 que deixaram para pagar no futuro, são mais de 26 mil milhões de euros em 24

anos para crescermos 4 pontos percentuais na aproximação ao nível da média de crescimento da União Europeia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: Portanto, por mais que se esforce o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para alijar a sua consciência, vai ter que arcar com este peso durante muitos anos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deixe lá que o povo açoriano vai resolver isso!

O Orador: Este Governo, tomando medidas certas, outras menos certas, estará aqui para dar a cara.

Mas de uma coisa tem muito orgulho, a transparência, as contas certas, o combate à precariedade, Sr. Deputado António Lima, o senhor tem mais de 2.100 razões para concordar comigo em relação ao combate à precariedade: são aqueles que têm contratos, através do CONTRATAR, contratos estáveis, e que estavam no ESTAGIAR L, que estavam no PROSA,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): As pessoas sabem!

O Orador: ... que estavam em outros Programas Ocupacionais. É esta a dinâmica que queremos introduzir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Levar as pessoas da precariedade para o mercado normal de trabalho; aquelas que precisam de mais formação, dar essa qualificação para poder integrar no mercado normal de trabalho.

E aquelas que por uma forma ou outra não tenham essa capacidade de todo, nós estaremos aqui para lhes dar as mãos. Faz parte da nossa idiossincrasia Social Democrata, do PP, do PPM, ajudar quem precisa, mas não aprisionar as pessoas para o resto das suas vidas. É isso que nós queremos: dar autonomia aos sujeitos da autonomia, que são todos e cada um dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, depois do brilhante encerramento deste debate por parte do Sr. Secretário das Finanças, leva-me a prescindir. Não há mais nada a dizer, ficou tudo dito.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: A Mesa neste momento não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Haver havia, tempo é que já não há!

Presidente: Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 122/XII, que “Recomenda ao Governo a contratação urgente de pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das unidades orgânicas do sistema educativo regional”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

Faz favor, Sr. Secretário

Secretário: O Resolução n.º 122/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua proposta, embora tivesse, sinceramente, ponderado até votar contra ou retirar, porque quando há um Governo que assume que não a quer cumprir, de facto, deixa muitas dúvidas sobre o que é que nós andamos aqui a fazer.

Nós apresentamos uma proposta que procura resolver um problema que o Governo Regional criou; uma proposta que procura não atirar 339 trabalhadores para o desemprego; uma proposta que procura manter as escolas em funcionamento para garantir que as crianças tenham escola em setembro, que os professores têm apoio nas escolas e que os pais tenham a quem deixar os seus filhos, em segurança e com confiança.

Esta proposta procura resolver esse problema, mas infelizmente e pela primeira vez na minha vida parlamentar, que não é muito longa, mas julgo eu, e há aqui gente que já está há algum tempo, talvez pela primeira vez na história deste Parlamento há um Governo que assume que não vai cumprir uma proposta aprovada.

Julgo que isto é profundamente negativo para a Democracia e Sr. Presidente, dirijo-me a si, é profundamente negativo para o respeito que este Parlamento merece.

Já agora cito um antigo dirigente, Primeiro-Ministro, que dizia que “eu não gosto de ser sequestrado” – Pinheiro de Azevedo.

Ora, eu não gosto de ser enganado.

E este Parlamento não gosta de ser enganado. Se há quem goste, ali, na maioria, neste caso de enganar e ser enganado, na nossa bancada nós não gostamos e não aceitamos que o Governo diga aos trabalhadores que estão a ver este debate, que vão para o desemprego e que esta proposta que foi aprovada não vai ser cumprida e não vale nada.

Muito obrigado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Ninguém vai para o desemprego!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Não havendo, vamos dar por encerrado este ponto da nossa Agenda.

“Proposta de Deliberação Final

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que Assembleia declara findo o período legislativo de junho de 2022”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

Secretário: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Boa tarde a todos.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Vílson Filipe da Costa Ponte Gomes

Deputado que faltou à sessão

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

(*) Texto não revisto pelo Orador

Listagem da correspondência:

1- Proposta de Lei:

Assunto: Proposta de Lei n.º 14/XV (ALRAM) - Sobre a atribuição de

Subsídio de Insularidade –n.º 105/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 06 – 22;

2- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença – MEDU – (Reg. DL 60/XXIII/2022) - n.º 69XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 05 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2022 – 06 – 01

3- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 58/XII

Assunto: [Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores\)](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Comissão: -----

Data Limite de parecer: -----

URGÊNCIA

4- Projetos de Resolução:

N.º 122/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo a contratação urgente de pessoal não docente necessário ao regular funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional.](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Comissão: -----

Data Limite de parecer: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO;

N.º 123/XII

Assunto: [Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias](#)

Proveniência: DI

Data de Entrada: 2022 – 06 – 01

Comissão: Política Geral

Data Limite de parecer: 2022 – 07 – 01

5-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Cópia da ata da reunião ordinária do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira realizada a 4 de maio de 2022](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.06.03 – N.º 369/XII;

Assunto: [Falha no transporte de mercadorias para a Ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.02.08 – N.º 350/XII;

Assunto: [Prestação de serviços de transporte regular de mercadorias para a Ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.07.08 – N.º 354/XII;

Assunto: [Desfasamento entre os dados do POTRAA e os investimentos comprometidos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 357/XII;

Assunto: [Governo Regional reduz apoios financeiros a escolas e clubes dos escalões de formação para utilização das instalações e equipamentos desportivos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 359/XII;

Assunto: [PS/Açores questiona Governo sobre o impacto para os produtores das alterações na classificação do leite](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 353/XII;

Assunto: [O Governo incumpe a legislação regional que regula a utilização das instalações e equipamentos desportivos escolares](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 315/XII;

Assunto: [Abertura de concursos para integração de assistentes operacionais nos estabelecimentos de ensino da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 355/XII;

Assunto: [Processo de atribuição de apoios no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais \(RJAAC\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 365/XII;

Assunto: [Funcionários da administração pública regional e do setor público empresarial regional que exercem funções na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.07.08 – N.º 361/XII;

Assunto: [Ponto da situação das medidas da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal inscritas no Plano Regional Anual](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.10.00 – N.º 366/XII;

Assunto: [Desinvestimento do Governo Regional no Projecto Terceira Tech Island – falta de apoio às formações](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31

Referência: 54.02.03 – N.º 363/XII;

Assunto: [Graciosa sem RX na porta de embarque no aeródromo da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 06 – 01

Referência: 54.02.04 – N.º 358/XII;

6- Informações:

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a partir do dia 25 de maio de 2022, retoma a situação de deputada regional em regime de afetação permanente

Proveniência: Joana Pombo Sousa Tavares, Deputada do GPPS

Data de Entrada: 2022 – 05 – 25;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a renúncia de mandato, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro (EPARAA), a partir de 01 de junho de 2022 (inclusive),

Proveniência: Maria Alice Menezes da Rosa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 27;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral da Anteposta de Lei n.º 5/XII – Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral da Anteposta de Lei n.º 5/XII – Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 91/XII – Medidas de apoio à Vítima de Violência Doméstica

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31;

Assunto: Ofício n.º 1848 a agradecer o envio de quatro Votos de Congratulação pelos 500 anos de elevação da Lagoa a Vila e Sede de Conselho e dez anos de elevação a cidade

Proveniência: Cristina Calisto, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31;

Assunto: Ofício n.º 14/GP/2022 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a indicação de dois representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Francisco Assis, Presidente do Conselho Económico e Social

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31;

Assunto: Correio eletrónico do Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP Açores, a remeter o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre os Documentos de Prestação de Contas de 2021 da Sociedade Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP)

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2022 – 06 – 01;

Assunto: Ofício S/20181/2022, a remeter o Relatório de Atividades e Contas do Tribunal de Contas, bem como o Relatório de Atividade da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativos a 2021

Proveniência: José F.F. Tavares, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 06 – 01;

7- Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença - MEDU - Reg. \(DL 60/XXIII/2022\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 05 – 31.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco